

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN

**AS ESTRATÉGIAS CHINESAS PARA TAIWAN E SEUS IMPACTOS
SECURITÁRIOS NO PÓS-GUERRA FRIA**

Porto Alegre

2020

GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN

**AS ESTRATÉGIAS CHINESAS PARA TAIWAN E SEUS IMPACTOS
SECURITÁRIOS NO PÓS-GUERRA FRIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Feddersen, Gustavo Henrique
As estratégias chinesas para Taiwan e seus impactos
securitários no pós-guerra fria / Gustavo Henrique
Feddersen. -- 2020.
128 f.
Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. República Popular da China. 2. Taiwan. 3. Leste
Asiático. 4. Revolução Nacional. 5. Segurança
Internacional. I. Quedi Martins, José Miguel, orient.
II. Título.

GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN

**AS ESTRATÉGIAS CHINESAS PARA TAIWAN E SEUS IMPACTOS
SECURITÁRIOS NO PÓS-GUERRA FRIA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre. 31 de agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins –
Orientador UFRGS-PPGEEI

Prof^a. Dr^a Jacqueline Angélica Hernández Haffner–
Professora UFRGS-PPGEEI

Prof. Dr. Nilo André Piana de Castro –
Professor Colégio de Aplicação

Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira –
Professor UNILA

À Bianca Stone,

*Pelo brilhantismo e senso de humanidade,
que iluminam meus dias e fazem de mim uma pessoa melhor.*

AGRADECIMENTOS

O autor do presente estudo gostaria de agradecer às diversas pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do presente trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, agradeço pelos ensinamentos de toda última década, principalmente pelo que considero o mais valioso de todos: a importância da autonomia intelectual e da rejeição ao dogmatismo, com consciência social.

Aos colegas e amigos do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e de seu Grupo de Estudos sobre Ásia, meu agradecimento por toda a parceria desses últimos anos que permitiu o surgimento de diversas ideias trabalhadas aqui. Impossibilitado de mencionar todos, destaco especialmente: Bruno Magno, Júlio Spido, João Chiarelli, Rômulo Pitt, Athos Munhoz, Betina Sauter, Erik Ribeiro e João Gabriel Burmann.

Aos professores do PPGEEI, por um ambiente incrível de aprendizagem. Pelos ensinamentos essenciais para a pesquisa desenvolvida, agradeço especialmente a Prof^a. Dr^a. Jacqueline Hernández Haffner, o Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini e o Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik. Também a todos os demais professores com os quais tive a oportunidade de aprender durante a minha formação, dos quais destaco o Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveria, o Prof. Dr. Nilo Piana de Castro, e o Prof. Dr. Strobe Driver.

Aos colegas professores do curso de Relações Internacionais da Universidade La Salle, Prof^a. Dr^a. Tatiana Vargas Maia, Prof. Dr. Fabrício Pontin e Prof. Dr. José Antunes de Miranda, pelo companheirismo que incentiva a sempre buscar o melhor, pelo exemplo de docência e pelo ambiente sensacional de trabalho, que mostraram como a carreira acadêmica pode ser gratificante.

À CAPES e aos organizadores da Taiwan Fellowship, que financiaram e tornaram possível partes importantes dessa pesquisa.

Ao meu irmão e à minha mãe, Eric e Rogéria, pelo carinho e apoio eternos.

À minha companheira de vida, Bianca Stone, dizer que o presente trabalho seria impossível sem você não contempla todo o significado que eu gostaria expressar. Por dar sentido a todos os esforços, além de tudo que fez para que essa tese pudesse existir, minha eterna gratidão.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Esquematização e resumo do modelo teórico utilizado na <i>pesquisa</i>	22
Figura 1 - Primeira fase da Guerra da Coreia, junho a setembro de 1950.....	37
Figura 2 - Segunda fase da Guerra da Coreia, setembro e outubro de 1950	38
Figura 3 - Primeira Guerra Sino-Japonesa.....	41
Figura 4 - Avanço japonês sobre a China, 1931 a 1938	42
Figura 5 - Terceira e quarta fases da Guerra da Coreia, novembro de 1950 a julho de 1950 ..	44
Figura 6 - Alcance do sistema MGM-1 Matador a partir de Taiwan	45
Figura 7 - Mapa do Estreito de Taiwan	46
Gráfico 1 - Exportações Intrarregionais, em bilhões de dólares.....	77
Gráfico 2 - Importações Intrarregionais, em bilhões de dólares.....	78
Figura 8 - Alcance de mísseis chineses no Pacífico, 1996-2017.....	85
Figura 9 - Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas	86
Quadro 2 - Hipótese Auxiliar do estudo	111
Quadro 3 - Esquematização e resumo das variáveis da conclusão.....	113

LISTA DE SIGLAS

A2/AD	Anti-Acesso e de Negação de Área
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRI	Iniciativa Cinturão e Rota (<i>Belt and Road Initiative</i>)
C2	Comando e Controle
CC	Grupo do Clube Central
CENTO	Organização do Tratado Central
CSG	<i>Carrier Strike Groups</i>
ECFA	Acordo-quadro para Cooperação Econômica
ELP	Exército de Libertação do Povo Chinês
EUA	Estados Unidos da América
GMD	Partido Nacionalista da China (<i>Guomindang</i>)
GSJ	Guerras Sino-Japonesas
IED	Investimento Externo Direto
LMC	Linhas Marítimas de Comunicação
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTASE	Organização do Tratado do Sudeste Asiático
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PCCh	Partido Comunista da China
PCM	Preparação para o Combate Militar
PDP	Partido Democrático Progressista
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Partido Primeiro o Povo
RPC	República Popular da China
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

RESUMO

O presente trabalho propõe a tese de que a abordagem estratégica da República Popular da China (RPC) para lidar com Taiwan no pós-Guerra Fria pode ser explicada pelo seu modelo de Revolução Nacional e Inserção Internacional. O modelo proposto por hipótese deste estudo busca salientar o papel de condicionantes históricos e estratégicos da China: os imperativos relacionados de fortalecimento nacional frente às estruturas internacionais. A metodologia de pesquisa consiste em averiguar a adequação do modelo proposto, em três passos consecutivos: análise dos condicionantes históricos anteriores, descrição do contexto estratégico atual do Leste Asiático, e consideração sobre os padrões de relacionamento Pequim-Taipei. Dessa forma, o trabalho está dividido em uma introdução, três capítulos e considerações finais. A introdução contextualiza a pesquisa e busca apresentar seus elementos constitutivos: tema, objeto, delimitações, justificativa, problema de pesquisa, hipótese e referenciais (epistemológico, teórico e metodológico), para enfim descrever sumariamente os capítulos. O capítulo subsequente busca fazer um levantamento dos elementos estruturantes da estratégia chinesa através da análise do contexto histórico precedente ao objeto do estudo, isto é, episódios e processos da época da Guerra Fria que condicionaram a posterior formulação estratégica envolvendo Taiwan. O capítulo seguinte analisa a relação entre as estratégias chinesas adotadas durante o pós-Guerra Fria e sua interação com a segurança regional. O capítulo final de desenvolvimento, por sua vez, faz um levantamento dos diferentes momentos da relação Pequim-Taipei no pós-Guerra Fria e analisa a estratégia chinesa envolvida em cada ocasião. O trabalho se encerra com as considerações finais, em que se sintetizam percepções decorrentes dos estudos realizados e apontam-se temas para pesquisas futuras. A compreensão que surge das observações feitas no decorrer das análises é de que houve uma mudança qualitativa na abordagem chinesa para Taiwan durante a última década: da paciência e cooperação econômica à intransigência e aumento da possibilidade de guerra.

Palavras-chave: República Popular da China. Taiwan. Revolução Nacional. Leste Asiático. Segurança Internacional.

ABSTRACT

This paper proposes the thesis that the China's strategic approach to deal with Taiwan in the post-Cold War era can be explained by its model of National Revolution and International Placing. The model proposed by this study's hypothesis seeks to highlight the role of China's historical and strategic constraints: the national strengthening imperatives regarding international structures. The research methodology consists of verifying the adequacy of the proposed model, in three consecutive steps: analysis of the previous historical conditions, description of the current strategic context in East Asia, and consideration of the Beijing-Taipei relationship patterns. Thus, the work is divided into an introduction, three chapters and final considerations. The introduction contextualizes the research and seeks to present its constitutive elements, namely theme, object, delimitations, justification, research problem, hypothesis and references (epistemological, theoretical and methodological); and to briefly describe the chapters. The subsequent chapter seeks to survey the structuring elements of Chinese strategy by analyzing the historical context preceding the object of the study, that is, episodes and processes from the Cold War era that conditioned the subsequent strategic formulation involving Taiwan. The following chapter analyzes the relationship between Chinese strategies adopted during the post-Cold War period and their interaction with regional security. The final chapter, in turn, surveys the different moments of the Beijing-Taipei relationship in the post-Cold War period and analyzes the Chinese strategy involved on each occasion. The work ends with the final considerations, in which perceptions resulting from the studies carried out are summarized and themes for future research are pointed out. The understanding that emerges from the observations made in the course of the analyzes is that there has been a qualitative shift in the Chinese approach to Taiwan during the past decade: from patience and economic cooperation to inflexibility and an increased possibility of war.

Keywords: People's Republic of China. Taiwan. National Revolution. Eastern Asia.

NOTA DE TRANSLITERAÇÃO

Optou-se neste trabalho utilizar a transliteração Pinyin, adotada oficialmente pelo governo da República Popular da China e em Taiwan.

Portanto, nomes conhecidos como Chiang Kai-shek e Kuomintang foram trocados para Jiang Jieshi e Guomindang, por exemplo.

Procurou-se, junto aos nomes mais consagrados no sistema antigo (Wade-Giles), indicar como era feita a transliteração normalmente na primeira vez que eles aparecerem, entre parênteses.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	DELIMITAÇÕES	14
1.2	JUSTIFICATIVA.....	14
1.3	PROBLEMA E HIPÓTESE.....	15
1.4	REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO	16
1.5	REFERENCIAL TEÓRICO: O MODELO EXPLICATIVO E SUAS INFLUÊNCIAS	20
1.6	REFERENCIAL METODOLÓGICO: A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS	29
1.7	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CAPÍTULOS.....	31
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: CONDICIONANTES DA ABORDAGEM ESTRATÉGICA CHINESA PARA TAIWAN	33
2.1	GUERRA DA COREIA (1950-53).....	35
2.2	AS CRISES DO ESTREITO DE TAIWAN DA DÉCADA DE 1950 (1954-1955/1958)	44
2.3	REATAMENTO SINO-ESTADUNIDENSE E DIPLOMACIA TRIANGULAR (DÉCADA DE 1970)	49
2.4	O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TAIWANÊS	52
2.5	POLÍTICA INTRAPARTIDÁRIA DO PCCH.....	63
2.6	REFLEXÕES PRELIMINARES: ELEMENTOS ESTRUTURANTES NA ESTRATÉGIA CHINESA PARA TAIWAN	68
3	TAIWAN E O LESTE ASIÁTICO DA PERSPECTIVA DA GRANDE ESTRATÉGIA CHINESA	70
3.1	A TRADIÇÃO FILOSÓFICA DA CHINA E AS IMPLICAÇÕES PARA SEU PENSAMENTO ESTRATÉGICO MODERNO	70
3.2	O CENÁRIO POLÍTICO E ESTRATÉGICO NO LESTE DA ÁSIA DO FIM DA BIPOLARIDADE AO REENGAJAMENTO ESTADUNIDENSE.....	76
3.3	O ENFRAQUECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E O NOVO QUADRO ESTRATÉGICO NA ÁSIA ORIENTAL.....	80
3.4	REORIENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA MILITAR: ESTADOS UNIDOS, CHINA E JAPÃO	82
3.5	REFLEXÕES PRELIMINARES: TAIWAN NA GRANDE ESTRATÉGIA DA CHINA	91

4	PEQUIM E TAIPEI: PADRÕES DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO NO PÓS-GUERRA FRIA.....	93
4.1	DÉCADA DE 1990: DO CONSENSO À CRISE	94
4.2	A REORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA CHINESA DOS ANOS 2000.....	97
4.3	NOVO QUADRO DE COOPERAÇÃO PÓS-2008: COMÉRCIO, INVESTIMENTO E DIÁLOGO	99
4.4	O RETORNO DAS TENSÕES INTERESTREITO A PARTIR DE 2016	107
4.5	REFLEXÕES PRELIMINARES: A INTERAÇÃO PEQUIM-TAIPEI NO PÓS-GUERRA FRIA	110
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe a tese de que a abordagem estratégica do governo da República Popular da China (RPC) para lidar com Taiwan pode ser explicada pelo modelo de Revolução Nacional e Inserção Internacional dos países semiperiféricos do Leste Asiático, modelo este que informa o conteúdo histórico da Grande Estratégia chinesa. O estudo aqui apresentado tem por objetivo verificar a validade desta compreensão a partir da interpretação do contexto histórico, da análise estratégica da questão de Taiwan, e da averiguação dos padrões de relacionamento entre Pequim e Taipei. Assim, o objeto da pesquisa pode ser entendido como a abordagem estratégica chinesa que envolve Taiwan, direta ou indiretamente, no período pós-Guerra Fria.

A fim de contextualizar o objeto da pesquisa, ressalta-se que a reunificação nacional é um dos objetivos históricos da China, como forma de revogação *de fato* dos Tratados Injustos¹ que, no século XIX, dividiram a China entre as potências coloniais. A questão de Taiwan é a mais importante atualmente nesse sentido, e a RPC jamais tolerou qualquer condição que pudesse significar a separação de Taiwan da China. Essa é uma constante desde a fundação da República Popular, em 1949. Ao inserir essa condição na própria Constituição, tornou-se questão de legitimidade para o Partido Comunista da China (PCCh). Isso associa a reunificação à própria razão de existência do PCCh, isto é, a Revolução que este grupo conduz. Mesmo que possuindo ideologia comunista, esse objetivo guarda relação com a própria tarefa de Revolução Nacional chinesa, que significa construir os meios de poder para operar de forma autônoma no sistema internacional.

Outra questão importante para entender o comportamento estratégico chinês é a dinâmica de poder interna do PCCh. Na maior parte do período focalizado pela pesquisa a liderança política apresentou um sistema de sucessão que se apoiava no equilíbrio e revezamento entre duas grandes alas dentro do Partido: a Liga da Harmonia, ou *Tuanpai*; e o Grupo de Xangai, ou os *elitistas*. Enquanto a primeira tinha seus quadros compostos por pessoas de origem mais simples, do interior, que iniciaram sua carreira na Liga da Juventude, o segundo era composto pelos empresários-burocratas (e seus herdeiros) das Zonas Econômicas Especiais do litoral chinês, principalmente Xangai. Essas facções não eram

¹ **Tratados Injustos** — Também chamados de Desiguais ou Iníquos, designação chinesa para os Tratados impostos ao Império Chinês pelas potências do final do século XIX e início do XX, após a derrota em ofensivas militares perpetradas por estas, com o intuito de obter vantagens econômicas e políticas de caráter neocolonial (VISENTINI, 2012).

formalizadas no PCCh, mas podiam ser percebidas por intermédio da sua composição e das políticas que defendiam: a Liga da Harmonia buscava um desenvolvimento socialmente e geograficamente inclusivo, e o Grupo de Xangai tendia a privilegiar uma abordagem mercantilista que beneficiasse a produção e exportação industrial. Nos últimos anos, pôde ser percebida a desarticulação desse sistema com a consolidação do poder de Xi Jinping, que operou uma triangulação: conseguiu absorver pautas de ambos os lados do PCCh e sintetizar uma posição que o sobressaísse acima dessa divisão, na ideia do Sonho Chinês (中国梦, *Zhōngguó Mèng*). Na prática isso significou aceitar as reivindicações trabalhistas e de proteção ambiental da *Tuanpai*, oferecer uma nova fonte de lucros aos elitistas com a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês²), e propor uma ideologia que fortalecesse o nacionalismo entre a população. O encerramento oficial do sistema anterior foi formalizado com as mudanças constitucionais chinesas de 2017-2018, que permitiram à Xi Jinping se manter como líder perpétuo da China, ao mesmo tempo em que elevou seu pensamento ao mesmo patamar de Mao Zedong e Deng Xiaoping (LI, 2017; KUHN, 2013).

Para entender o contexto que permitiu a Xi Jinping concretizar esse movimento, é necessário destacar a importância da estratégia estadunidense de contenção da China, anunciada em 2011 e que gradualmente se intensifica ao longo desta década. Enquanto nas décadas anteriores a competição entre as duas potências se dava nas esferas econômica e diplomática, a contenção significa a utilização da intimidação militar na tentativa de reduzir a capacidade de atuação chinesa. O desenvolvimento político da RPC, que experimentou o sistema descrito acima e que já foi chamado de “democracia intrapartidária”, pôde ser desfeito em prol da manutenção do fortalecimento nacional frente à ameaça externa representada pelos EUA (LI, 2008; CLINTON, 2011; LI, 2017).

Por fim, é oportuno descrever brevemente as relações Pequim-Taipei dentro do período focalizado. Logo após o fim da Guerra Fria, as relações interestreito vivenciaram dois extremos em um curto período de tempo: entre o Consenso de 1992, em que ambos os lados celebraram a concordância de que havia apenas uma China, e a Terceira Crise do Estreito (1995-96) se passaram apenas três anos. A questão da independência ganhava força na Ilha. Os EUA, não necessitando mais da aliança com os chineses para fazer frente aos soviéticos, parceria esta que vigorava desde a década de 1970, intervém na Crise. Ao enviar um porta-aviões para a área, os estadunidenses chamaram a atenção da China para o atraso desta, em termos militares desencadeando na RPC uma série de esforços pela modernização militar para

² Em chinês: 一帶一路; e em inglês: *Belt and Road Initiative*; também chamada de Nova Rota da Seda.

fazer frente à capacidade de projeção de forças estadunidenses. Depois da Crise, a China continental passa a fortalecer o diálogo interpartidário entre o PCCh e o Guomindang (*Kuomintang*) (Partido Nacionalista da China, GMD), estabelecendo mecanismos formais de cooperação entre as partes. Após o tensionamento das relações interestreito no período de 2000-2008, quando o Partido Democrático Progressista (PDP), pró-independência, estava no poder em Taiwan, um novo momento de cooperação se inicia com a eleição, em 2008, de Ma Yingjiu do GMD, e reforçado pela sua reeleição, em 2012. O curso de seu segundo mandato foi turbulento do ponto de vista interno, e o Guomindang passou por uma crise de representatividade, perdendo as eleições de 2016. A atual presidente Tsai Ing-Wen, do PDP, nega-se a reconhecer o Consenso de 1992, indicando uma posição independentista (ROSS, 2000; CHUNG, 2012; HUANG, 2018).

1.1 DELIMITAÇÕES

A pesquisa delimita-se analiticamente aos aspectos políticos e securitários que envolvem a formulação estratégica da RPC. Os aspectos políticos incluem as principais facções informais do PCCh, os processos de formulação e tomada de decisão no governo da RPC e a interação política interestreito, trazendo-se elementos econômicos quando estes complementarem o recorte político da análise e auxiliarem a sua compreensão. Consideram-se aspectos securitários aqueles que influenciam na possibilidade de guerra na região: nível de tensão relacionado à percepção de ameaça, doutrina militar e elementos do perfil de forças.

1.2 JUSTIFICATIVA

Justifica-se a relevância desse tema a partir das perspectivas acadêmica e social. Pelo viés acadêmico, procura-se contribuir com uma análise aprofundada do caso especificado no campo dos Estudos Estratégicos e da literatura brasileira da área. Percebe-se que o estudo aqui proposto pode contribuir para estabelecer novos parâmetros de análise do comportamento estratégico chinês, em um importante ponto de tensão entre este país e a superpotência, os Estados Unidos da América (EUA).

Do ponto de vista social, pretende-se fornecer subsídios que possam colaborar para a compreensão da estratégia da China, que é um dos principais parceiros econômicos do Brasil, e tem histórico similar ao nosso país de defender a importância da multipolaridade. Além disso, por ser Taiwan questão sensível para os EUA, também se torna importante a construção

de conhecimento nessa área no sentido de aprofundar o debate no Brasil acerca da interação estratégica entre China e EUA. Por fim, adota-se a perspectiva de que a produção intelectual que melhor cumpre a função social da pesquisa é aquela que busca contribuir para a emancipação de seu povo. Nessa direção, propõe-se entender os desafios e respostas da China de forma a apreender fatores comuns à países semiperiféricos, como o Brasil³.

1.3 PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema que guia a pesquisa aqui apresentada pode ser sintetizado da seguinte forma: “Como explicar as mudanças na estratégia chinesa para Taiwan após a Guerra Fria?”. A hipótese do estudo é que tais mudanças devem ser entendidas como decorrências dos imperativos estratégicos chineses relacionados à Revolução Nacional e à Inserção Internacional. De início, considera-se que a explicação dada por hipótese da pesquisa não consegue excluir, em si, proposições concorrentes que busquem o mesmo intento. Para tanto, seria necessário um esforço de refutação sistemática que foge do escopo do trabalho no momento. Entretanto, em momentos da pesquisa, contribui-se com contestações a conclusões derivadas de diferentes matrizes teóricas, quando se julgar pertinente a crítica.

Como problema secundário, pergunta-se qual o papel dos fatores internos e dos fatores externos nas mudanças da estratégia chinesa para Taiwan no pós-Guerra Fria. A hipótese auxiliar para tal questionamento era de que o equilíbrio entre as alas do Partido Comunista da China (PCCh), internamente, e o padrão de interação com os Estados Unidos da América (EUA), no plano internacional, detinham importância maior nessa questão. Durante o período em que a facção *Tuanpai* estivesse na liderança, a China adotaria uma abordagem mais branda, com foco na cooperação, enquanto o contrário poderia ser observado com a liderança do Grupo de Xangai. Paralelamente, um período de interação mais amistosa com os EUA implicaria em abordagens mais suaves, e a recíproca deveria ser verdadeira: o aumento da polarização seria acompanhado do endurecimento das políticas voltadas à Ilha. No decorrer da pesquisa, surge uma nova hipótese auxiliar, pois se observou a desarticulação do sistema de equilíbrio entre as alas do PCCh, operada por Xi Jinping, formalizada com as alterações constitucionais de 2017 e 2018. Entende-se que a pressão estratégica exercida pelos Estados Unidos como catalisadora de uma concentração de poder no interior do sistema político

³ Utiliza-se a compreensão de semiperiferia como usada por Immanuel Wallerstein (1982) e Paulo Visentini (2019), isto é, aquele conjunto de países que se encontram em posição intermediária na classificação mundial do desenvolvimento. Mais sobre isso no referencial epistemológico.

chinês, nas mãos de Xi Jinping, que agora causa a percepção da inevitabilidade da confrontação sobre Taiwan.

1.4 REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO⁴

A construção do problema e da hipótese de pesquisa relacionam-se a questões próprias da produção de conhecimento nos Estudos Estratégicos e na análise de Relações Internacionais. A pesquisa, de natureza aplicada, consiste em uma análise qualitativa da abordagem estratégica da China acerca da questão de Taiwan (o objeto da pesquisa). Tendo em vista a busca pela explicação dos fatores que condicionam o objeto, os objetivos da pesquisa são explicativos: explicar os padrões de comportamento do PCCh frente à questão da reunificação nacional. Assim, os próximos parágrafos buscam delinear o percurso do pensamento utilizado nesse trabalho.

A tese aqui apresentada nasceu do intento em contribuir na produção de conhecimento acerca da emancipação dos países semiperiféricos. Três definições mais precisas são importantes para que isso faça sentido: o que significam “contribuir na produção de conhecimento”, “emancipação” e “países semiperiféricos”? Sobre o primeiro, concorda-se com Robert Cox quando este chamou a atenção da comunidade acadêmica para o fato de que “a teoria é sempre para alguém e para algum propósito” (COX, 1981, p. 128). Isto é, qualquer tentativa de se tentar estabelecer um modelo explicativo generalizável é pensada de forma a convencer algum “público-alvo” de algo que serve a algum interesse. Da mesma forma, a produção, reprodução ou sistematização do conhecimento deve ser compreendida no seu contexto epistemológico maior. Ou seja, a análise em si é condicionada pela condição das “ferramentas” teóricas que utiliza. Deve-se entender, portanto, como cada proposta de explicação pretende avançar em direção a determinada finalidade, implícita ou explícita, e como crítica (ou não) o estado da arte do conhecimento disponível. A finalidade social que guia o interesse de pesquisa deve estar no centro da construção da análise e na crítica que se faz às alternativas teóricas. A emancipação é compreendida aqui como o processo cuja finalidade e resultado prático é o aumento da capacidade de atuação autônoma. Se o trabalho

⁴ Este subcapítulo representa o conjunto de considerações sobre como o estudo aqui desenvolvido propõe construir conhecimento válido em sua área. Participam disso contribuições basilares sobre a *natureza do saber* que se manifestam de forma inter-relacionadas, principalmente: Aristóteles, Friedrich Hegel, Bento Espinosa, Karl Marx, Max Weber, Edward Carr, Kenneth Waltz, Robert Cox, Stephen Van Evera e Milja Kurki. Decidiu-se por mencioná-los aqui para salientar as matrizes filosóficas do trabalho que se encontram em nível tão profundo que uma possível sistematização fugiria do escopo do estudo. Entretanto, sempre que ideias específicas desses autores tenham relação direta com algum elemento do trabalho, serão referenciadas.

busca contribuir com o conhecimento, que seja de forma a auxiliar na busca por autonomia da sociedade dentro da qual o trabalho foi gestado, isto é, a sociedade brasileira. Por fim, utiliza-se a compreensão de semiperiferia como usada por Immanuel Wallerstein (1982) e Paulo Visentini (2019), isto é, aquele conjunto de países que se encontram em posição intermediária na classificação mundial do desenvolvimento. Tal caracterização não pode ser depreendida de parâmetros individuais quantificáveis, como nível da renda nacional ou *per capita*, mas sim da relação do país com as estruturas internacionais. Podem-se identificar, nesse sentido, três tipos de estruturas: securitária, política e econômica⁵. Em cada uma delas, os países semiperiféricos têm pouca ou nenhuma capacidade de estruturação (influenciar as estruturas), mas inserem-se nelas de forma mais vantajosa do que a maioria dos países em desenvolvimento.

O esforço de pesquisa, ao se concentrar no caso da emancipação chinesa, deve então oferecer um quadro explicativo que considere uma gama significativa de variáveis, dentre as quais o contexto, a estratégia nacional e as contingências específicas deste processo configuram-se como as principais para este estudo. Isso porque percebe-se que a abordagem chinesa é multifacetada, o que requer a articulação de diferentes ferramentas explicativas para ser analisada. Ela está inserida em uma estrutura condicionante, faz parte de um esforço emancipatório maior e tem suas características próprias. Parte-se da premissa que não existe uma causa única para explicar as mudanças estratégicas da RPC para Taiwan: considera-se que não é válido reduzir a complexidade da questão a uma só variável. Fenômenos complexos possuem vários fatores que contribuem para sua ocorrência, que podem ser classificados como *causa*, sem que haja, muitas vezes, “condições suficientes” ou “determinantes” presentes no caso analisado. Isso quer dizer que se acredita ser possível apontar, com certo grau de confiabilidade, outras causas condicionantes do objeto de pesquisa, diferentes daquelas aqui abordadas. O que se busca apresentar aqui são cadeias causais que detenham grau de validade e que apresentem implicações para a condução estratégica de países semelhantes à China. Além disso, a explicação de fenômenos político-estratégicos, como no caso da abordagem chinesa para Taiwan, pode ser melhor desenvolvida pela combinação de diferentes instrumentais teóricos dos Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais, campos que são, em si, multidisciplinares.

⁵ A compreensão de estrutura, aqui, surge da síntese da proposta de Susan Strange (1998) — isto é, as relações de poder nas suas formas primárias e secundárias — com as linhas de pesquisa do próprio Programa de Pós-Graduação no qual o presente trabalho tem sua origem (Segurança Internacional, Política Internacional e Economia Política Internacional), compreendidas no contexto de sua área de concentração: Segurança, Integração e Desenvolvimento.

Propondo-se explicativo, este estudo analisa uma *causalidade* possível da abordagem chinesa para Taiwan, a partir da combinação de instrumentais teóricos e metodológicos. A causalidade considerada aqui aproxima-se da sua concepção ontológica articulada por Milja Kurki (2008): um conjunto de circunstâncias, estruturas, razões, processos e eventos que interagem de forma complexa e produzem certos fenômenos. O conjunto de causas aqui apresentado não é homogêneo, da mesma forma que a concepção aristotélica, buscada pela autora, também não é singular, como a tradição cartesiana transformou-o. Isto é, da mesma forma que para Aristóteles existem causas constitutivas/intrínsecas (materiais ou formais) e ativas/extrínsecas (eficientes ou finalísticas), suas manifestações podem ser de naturezas diferentes (política, econômica, cultural, etc.). Uma concepção holística permite ir além da consideração mecânica da causalidade derivado do pensamento de René Descartes e David Hume (KURKI, 2008, p. 219-222). Devido a essa heterogeneidade, torna-se necessária a utilização de diferentes instrumentais analíticos. Essa combinação também é importante para apreender uma porção mais significativa das diversas causas responsáveis pelos fenômenos observados. Compreende-se, assim, que se pode produzir conhecimento mais válido do que se fosse utilizado apenas um método ou teoria. Rejeitam-se, entretanto, concepções positivistas de confirmação ou determinação, além das noções pós-modernas que consideram qualquer esforço analítico como pura interpretação subjetiva. Entendem-se ambas as visões como extremos epistemológicos a serem evitados, buscando-se um meio termo baseado na associação significativa de instrumentais teóricos pertinentes ao fenômeno em tela. Em outras palavras, a premissa epistemológica básica é de que, mesmo que não seja possível alcançar determinantes cientificamente comprováveis, existem condicionantes históricos mais explicativos do que outros na análise de Relações Internacionais. Este estudo busca desenvolver um quadro explicativo que dá evidência às causas próprias da China na sua abordagem para Taiwan, percebido a partir da combinação de diferentes teorias e métodos.

Pela natureza explicativa do presente trabalho, considera-se que o sincretismo teórico e metodológico pode aproximar os resultados do estudo e a realidade humana observada, inerentemente complexa. Cuidado especial ao tratar da relação entre o *conhecimento* produzido sobre a realidade e a realidade *em si* é um tema comum dos estudos que versam sobre a sociedade, em suas várias acepções. É preciso, então, ter em mente a distinção necessária entre:

- a) o conjunto de fenômenos que diz respeito à estratégia chinesa na questão de Taiwan;
- b) a articulação conceitual que se propõe aqui a explicar o objeto de pesquisa.

Enquanto o primeiro diz respeito à própria realidade, o segundo é uma forma proposta de compreender esta vasta gama de circunstâncias, estruturas, razões, processos e eventos que compõem ou interagem com o objeto de pesquisa. A proposta desse estudo é oferecer conclusões válidas, não definitivas, a partir das análises executadas em cada um dos capítulos. É nesse sentido que se concorda com Kenneth Waltz: “uma teoria nunca está completa” (1979, prefácio) — nem qualquer tipo de explicação nesse aspecto, pois é sempre um esforço abstrativo que deve refletir sua origem, a realidade. Aproximar uma explicação de sua completude é, na compreensão aqui defendida, justamente alicerçá-la em um conjunto apropriado de ferramentas analíticas.

Uma combinação de tais instrumentais a fim de aprofundar o conhecimento do caso estudado vai ao encontro do que é conhecido por *triangulação* em pesquisas qualitativas de Ciências Sociais⁶. Conforme definido por Paulette Rothbauer (2008, p. 982), triangulação é “uma abordagem multimétodo para coleta e análise de dados”, isto é, “uma combinação de métodos utilizados para estudar os fenômenos inter-relacionados sob múltiplos e diferentes ângulos ou perspectivas”. Adaptada das técnicas de navegação, em que se utilizam pontos geográficos conhecidos para mensurar distâncias ainda desconhecidas, a prática da triangulação na pesquisa “permite identificar, explorar e entender diferentes dimensões das unidades de estudo, fortalecendo suas descobertas e enriquecendo suas interpretações” (ROTHBAUER, 2008, p. 982). Os tipos de triangulação descritos pela autora são quatro: triangulação de fontes, triangulação de métodos, triangulação de teorias, e triangulação de pesquisadores. Enquanto a triangulação de fontes refere-se à utilização de diversas origens de dados — ou seja, a procedência das informações pode vir de diferentes lugares — a triangulação de métodos significa recorrer a formas variadas de coleta de dados sobre “fenômenos de pesquisa sob múltiplas perspectivas e em diferentes contextos” (ROTHBAUER, 2008, p. 983). A triangulação de teorias diz respeito à interpretação desses dados: utilizam-se, nela, diferentes teorias que rendem diferentes explicações acerca do problema de pesquisa, em conformidade com as requisições metodológicas próprias do caso estudado. Por fim, triangulação de pesquisadores refere-se a contribuições realizadas por diferentes estudiosos no curso da pesquisa.

As considerações epistemológicas trabalhadas neste subcapítulo são comuns aos pesquisadores com os quais se pôde trabalhar durante a condução da maior parte dos estudos

⁶ Não confundir com a ação de *triangular* na política, que também pode ser substantivada em triangulação específica, objeto de análise em dois momentos do estudo: na Diplomacia Triangular de Nixon/Kissinger (anos 1970) e na erosão da política de facções do PCCh por intermédio da triangulação interna de Xi Jinping.

aqui apresentados. Considera-se que, nos termos de Imre Lakatos (1989), isso configura o surgimento de um Programa de Pesquisa, que possui como seu núcleo nos imperativos político-estratégicos da Revolução Nacional e da Inserção Internacional⁷. Nesse Programa, compartilha-se da premissa de que a direção política do fortalecimento e da melhoria do posicionamento internacional dos países semiperiféricos condicionam diversos aspectos de suas estratégias, bem como da sua Grande Estratégia. Para os fins desse estudo, adota-se uma compreensão conceitual de “Estratégia” mais disseminada na literatura de Estudos Estratégicos, definida como a organização do emprego do poder (meios) de um Estado de acordo com seus objetivos políticos nacionais (fins). Grande Estratégia, por sua vez, é uma visão mais holística, englobando não só Estratégia em si, mas também os próprios objetivos nacionais e a relação do país com sua região e o mundo (*cosmovisão*)⁸ (MARTINS; CEPIK, 2014, p. 18). O trabalho pretende assim averiguar a pertinência das hipóteses que derivam dessas premissas, no caso específico da China quando lida com a questão da reunificação nacional com Taiwan.

1.5 REFERENCIAL TEÓRICO: O MODELO EXPLICATIVO E SUAS INFLUÊNCIAS

Na construção de um modelo explicativo, o estudo busca contribuir na direção do que já foi identificado por importantes autores sobre a produção teórica em Relações Internacionais:

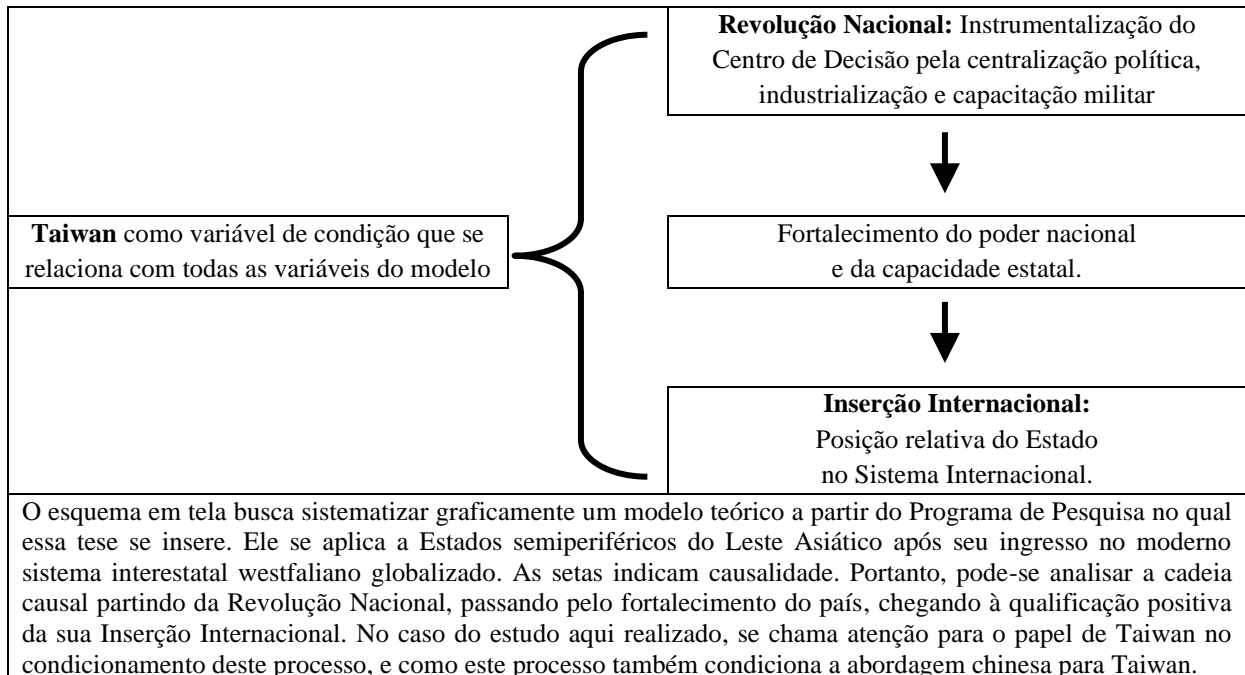
⁷ Esse Programa está em parte formalizado em dois Projetos de Pesquisa. O primeiro que dá origem ao presente estudo intitula-se “Digitalização como Fator de Inserção Internacional do Brasil: segurança, integração e desenvolvimento”, registrado junto à PROPESQ/UFRGS. Mais especificamente, busca-se contribuir aos objetivos 2 e 3 do referido Projeto, isto é, “analisar e pesquisar as políticas de defesa da superpotência (EUA) e das grandes potências (Rússia e China) no que tange ao papel conferido pela digitalização na conquista do comando do espaço e suas decorrências em nos setores aeroespacial, naval e tropas terrestres”; e “confrontar as hipóteses básicas do trabalho com a realidade empírica do desenvolvimento, prospecção, e construção das capacidades militares de países pioneiros e do Brasil nas áreas supra-referidas”. Assim, ao tratar da evolução estratégica chinesa em uma questão específica, é possível analisa-se em seu contexto histórico e testar as hipóteses propostas pelo Projeto. O segundo Projeto, que se intitula “Relações Internacionais do Leste Asiático: Revolução, Integração e Inserção Internacional”, também registrado na PROPESQ/UFRGS, busca articular a pesquisa de 11 pesquisadores de pós-graduação ativos, no momento da escrita deste trabalho, oriundos de diferentes linhas de pesquisa e sob a orientação de diversos professores da UFRGS. Objetiva-se, com a formulação das pesquisas sobre diversos países e temas da região, construir um repositório de conhecimento válido sobre as Relações Internacionais do Leste Asiático a partir de uma abordagem que considere as necessidades e desafios de países semiperiféricos. Em outras palavras, busca-se completar as lacunas deixadas por modelos que se pretendem universais e totalizadores do desenvolvimento sócio-político, incorporando à análise elementos históricos contingentes à situação experienciada pelos povos estudados. O que se segue é uma esquematização e descrição resumida da modelagem proposta pelo projeto.

⁸ A definição aqui utilizada foi sintetizada por Martins e Cepik (2014): “Estratégia diz respeito à possibilidade de emprego da força (meios) para atingir os objetivos da política nacional (fins). Em seu limite superior (Grande Estratégia) é definida pela Constituição e pelas instâncias de coordenação entre os formuladores das políticas de defesa, relações exteriores, segurança institucional e inteligência. A Estratégia Nacional diz respeito ao Presidente da República e ao Congresso Nacional de modo mais direto e, por intermédio das instituições de *accountability*, à sociedade como um todo. Em seu limite inferior, a estratégia é afeta ao Estado Maior conjunto das forças armadas e aos Comandantes das forças singulares” (MARTINS; CEPIK, 2014, p. 18).

a necessidade de se conciliar a interpretação histórica com a teorização de forma interdisciplinar. Pesquisadores das RI em si e de demais áreas das Ciências Sociais, como Adam Watson e Charles Tilly, por exemplo, dedicaram-se extensivamente a formular teorias fundamentadas na análise da História, de modo que a explique. Enquanto Watson (1992) explica os processos formativos na evolução dos sistemas de Estados, Tilly (1990) incorpora a competição internacional materializada na guerra, advinda do realismo, na análise da formação estatal específica da Europa. Ambas as obras provêm explicações para os fenômenos internacionais aliados a aspectos domésticos, mesmo que a partir de diferentes matrizes intelectuais. A necessidade de se repensar o aparato teórico de RI especificamente para a região asiática também tem sido defendida. Paulo Visentini, por exemplo, percebe que as teorias hegemônicas de Relações Internacionais não apreendem a dinâmica da região em toda sua dimensão e complexidade (VISENTINI, 2012, p. 14). Praticantes da Política Internacional também expressam tal percepção: Henry Kissinger articula questões históricas para explicar tanto a ordem mundial quanto a estratégia chinesa, inclusive quando ele próprio impactou diretamente os eventos por ele abordados (KISSINGER, 2011, 2014). O foco do esforço teórico deve ser a explicação: se a história deve ser interpretada, deve ser de forma a explicar o presente.

A combinação de concepções de diferentes teorias é aqui articulada em um modelo explicativo das Relações Internacionais do Leste Asiático. Esse modelo serviu de ponto de partida para o estudo, que está inserido no programa de pesquisa mencionado ao final do subcapítulo anterior. A abordagem chinesa para Taiwan faz parte de um contexto estratégico condicionado pelo seu momento histórico. Para explicá-la é necessário analisar as estruturas nas quais ela opera, os imperativos que a China busca cumprir e a forma pela qual operacionaliza sua interação estratégica. Cada parte do estudo aborda um aspecto da relação entre questões sistêmicas, regionais e internas para explicar a evolução do objeto de pesquisa. Conforme Stephen Van Evera (1997), uma explicação, para ser mais bem enunciada, precisa ser esquematizada em forma de causas e consequências conectadas por uma seta. Assim, o Quadro 1, abaixo, sistematiza graficamente o modelo utilizado.

Quadro 1 - Esquemática e resumo do modelo teórico utilizado na pesquisa



Fonte: Elaboração nossa.

Esse modelo é derivado do percurso histórico dos países semiperiféricos do Leste Asiático a partir do ingresso da região no moderno sistema internacional, identificado nesse estudo como o Tratado de Nanquim⁹, em 1842. Esse modelo não se propõe universal, isto é, não foi elaborado para ser prontamente aplicado fora de seu escopo original. Em outras palavras, para ser válido como está apresentado, o contexto em que o processo opera deve ser considerado como condição necessária. Evera (1997, p. 9) classifica esse tipo de circunstância como uma *condição antecedente*. Assim, se outros países, em outras regiões, em outros tempos, não puderem ter seu comportamento explicado dessa forma, deve-se lembrar que as condições de fundo do processo são diferentes, o que altera os resultados esperados. Entretanto, conforme se adaptam as considerações acerca do contexto, esse modelo pode também extrapolar ainda o seu intento inicial. Especificamente para o trabalho aqui desenvolvido, também se chama atenção para relação mútua de condicionalidade entre a cadeia causal apresentada e Taiwan.

A causa, ou *variável independente*, apontada na pesquisa é a Revolução Nacional, entendida, a partir do pensamento de Bresser-Pereira (2003) e Furtado (1962). O primeiro

⁹ Escolheu-se esse marco tendo em vista representar o momento em que o Sistema Interestatal, nascido na Europa, sobrepuja o Sistema Tributário chinês na Ásia e globaliza o princípio da anarquia enquanto base da ordem internacional, ao derrotar o último bastião de hierarquia consentida entre Estados: o sistema sinocêntrico que ordenou a maior parte da história do Leste Asiático. Esse processo histórico é abordado no próximo capítulo, e a relação disso com o pensamento político chinês é tratada no capítulo subsequente.

explica esse conceito na perspectiva política como o processo em que o Estado-nação se constitui ou se torna moderno dentro do sistema internacional capitalista. Após derrubar a ordem anterior e se instaurar, a Revolução Nacional cria as ferramentas administrativas que defendem o capital e o trabalho da nação: “um sistema jurídico, um sistema de defesa do território, e o sentimento patriótico ou nacionalista de defesa de interesses comuns cruzando as classes sociais” (BRESSER-PEREIRA, 2003, p. 2). Além da criação do aparato legal, das forças armadas e da articulação de um interesse nacional, também é necessário entender o elemento de direção política do desenvolvimento econômico contido na Revolução Nacional. Isso se traduz no que Furtado chama de “endogeneização” do Centro de Decisão, isto é, o processo que torna o Estado capaz de “ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por [ele mesmo] definidas” (FURTADO, 1984, p. 108). Esse processo faculta, portanto, o país a realizar sua emancipação dentro da lógica estrutural do sistema: só pode considerar emancipado aquele que detém capacidade de decidir por si mesmo o que quer. Sem menosprezar os condicionantes estruturais, é possível pensar em atuação autônoma no sistema a partir da realização desse processo.

É possível perceber que os imperativos da Revolução Nacional estiveram na gênese da construção do Estado moderno no Leste Asiático, transfigurados nas agendas de modernização nacional chinesa e japonesa a partir das pautas de Centralização Política, Industrialização da Economia e Capacitação das Forças Armadas¹⁰. Essas diretrizes foram adotadas pelos Estados asiáticos tanto por percepção própria da melhor forma de combater o atraso em que entendiam se encontrar, quanto por emulação dos processos históricos vivenciados pelas potências externas.

A Centralização Política é compreendida conceitualmente como a concentração dos meios coercitivos e a capacidade de utilizá-la por um aparelho funcionalmente e geograficamente integrado. Em termos concretos, isso significou a formação de um exército nacional de conscritos e de uma burocracia civil que conseguiram empreender, respectivamente, a proteção e organização do território e do povo. Foi esse processo que permitiu a eliminação dos adversários internos do Estado central e o controle do território e da força de trabalho, facultando a operacionalização destes em prol de uma crescente autonomia em relação às ingerências externas (TILLY, 1990). O curso da revolução chinesa, com o controle centralizado do PCCh junto à uma ideologia que associa nacionalismo e comunismo, parece acompanhar esse modelo (FENBY, 2009). Entendendo esses processos dentro da

¹⁰ Essa percepção deriva de uma síntese histórica feita pelos participantes dos projetos de pesquisa mencionados acima a partir das obras referenciadas nos parágrafos subsequentes.

lógica da endogeneização mencionada acima, percebe-se que a formação de um corpo funcional capaz de tomar e implementar decisões em nível nacional é, assim, condição necessária para o país poder definir e perseguir suas prioridades.

Tendo alguma capacidade de direção política integrada e operante, pôde-se dar apoio sistemático à uma Economia Industrial que fortalecesse o país. Diversos estudos analisam a importância de um setor industrial pujante para o avanço da Economia e da Defesa Nacional no Leste Asiático em geral, e na China em específico. Isto se refere tanto ao que diz respeito a eletricidade, o aço e o concreto (II Revolução Industrial), quanto o computador, a rede e a robótica (III Revolução Industrial). A produção de material bélico e demais produtos essenciais é apoiada pelo poder político para satisfazer as necessidades nacionais durante todo o processo analisado nessa pesquisa. A posse de indústrias proporciona ganhos exponenciais à renda do país e permite a absorção e a criação de tecnologias. A Industrialização da Economia é empreendida, assim, de forma a permitir a continuidade do fortalecimento nacional (BARNETT, 2001).

Na mesma direção, a Capacitação Militar é entendida como construção de capacidades que ampliam o poder do Estado relativamente aos demais. Além da arregimentação de contingentes para as Forças Armadas, é necessário equipá-los e treiná-los. A tecnologia desempenha um papel central nisso: novas tecnologias garantiram, diversas vezes ao longo da história, a multiplicação da sobrevivência, velocidade e letalidade dos sistemas de armas, com grandes impactos no campo de batalha. A relação positiva entre a Industrialização e a Capacitação Militar permite ao poder político centralizado perseguir objetivos estratégicos mais audaciosos que, antes, eram impossíveis dado o poder bélico ou econômico. Esta agenda se fez presente explicitamente nas diretrizes chinesas de fortalecimento militar durante a sua revolução, e já foi teorizada por estudiosos ocidentais, como Paul Kennedy (1989) e Charles Tilly (1990).

A Revolução Nacional tem por consequência, de acordo com esse modelo explicativo¹¹ o fortalecimento do poder nacional e da capacidade estatal. Ao ser efeito da variável independente e em si incorrer em outras consequências, classifica-se como *variável interveniente*, categoria que pode ser entendida como as *mediações* entre a *causa inicial* e a *consequência final* analisadas. Variáveis desse tipo tem, por natureza, importância central em qualquer modelo explicativo: as mediações são o cerne da causalidade que se busca explicar.

¹¹ Entende-se que a Revolução Nacional tem inúmeras consequências, de diversos tipos, mas o objetivo deste modelo é explicar os principais condicionantes do objeto de pesquisa. Circunscreve-se a pesquisa, assim, aos efeitos que dizem respeito ao fenômeno sendo explicado.

Quando se propõe uma explicação de como qualquer relação de causa e efeito ocorre, deve-se esclarecer como as mediações operam tal cadeia (EVERA, 1997, p. 9). No caso do estudo realizado, isso significa apontar e descrever as consequências da Revolução Nacional chinesa (e as consequências das consequências) que vão condicionar as mudanças de sua abordagem para a questão de Taiwan, e como tudo isso se relaciona. Este parágrafo e os próximos delineiam as mediações oriundas do Programa de Pesquisa, que vão se articular com outras variáveis, próprias do caso em tela, mais adiante.

A primeira consequência apontada da Revolução Nacional (aumento de poder e capacidade estatal) propicia aumento da possibilidade de atuação autônoma no Sistema Internacional, o que qualifica positivamente sua Inserção Internacional. Quando os Estados do Leste Asiático lograram aprofundar a centralização do poder político, ampliar sua base industrial e modernizar suas forças armadas, acumularam internamente recursos de poder e fortaleceram sua capacidade estatal¹². O êxito da conquista do monopólio de pagamentos por parte da União e a aquisição do estado da arte da produção capitalista alteraram a posição da China na hierarquia internacional. De sócio dependente associado a economia estadunidense a China acabou por integrar o núcleo orgânico do capitalismo. Deste modo, progressivamente deixou de ser apenas uma plataforma de exportação para destacar-se também na produção de microchips, transistores, circuitos integrados e até supercomputadores. Além disso, existe um mecanismo histórico de retroalimentação positiva entre o aumento da capacidade produtiva (industrialização) e a preparação militar (incluída nesta a modernização das forças armadas). A construção de infraestrutura (obras públicas, como estradas e sistemas de comunicações) e a educação (seja na alfabetização ou na formação de corpos auxiliares que integrarão futuramente a economia nacional) sempre estiveram à cargo do exército, mesmo que em intensidades diferentes ao longo da história (SILVA; MARTINS, 2014, p. 141). Da mesma forma, a absorção e desenvolvimento de novas tecnologias vinculadas à utilização militar podem ser revertidas para uso na economia civil, amplificando o aumento das capacidades produtivas (SILVA; MARTINS, 2014, p. 142). Por se tratar de uma retroalimentação, essa prosperidade econômica permite ampliar o orçamento de defesa, o que, por sua vez, reforça os efeitos positivos sobre a economia do país (KENNEDY, 1989; ARRIGHI, 1998, p. 38). Atuando em um sistema de Estados que se ordena pela anarquia e que tem o poder como critério principal para se identificar a possibilidade de agência autônoma (WALTZ, 1979),

¹² Enquanto recursos de poder são entendidos aqui da perspectiva material e produtiva, isto é, posse e produção do capital e do equipamento bélico, a capacidade estatal diz respeito ao conjunto de mecanismos que o Estado dispõe para utilizar tais recursos de acordo com seus interesses.

esse processo, *ceteris paribus*, permite uma atuação internacional menos sujeita às pressões externas.

A cadeia causal analisadas, portanto, contribuem para a qualificação positiva da Inserção Internacional, entendida como a posição relativa do Estado no Sistema Internacional. Essa é a consequência final, ou *variável dependente* do modelo. Para formulá-la, parte-se da premissa que todos os Estados estejam inseridos no Sistema Internacional, mesmo que de formas diferentes. Decorre daí a problemática de como normatizar os diversos caracteres que as Inserções Internacionais particulares dos países podem assumir. Em outras palavras, existem inserções positivas e inserções negativas. Utilizando-se como premissa a lógica competitiva e anárquica do Sistema, percebe-se que a autonomia é condição necessária para formulação de políticas nacionais auto fortalecedoras e para, eventualmente, operar qualquer *estruturação* no Sistema Internacional, isto é, quando um Estado consegue moldar as estruturas internacionais em proveito próprio (STRANGE, 1998; GIDDENS, 2001). Dada a natureza do Sistema, portanto, uma inserção positiva é considerada aquela que reforça a autonomia do país. A recíproca é verdadeira: na perspectiva normativa associada à pesquisa, consideram-se negativas as condições que impliquem em uma posição mais submissa.

Esse modelo, portanto, é proposto de forma a explicar a evolução no tempo dos fenômenos político-estratégicos do Leste Asiático, e neste trabalho é o ponto de partida para analisar a questão específica das estratégias chinesas para Taiwan. Para tanto, descreve-se inserção do objeto da pesquisa em variáveis específicas, de forma prática. Em seguida, exploram-se as relações causais resultantes, particulares do caso em tela.

Na lógica da Revolução Nacional, a questão de Taiwan impacta direta ou indiretamente as três pautas imperativas para esse processo. A Centralização Política — o controle do território e da população, e a eliminação dos adversários internos — é a que se manifesta mais diretamente, na busca pela reunificação nacional e na oposição ao GMD em um primeiro momento, e à independência da Ilha, em um segundo. A questão da industrialização se relaciona com o período de abertura chinesa e ao fluxo interestreito de capitais fazendo multiplicar o investimento produtivo e o comércio entre os dois lados, em um contexto de expansão das cadeias regionais de produção na Ásia. Não obstante, a possibilidade de confrontação, presente em todo o período estudado, também direcionou a capacitação militar chinesa à preparação para uma guerra sobre o Estreito de Taiwan.

A partir disso, a reunificação com Taiwan é percebida pela China como forma de aumentar o poder nacional e solidificar a capacidade estatal, derivando-se respectivamente de considerações geoestratégicas e econômicas, por um lado, e políticas, por outro. Da

perspectiva geoestratégica, é importante considerar que a questão de Taiwan em si tem início logo após a II Guerra Mundial. Os chineses já se encontravam em confrontação com os japoneses dois anos antes da conflagração europeia, na II Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), e ocupados por eles desde 1931, com a Invasão da Manchúria. Taiwan, sob posse nipônica desde 1895, com o Tratado de Shimonoseki que encerrou a I Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), serviu de base de operações e plataforma de projeção sobre o continente chinês em todas essas confrontações. A Ilha foi utilizada como parte da geoestratégia do Japão Imperial de forma a quase derrotar e dominar a China. De forma similar, Taiwan constou nos planos de invasão à China do General Douglas MacArthur durante a Guerra da Coreia, foi referida como “Porta-Aviões inafundável” pelos estadunidenses, e dispôs por um período do sistema de mísseis MGM-1 Matador, que poderiam carregar ogivas nucleares para o continente. Mais recentemente, o desenvolvimento das capacidades, da organização e da doutrina das Forças Armadas chinesas ocorreram, em grande parte, de forma preparar o país para a hipótese de guerra com os Estados Unidos por Taiwan. Também se considera que a presença militar em Taiwan ampliaria o alcance estratégico chinês sobre o Oceano Pacífico. Na interface entre estratégia e economia, a defesa das Linhas Marítimas de Comunicação (LMC), que permitem o abastecimento e escoamento das economias asiáticas, confere posição-chave para Taiwan. A possibilidade de uma reunificação pacífica teria impactos positivos na economia chinesa, devido ao aprofundamento da integração de capitais, à facilitação do investimento e comércio e à ampliação de mercados. Por fim, a ampliação da capacidade estatal está relacionada às consequências políticas prováveis subsequentes à reunificação. Dada a promessa histórica do PCCh em realizar a revogação *de fato* dos Tratados Injustos¹³ que, no século XIX, dividiram a China entre as potências coloniais, pode-se entender que a reunificação com Taiwan possibilite a continuidade do “Mandato do Céu”: a condição na qual a população chinesa aquiesce ao governo estabelecido. A questão da reunificação poderia assim acarretar um aumento da autonomia chinesa, ao possibilitar expansão da defesa e da economia e concluir processos históricos.

Partiu-se do modelo acima proposto de forma a verificar se ele poderia ser aplicado no contexto da questão de Taiwan. Conforme a pesquisa se desenvolveu, seu objeto não permaneceu estático, e a abordagem chinesa para Taiwan se transformou ao longo dos últimos anos. No período inicial dos estudos, compreendia-se que a padronização das sucessões de

¹³ “Tratados Injustos” (também chamados de Desiguais ou Iníquos) é a designação chinesa para os Tratados impostos ao Império Chinês pelas potências do final do século XIX e início do XX, após a derrota daqueles em ofensivas militares perpetradas por estes, com o intuito de obter vantagens econômicas e políticas de caráter neocolonial.

liderança do Partido Comunista da China, por intermédio do equilíbrio entre facções, indicava uma tentativa de institucionalizar a disputa pelo poder, embora apenas no costume e não formalmente. Nos termos de Robert Dahl (1997), isso significaria evoluir da categoria de *hegemonia inclusiva* — em que existe um processo de ampliação da participação, mas sem disputa pelo poder — em direção à uma *quase-poliarquia* — em que o poder é disputado de forma regrada e recorrente, mas ainda não completamente aberta como seria em uma poliarquia propriamente dita, esta última sendo a definição do autor para o que habitualmente se chama de modelo ocidental de regime democrático representativo moderno. A mesma Revolução Nacional, que facultava ao país até então uma forma de desenvolvimento político, teve de equacionar uma reação por parte dos Estados Unidos que era essencialmente diferente daquela à qual a China dava mostras de se preparar na década anterior. Pôde-se observar um engajamento estratégico¹⁴ entre as duas potências depois de superado o trauma do bombardeio da Embaixada Chinesa em Belgrado (1999), e teve entre seus pontos principais a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001, a criação do Diálogo Sênior (2004) e do Diálogo Econômico Estratégico (2006) entre os presidentes dos dois países, e que foram posteriormente unificados e regularizados para compor as duas vias dos Diálogos Estratégicos e Econômicos (2008), e o início de exercícios militares conjuntos a partir de 2005. No contexto da Guerra ao Terror, que dirigia a maior parte da atenção e recursos estadunidenses em direção ao Oriente Médio, moderar a competição militar em outras frentes pode ser entendido como racional, e os fatos da realidade pareciam corroborar considerações mais otimistas.

A década seguinte, entretanto, reverteu essa tendência. Em 2011, os Estados Unidos anunciam a contenção à China, usando o mesmo termo da época da Guerra Fria, que significava o uso de todos os meios, exceto nuclear, para impedir que ela utilizasse o poder nacional e o prestígio internacional que vinha construindo. Ao anúncio se seguiram uma sequência de fatos que foram intensificando a percepção de que a competição entre essas duas potências se intensificava. A crise das Diaoyu/Senkaku de 2012, Movimento Girassol em 2014 e as revoltas em Hong Kong de 2019 em diante foram fatores que contribuíram para a polarização internacional e reforçaram antigas percepções negativas relacionadas à China. Em meio a isto, os Estados Unidos intensificam sua preparação militar voltada à intimidação, no conceito operacional da Batalha Aeronaval, com o objetivo de alcançar a capacidade de desferir um ataque em profundidade e desabilitante à China que não possa ser dissuadido

¹⁴ Forma de interação estratégica que busca manter a competição entre duas potências nos campos econômico, institucional e diplomático, sem deixar de considerar a importância da dissuasão militar.

pelos sistemas chineses. Mais sutilmente, se encerraram, em 2017, os exercícios militares conjuntos entre os países. No plano econômico bilateral, a guerra comercial se inicia em 2018 por decisão do presidente dos EUA. Por fim, na arena diplomático-institucional, é possível perceber um crescente boicote à participação chinesa nas organizações internacionais, especialmente na Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial da Saúde. Esse ambiente adverso, que pode ser percebido a partir das três formas estruturais do sistema internacional (securitária, econômica e política) foi condição suficiente para que Xi Jinping conseguisse operar uma triangulação dentro de seu partido e concentrar a hegemonia em suas mãos. Isso significou a erosão do processo em que a China progredia na direção de se tornar uma quase-poliarquia, mencionado acima. Foi essa mudança que só foi plenamente percebida a partir da segunda metade da pesquisa. Enquanto no primeiro momento se considerava que o equilíbrio relativo das alas do PCCh se mostrava o elemento de maior impacto para compreender a abordagem chinesa para a questão de Taiwan, com a nova realidade originada da contenção, esse equilíbrio deixa de existir quando Xi Jinping a desarticula.

1.6 REFERENCIAL METODOLÓGICO: A ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A análise do objeto de pesquisa partiu deste referencial teórico, e se organizou na forma de três estudos complementares que buscaram expor como os condicionantes propostos pelo modelo podem ser percebidos, respectivamente, no contexto histórico, na Grande Estratégia Chinesa, e na interação Pequim-Taipei. O primeiro pode ser definido como um estudo histórico-explanatório, isto é, uma tentativa de compreensão das consequências de episódios históricos a partir de uma perspectiva teórica (EVERA, 1997, p. 91). Assim, depreendem-se as consequências estruturais de eventos e processos ocorridos durante a Guerra Fria, que condicionaram a Grande Estratégia chinesa e as relações interestreito posteriores. A isso se segue dois estudos de caso delimitados ao pós-Guerra Fria: o primeiro acerca da questão de Taiwan na Grande Estratégia chinesa e o segundo às relações Pequim-Taipei. Esses três esforços correspondem aos capítulos do desenvolvimento da tese e são propostos de forma a abordar as questões gerais, singulares e particulares, respectivamente, do objeto de pesquisa. Por questões gerais entende-se aqui o que seria equivalente à noção universal em Hegel¹⁵, isto

¹⁵ Hegel, considerando o *conceito* como conhecimento sistemático do conjunto da realidade, afirma que ele contém três partes funcionais (que também chama de momentos, mas que podem ser entendidos como níveis): universal, particular e singular (HEGEL, 1995, §163). Em seu caráter universal, busca-se apontar o significado geral e abstrato do conceito, comum a todas suas instâncias. Particularizar, por sua vez, significa determinar o objeto da especulação sendo realizada. Por fim, singulares são os fatos, eventos que nunca se repetem e,

é, aqueles processos que constroem historicamente a realidade, neste trabalho analisada da perspectiva chinesa. Isso significa compreender quais os elementos históricos foram os principais condicionantes para a formulação do caráter recente da Revolução Nacional da RPC. O entendimento do singular se dá a partir da percepção de uma inflexão crítica da Grande Estratégia chinesa realizada na última década. Por fim, particular para o objeto de pesquisa é a especificidade da relação interestreito, interação *sui generis* que pode ser percebida como a materialização do momento político e estratégico, gestada pelo contexto e idealizada pela Grande Estratégia.

Em conjunto, a pesquisa foi conduzida a partir desse modelo, no que poderia ser considerada bastante próxima do método de mapeamento de processo (*process-tracing*): a identificação dos “processos causais intervenientes — a cadeia causal e o mecanismo causal — entre uma variável independente (ou variáveis) e o resultado da variável dependente”¹⁶ (BLATTER, 2008, p. 70, tradução nossa). Entende-se que, da mesma forma que se aplica às variáveis intervenientes, esse método pode ser usado para identificar a relação das variáveis causais e condicionais, tendo em vista que existem também processos que as relacionam. Partiu-se do modelo acima proposto de forma a verificar como ele poderia ser aplicado no contexto da questão de Taiwan.

Acerca das fontes, a pesquisa foca-se na bibliografia sobre a política chinesa envolvendo a questão de Taiwan, sobre as questões econômicas contidas nesse tema que contribuam para a compreensão da política, além das questões securitárias envolvidas.

como tal, são únicos, compondo o conteúdo específico da realidade, como ela aparece para o observador da forma mais imediata. É importante notar algumas coisas. A primeira é que o *conceito* em Hegel precisa ser entendido na posição do seu idealismo absoluto, e por conseguinte como o princípio da liberdade, a potência da substância autorrealizada (HEGEL, 1995, §160). A noção é particularizada pelos julgamentos, que simultaneamente a diferenciam e a reafirmam, ao determinar e relacionar suas partes funcionais (HEGEL, 1995, §166). Esses julgamentos realizam o movimento do conceito em direção ao seu próprio entendimento, pois o propósito do conceito é ser livre para se determinar por si só, na perspectiva ideal absoluta. Mas o processo de determinação não possui limite, pois o particular em um momento será o universal de seu singular se particularizarmos este último, em um movimento eterno em que um conceito mais apurado se confronta com o conhecimento objetivo pré-estabelecido, o incorpora e o supera, se tornando a *ideia* (HEGEL, 1995, §204-213). Aqui é essencial trazeremos a noção dos escritos políticos de Hegel, nos quais ele explicita sua visão de que o Estado é a *ideia* manifestada na realidade. Isso porque ele se torna o amálgama no tempo das experiências coletivas, socialmente assimiladas (HEGEL, 1995, §535-537). Compreende-se que, da mesma forma que o filósofo alemão chama a atenção para a necessária confrontação da subjetividade da noção com a objetividade do contexto em que opera, o Estado não se constrói apenas de suas forças internas, mas também pela interação estratégica na qual está inserido. Da mesma forma que o *propósito* é fundamental para compreender a própria *natureza do conceito*, o propósito está intrinsecamente relacionado a qualquer ação do Estado, apreendido no presente trabalho pelo prisma dos Estudos Estratégicos. O julgamento que se realiza ao se determinar “história-estratégia-interestreito” para o silogismo “universal-singular-particular” é uma de tantas que poderia ter sido feita, mas que guarda grau importante de validade, especialmente para um primeiro movimento nessa direção.

¹⁶ Do original: “intervening causal processes — the causal chain and causal mechanism — between an independent variable (or variables) and the outcome of the dependent variable” (BLATTER, 2008, p. 70).

Também serão analisadas fontes primárias de doutrina militar, notícias, e declarações de autoridades governamentais e militares acerca do tema. Sobre a combinação de metodologias, cada capítulo do estudo corresponde a um passo analítico da pesquisa e um aspecto do objeto estudado: a estrutura histórica, os atuais condicionantes estratégicos, e a interação Pequim-Taipei em si são analisados a partir de métodos construídos para explicar as mudanças de abordagem chinesa na questão de Taiwan.

1.7 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS CAPÍTULOS

O primeiro capítulo aqui apresentado após essa introdução, busca fazer um levantamento dos elementos estruturantes da estratégia chinesa através da análise do contexto histórico precedente ao objeto do estudo, isto é, episódios da época da Guerra Fria que condicionaram a posterior formulação estratégica envolvendo Taiwan. Trabalham-se, assim, com cinco processos históricos que desempenharam papel decisivo na formulação da percepção estratégica da China para Taiwan: a Guerra da Coreia (1950-53); as duas primeiras Crises dos Estreitos de Taiwan (1954-1955/1958); o Reatamento Sino-Estadunidense e a Diplomacia Triangular; o processo de Desenvolvimento Econômico pela Industrialização em Taiwan; e, por fim, as sucessões de liderança na China pós-Deng Xiaoping e as facções internas do Partido Comunista da China. Os três primeiros se relacionam com o contexto regional e internacional da Guerra Fria (polarização e polaridade); os dois últimos com a estrutura interna de Taiwan e da China (economia e política). Considera-se que esses cinco pontos servem para ilustrar os condicionantes históricos estruturais que envolvem a questão de Taiwan, e o contexto em que a estratégia chinesa opera. A análise da Guerra da Coreia, das duas primeiras Crises do Estreito de Taiwan e do reatamento sino-estadunidense procuraram ressaltar como a questão de Taiwan pode ser considerada parte da causa que determina o perfil da abordagem chinesa em resposta às novas conjunturas. A abordagem chinesa, assim, foi o fenômeno causado. Buscou-se apontar o processo que parte de um determinado contexto em que se insere a questão de Taiwan (ou seja, da reunificação nacional) e tem como consequência percepções e respostas específicas da China, ocasionalmente contendo passos intermediários. O restante do capítulo analisou a evolução do contexto político taiwanês e chinês, respectivamente, que condicionam a situação pós-Guerra Fria. A Revolução Nacional em Taiwan, por sua vez, alicerçou as bases do desenvolvimento da Ilha, que mais tarde auxiliaria, através da complementaridade econômica, a inserção da RPC nas cadeias produtivas do Leste Asiático. Por fim, o equilíbrio de poder dentro do PCCh deu o tom das

posteriores posições oficiais da China, com os grupos internos alternando-se no poder e adaptando a Política Externa e de Segurança aos seus interesses.

O capítulo subsequente busca analisar a relação entre as estratégias chinesas adotadas durante o pós-Guerra Fria, sua articulação com a Grande Estratégia e seus impactos securitários regionais. A lógica subjacente desse capítulo é de que a estratégia chinesa de determinado período está intrinsecamente ligada à sua visão de si, visão do seu entorno e visão de mundo. Em outras palavras, o “conjunto de ideias” que compõe a estratégia não nasce no vácuo, ele é gestado em um contexto interno e externo específico e molda-se conforme as capacidades e objetivos de determinado período. A partir do acúmulo de trabalhos anteriores, buscou-se traçar um panorama da dinâmica securitária do pós-Guerra Fria no Leste Asiático, detendo-se no enfraquecimento da tendência regionalista a partir de 2012 e na mais recentes atualizações em termos doutrinários da China, EUA e Japão.

O capítulo final buscou fazer um levantamento dos momentos da relação RPC-Taiwan no pós-Guerra Fria e analisar a estratégia chinesa envolvida em cada ocasião. Assim, descreveu-se como, no governo Jiang Zemin, eclode a Terceira Crise do Estreito de Taiwan e percebem-se escassos esforços continentais em prol da reunificação pacífica — evidenciando inclusive a ascensão do separatismo nas fileiras do GMD, na figura de Lee Teng-Hui. Tal liderança, centrada no Grupo de Xangai, foi substancialmente diferente de sua sucessora, pertencente à Liga da Juventude. Assim administração Hu Jintao, por sua vez, aprofunda a cooperação: em um primeiro momento pela diplomacia interpartidária PCCh-GMD, enquanto o PDP estava no poder; e pela aceleração da complementaridade econômica a partir da eleição de Ma. Com um primeiro mandato de Xi Jinping de esfriamento das relações, mas sem grandes crises, a segunda metade do novo governo liderado pelo Grupo de Xangai parece mostrar o interesse no aumento das tensões. Após um discurso inaugural de Xi Jinping incisivo na questão de Taiwan, Pequim inicia 2018 afirmando que o ano testemunhará o aumento das tensões interestreito (HUANG, 2018). É a primeira vez na história que o governo da RPC afirma que as relações irão deteriorar, ao invés de conclamar os chineses de Taiwan a trabalhar pela aproximação.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA: CONDICIONANTES DA ABORDAGEM ESTRATÉGICA CHINESA PARA TAIWAN

O presente capítulo busca analisar condicionantes estruturais da abordagem estratégica chinesa para Taiwan. A premissa para existência deste esforço é de que o objeto de estudo, a abordagem estratégica chinesa para Taiwan, deve ser entendida, em um primeiro momento, no seu aspecto histórico. A importância da História deriva do seu legado para todas as ações futuras, que passa a exercer uma influência remota em questões estratégicas de forma duradoura. Assim, se compreende esses elementos históricos como representantes significativos de uma noção universal hegeliana do objeto de estudo¹. Isto é, ao se considerar que qualquer estratégia, presente ou futura, será impactada pelas decorrências securitárias, políticas e econômicas de pontos cruciais da história, tais decorrências tornam-se universais. Particularizar o caso atual, a fim de delimitá-lo no pós-Guerra Fria, ainda requer que seja feita uma análise dos condicionantes históricos. A análise histórica é aqui realizada a partir de uma perspectiva braudeliana de longo prazo: a história é resultado da interação estruturada entre a agência humana e seu contexto, que se influenciam mutuamente em múltiplos processos de longa duração (BRAUDEL, 1992). A concepção histórica articulada por Fernand Braudel torna possível compreender a realidade humana em sua pluralidade característica. Ao estudar a história a partir de diversas perspectivas, o autor francês abre a possibilidade do diálogo entre seu campo e as demais ciências sociais. Ao mesmo tempo, ele rompe com a abordagem narrativa, que encadeia eventos sem pensar nos processos que só podem ser percebidos nos padrões estruturais de longo prazo. Sua obra de vida foi propor uma história aberta, que se constrói através das múltiplas estruturas nas quais os humanos operam as mais diversas atividades, os que por sua vez também têm algum impacto nessas mesmas estruturas. Tendo em mente essa importante contribuição, se buscou entender os fatores históricos que resultaram em importantes repercussões estratégicas na perspectiva da República Popular da China em relação à Taiwan. Os fatores devem ter relação necessária, então, com as estruturas internacionais e seus padrões na história.

A realidade humana, trabalhada por Braudel, precisa ser, por necessidade lógica, maior do que a realidade internacional. A estrutura histórica do pensador francês, nesse ponto do estudo, dá lugar à estrutura internacional. O internacional em si também pode ser entendido como um conjunto de estruturas, múltiplas e complexas, relacionadas de formas diferentes com aspectos do poder nas interações dos agentes deste nível. O presente estudo trata da

¹ Conferir Referencial Epistemológico, na Introdução.

estrutura internacional de forma análoga à proposta por Susan Strange em *Estados e Mercados* (1998). Sua obra operou uma expansão do conceito de poder para incluir seu tipo estrutural, isto é, a capacidade de influenciar as diferentes estruturas internacionais; em suas palavras, significa “decidir como as coisas devem ser feitas, o poder de moldar os marcos fundamentais (*frameworks*) nos quais os Estados se relacionam” (STRANGE, 1998, p. 25) entre si e com demais agentes. A fim de expandir as concepções realista e marxista, que determinam a estrutura a partir do poder militar e produtivo, respectivamente, a autora defende que as estruturas não são homogêneas em seus aspectos concretos e operativos. Assim, não podem ser reduzidas à uma lógica de operação comum, além da já mencionada relação com o poder no nível internacional². O restante de seu livro é “[...] uma tentativa de explorar e desenvolver cada um desses aspectos ou fontes de poder estrutural na economia política mundial” (STRANGE, 1998, p. 28). O esforço da autora foi um dos primeiros dentro do seu campo em tentar, ao mesmo tempo, sintetizar percepções e ampliar concepções. A ideia deste capítulo é similar, fruto de uma analogia entre o pensamento da autora e uma compreensão em três partes das estruturas: securitárias, políticas, e econômicas³. Assim, a perspectiva que se desenvolve, com a autora, pela interação entre Estados e Mercados, se volta aqui à abordagem focada majoritariamente no Estado, de forma condizente com o próprio objeto de pesquisa.

Em suma, o capítulo busca fazer um levantamento de elementos históricos estruturantes da estratégia chinesa, isto é, de episódios e de processos que condicionaram a formulação estratégica envolvendo Taiwan. O método analítico utilizado nesse capítulo é a interpretação histórica baseada em cinco estudos de caso. O capítulo se divide, assim, em cinco partes, relacionadas à eventos e processos envolvendo Taiwan que impactaram substantivamente na estratégia chinesa: a Guerra da Coreia (1950-53); as duas primeiras Crises dos Estreitos de Taiwan (1954-1955/1958); o Reatamento Sino-Estadunidense e a Diplomacia Triangular; o processo de Revolução Nacional em Taiwan; e, por fim, as sucessões de liderança na China pós-Deng Xiaoping. A lógica na escolha desses casos foi seu impacto, no plano internacional,

² A autora categoriza as estruturas em primárias (securitária, produtiva, financeira e do conhecimento) e secundárias (transporte, comércio, energia e bem-estar). A autora admite que nas estruturas secundárias poderiam constar aspectos de suma importância à atividade humana, como o Direito Internacional e alimentação, por exemplo. A escolha contou, nas próprias palavras da pesquisadora, com algum grau de arbítrio, mas com a característica comum que as estruturas secundárias dependem, de alguma forma, das estruturas primárias. As primárias, por sua vez, não teriam essa subordinação, mas sim uma interação perene e de influências mútuas.

³ Conforme o referencial epistemológico do presente trabalho, buscou-se operar uma síntese entre a visão da autora e a concepção do próprio Programa de Pós-Graduação no qual o presente trabalho tem sua origem.

na polarização⁴ e na polaridade⁵. As três primeiras seções procuram apresentar como a questão de Taiwan pode ser considerada parte da causa que determina o perfil da abordagem chinesa em resposta às novas conjunturas, e como a estratégia da RPC reconfigurou-se como consequência dos eventos. A abordagem chinesa, assim, é o fenômeno causado. Busca-se apontar o processo que parte de um determinado contexto em que se insere a questão de Taiwan (ou seja, da reunificação nacional) e tem como consequência percepções e respostas específicas da China, ocasionalmente contendo passos intermediários (*variáveis intervenientes*⁶). As outras duas seções analisam a evolução do contexto político-econômico taiwanês e chinês, respectivamente. A escolha do foco analítico dessas últimas seções se justifica pela compreensão de que, da mesma forma que o contexto internacional condiciona a formulação das estratégias, o contexto interno da China e as condições internas taiwanesas se inserem na construção estratégica relacionada à Revolução Nacional. A conclusão do capítulo busca sumarizar os elementos estruturantes para substanciar as análises dos passos seguintes da pesquisa.

2.1 GUERRA DA COREIA (1950-53)

A Guerra da Coreia foi um dos primeiros e mais importantes momentos nos quais a RPC percebeu a continuidade da vulnerabilidade estratégica na condição de não poder garantir a defesa, ao mesmo tempo, da divisa com a Península Coreana e de uma ofensiva lançada a partir da Ilha de Taiwan. A Guerra da Coreia foi, também, um dos momentos em que a possibilidade de escalada nuclear foi mais crível na Guerra Fria⁷. A participação chinesa se deu, em grande parte, frente à possibilidade de se envolver em uma guerra em duas frentes, devido à hipótese de Jiang Jieshi (*Chiang Kai-shek*) enviar tropas da Ilha de Taiwan para a Península Coreana.

A Guerra da Coreia foi um dos marcos históricos que definiu a política internacional da segunda metade do século XX. A própria divisão da Península Coreana foi resultado, no plano internacional, da sua partilha geográfica entre os Estados Unidos e a União Soviética, sobreposta à sua clivagem sociopolítica interna (um norte mais industrializado e um sul mais rural). Ao final da II Guerra Mundial, a União Soviética foi instada pelos Estados Unidos a realizar campanha terrestre contra as forças japonesas que ainda estavam no Continente, o que

⁴ Entendida como grau de tensão entre as Grandes Potências.

⁵ Referente ao número de potências, seja no plano internacional ou no regional.

⁶ Conferir subcapítulo sobre metodologia na Introdução.

⁷ “O General MacArthur pretendia fazer uso dessas armas [nucleares] contra o território chinês durante a Guerra da Coreia.” (VISENTINI, 2013, p. 107).

de fato ocorre em agosto de 1945, em paralelo ao ataque atômico estadunidense. A guerrilha antijaponesa na península, finda a guerra, estabeleceu-se em comitês populares. Os comitês localizados ao sul do Paralelo 38, entretanto, foram dissolvidos pelas unidades pró-japonesas colocadas lá em funções policiais pelos estadunidenses (VISENTINI, 2013).

Originalmente, em Yalta, o acordo firmado entre Roosevelt e Stálin visava estabelecer um protetorado para a Coreia, administrado pelos Estados Unidos, União Soviética, China e Grã-Bretanha. Com a morte de Roosevelt, Stálin reiterou ao novo presidente dos EUA, Harry Truman, seu apoio para uma resolução multilateral para a Coreia. Na conferência de Potsdam, os planos evoluíram para uma divisão de responsabilidades entre soviéticos e estadunidenses na guerra contra o Japão (LIU, 2004). Após a rendição japonesa, os Comitês Revolucionários na Península proclamaram a República Popular, mas perderam o controle da porção sul com o desembarque estadunidense que colocou Syngman Rhee no poder. No Norte, uma reforma agrária consolidou o apoio ao regime de Kim Il-Sung (VISENTINI, 2013). Nenhum dos governos na Coreia reconhecia a divisão do país. Em 25 de junho de 1950, o Norte escala uma resposta às provocações do Sul, e atravessa o Paralelo 38. Avançam rapidamente pela península, encurralando as forças Sul-Coreanas e americanas na região de Pusan. O desembarque estadunidense em Inchon, em 15 de setembro, altera a correlação de forças, abre uma nova frente de batalha na retaguarda norte-coreana, e inicia um avanço em direção ao norte. A Figura 1, abaixo, mostra esta primeira fase da Guerra:

Figura 1 - Primeira fase da Guerra da Coreia, junho a setembro de 1950

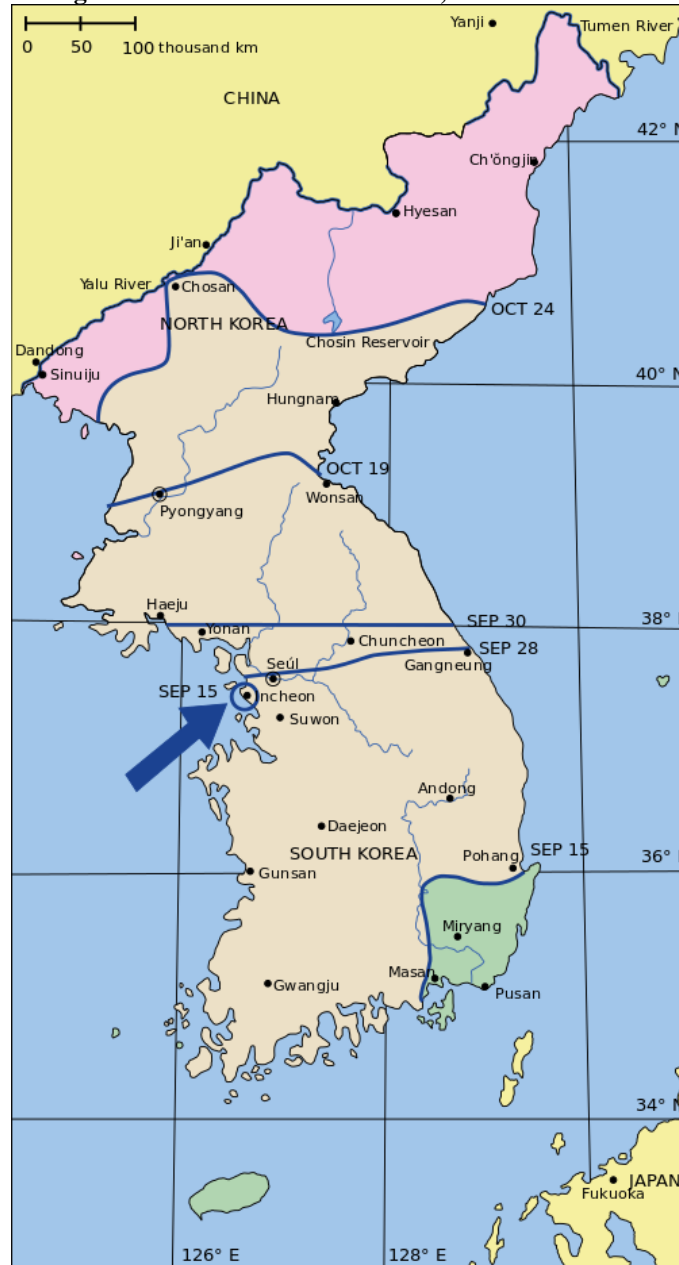


Fonte: XIA (2014a).

A investida estadunidense, que liderava as forças das Nações Unidas contra o exército norte-coreano, está inserida na mudança de sua Grande Estratégia após o Secretário de Estado Marshall falhar em consolidar um governo de coalizão na China. Nos quatro anos que se seguiram à rendição japonesa, os comunistas foram vitoriosos na porção continental da China, o que fortaleceu a retórica anticomunista, baseada na tese da expansão comunista e na ameaça ao capitalismo liberal. O Relatório 68 do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos definiu, em abril de 1950, o anticomunismo como base da hegemonia estadunidense, por intermédio do fortalecimento militar massivo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA -

EUA, 1950), e se tornaria o guia para a condução da política de contenção soviética. Assim, o avanço estadunidense continuou até próximo do Rio Yalu, na fronteira com a China e ponto estratégico para produção de energia da indústria na Manchúria (VISENTINI, 2013). A Figura 2, abaixo, mostra esta segunda fase da Guerra:

Figura 2 - Segunda fase da Guerra da Coreia, setembro e outubro de 1950



Fonte: XIA (2014b).

Após a “perda da China” (VISENTINI, 2013, p. 136), com a vitória dos comunistas na Guerra Civil Chinesa, os Estados Unidos preparavam um plano contingencial para recolocar

as forças nacionalistas no continente. Tais planos foram alterados pela eclosão da Guerra da Coreia:

Planos americanos clandestinos para lançar um golpe de Estado contra Jiang Jieshi em Taiwan, já maduros, complicaram-se naquele mesmo fim de semana [em que se inicia a Guerra]; Dean Rusk reuniu-se com vários chineses no hotel Plaza, em Nova York, na noite de 23 de junho de 1950, na esperança de que eles iriam formar um governo para substituir o regime de Jiang, ameaçado por uma invasão iminente dos comunistas chineses. Ele e Acheson queriam um líder confiável em Taipei, para que seu desejo secreto de manter a Ilha separada do controle continental estabelecesse um governo que Truman poderia justificar seu apoio.⁸ (CUMINGS, 2010, p. 23, tradução nossa).

O excerto indica que a dinâmica interestreito estava no topo da agenda estadunidense para a Ásia na época, mas teve de ser posta em espera por causa da eclosão do confronto coreano. A Guerra trouxe assim a necessidade de se estabilizar a situação no Estreito para que se pudesse direcionar os esforços para a Península Coreana. Logo após a eclosão do conflito coreano, o presidente Truman ordena o envio da Sétima Frota dos EUA para o Estreito de Taiwan, estabelecendo-se um impasse na Guerra Civil. No início daquele ano, Truman havia declarado que, apesar dos EUA reconhecerem o governo do GMD (*Guomindang*) como único governo da China, as Forças Armadas estadunidenses não interfeririam em um confronto entre comunistas e nacionalistas. A neutralização do Estreito é vista pelos chineses como interferência direta em seus assuntos internos. Essa rivalidade estratégica é aprofundada ainda mais pelo General MacArthur, que, no final de julho de 1950, em meio a reverses no campo de batalha coreano e antes do desembarque em Inchon,

[...] voou para Taiwan para dois dias de conversações com o líder do Guomindang, Jiang Jieshi. No final dessas conversações, MacArthur fez um vago anúncio público elogiando os esforços anticomunistas de Jiang, mas afirmou ainda que ‘arranjos foram concluídos para uma coordenação eficaz entre as forças americanas sob o meu comando e as forças do governo chinês’. Isto soou suspeitosamente como se tropas nacionalistas chinesas estivessem prestes a serem introduzidas na luta coreana, o que definitivamente não era a política do governo dos Estados Unidos. MacArthur desdenhosamente se recusou a dar detalhes de seu suposto plano para o Departamento de Estado, e até mesmo esperou quatro dias para informar o Estado-Maior Conjunto, nominalmente seus superiores, sobre esta importante reunião.⁹ (DONALDSON, 2013, p. 203, tradução nossa).

⁸ Do original: “Maturing clandestine American plans to launch a coup d’état against Chiang Kai-shek on Taiwan complicated this same weekend; Dean Rusk met with several Chinese at the Plaza hotel in New York on the evening of June 23, 1950, hoping that they would form a government to replace Chiang’s regime, which was threatened by an impending invasion from the Chinese Communists. He and Acheson wanted a reliable leader in Taipei, so that their secret desire to keep the island separate from mainland control would field a government that Truman could justify supporting.” (CUMINGS, 2010, p. 23)

⁹ Do original: “At the end of July, MacArthur flew to Taiwan for two days of talks with Chiang Kai-shek. At the end of these talks MacArthur made a vague announcement praising Chiang’s anti-Communism, but further stated that “arrangements have been completed for effective coordination between American forces under my command and those of the Chinese government.” This sounded suspiciously as though Chinese Nationalist troops were to be introduced into the Korean fighting, which was definitely not U.S. government

Tornava-se evidente nas declarações de MacArthur, acerca do uso do arsenal atômico e sobre o possível engajamento de um contingente de 500 mil soldados de Jiang Jieshi contra a China, que seu objetivo era subjugar este país (VISENTINI, 2013). Inclusive, declarou publicamente que:

[...] o inimigo [a China], portanto, deve agora estar dolorosamente ciente de que uma decisão das Nações Unidas de abandonar o seu esforço tolerante de conter a guerra à área da Coreia, através de uma expansão de nossas operações militares para as suas zonas costeiras e bases interiores, condenaria a China Vermelha ao risco de colapso militar iminente¹⁰. (JAMES, 1985, p. 586, tradução nossa).

A importância de Taiwan para a vitória sobre a China fica evidenciada inclusive no curso da Guerra da Coreia:

Apesar de estar em meio a um confronto ao longo do perímetro de Pusan, MacArthur, no entanto, encontrou tempo para criticar a política do governo em sua mensagem para os Veteranos de Guerras Estrangeiras em 20 de agosto, dizendo que os Estados Unidos, por uma questão de lógica militar, deveriam manter Taiwan como um ‘porta-aviões impossível de ser afundado’, como um ponto crítico de um arco geográfica natural de defesa para proteger os interesses dos EUA no Pacífico. MacArthur salientou a importância estratégica de Taiwan e insistiu que os EUA deveriam, a qualquer custo, manter o controle daquela Ilha. Ele foi categórico ao sugerir que os EUA seriam capazes de utilizar Taiwan como base em quaisquer futuras operações contra o continente ‘asiático’¹¹. (LIU, 2004, não paginado, tradução nossa).

As futuras operações, a que se refere MacArthur no excerto acima, seriam a invasão da China, pois a lógica do uso do porta-aviões, “inafundável” no caso de Taiwan, seria a projeção de força. A presença na Ilha era necessária para executar os planos do General de invadir o continente. Com seu estilo grandiloquente,

[...] ele também apontou para o fato de que Taiwan seria uma grande ameaça à segurança dos EUA se controlado por um poder hostil. [...] ‘Nada poderia ser mais falacioso’, acusou ele, ‘que o argumento esfarrapado, daqueles que

policy. MacArthur cavalierly refused to give details of his supposed plan to the State Department, and even waited four days to report to the Joint Chiefs of Staff, nominally his superiors, on this important meeting.” (DONALDSON, 2013, p. 203)

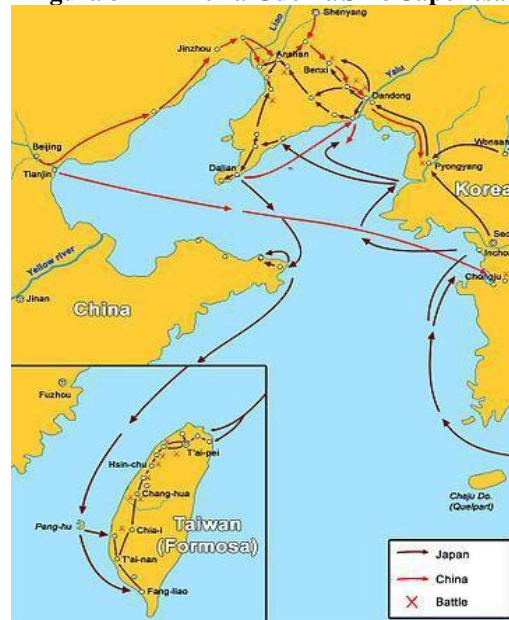
¹⁰ Do original: “The enemy, therefore must by now be painfully aware that a decision of the United Nations to depart from its tolerant effort to contain the war to the area of Korea, through an expansion of our military operations to its coastal areas and interior bases, would doom Red China to the risk of imminent military collapse.” (JAMES, 1985, p. 586)

¹¹ Do original: “In spite of his embattled situation along the Pusan Perimeter, MacArthur nonetheless found time to criticize administration policy in his message to the Veterans of Foreign Wars on August 20, saying that the United States, as a matter of military logic, should keep Taiwan as an “unsinkable aircraft carrier”, as a critical salient of a natural geographic arc of defense to protect US interests in the Pacific. MacArthur stressed the strategic importance of Taiwan and insisted that the US must, at any cost, retain control of that island.” (LIU, 2004, não paginado)

defendem apaziguamento e derrotismo no Pacífico, que se defendermos Formosa alienaremos a Ásia continental. Aqueles que falam assim não entendem o Oriente'.¹² (LIU, 2004, não paginado, tradução nossa).

A abertura de uma frente de batalha na Península Coreana era do interesse de Jiang Jieshi, tendo em vista proximidade dela à Manchúria, região estratégica chinesa e local onde se iniciou sua derrota para os comunistas após a Longa Marcha de Mao. A possibilidade de envio de tropas nacionalistas à Península surge como reedição da experiência chinesa nas Guerras Sino-Japonesas (GSJ). O Tratado de Shimonoseki (1895), resultante da I GSJ, deu soberania ao Japão sobre a Ilha de Formosa; e fez a China abdicar de sua influência sobre a Coreia, processo que se concluiu em 1910 com a anexação japonesa da Península. A criação do Estado fantoche de Manchukuo (1932), na Manchúria, pelo Império japonês, seguiu-se à invasão da região, o que se tornou possível pela sua presença na Coreia. Durante a II GSJ, os bombardeios aéreos iniciais sobre Xangai (1937) e Chongqing (1938) partiram de bases em Formosa (HÁKAN, 2013), e ajudaram no avanço japonês sobre o continente (HARMSSEN, 2013). A Figura 1 mostra o mapa de batalhas da I GSJ, com o avanço japonês sobre a Coreia, Formosa, Manchúria e Península de Shandong. A Figura 2 mostra o avanço japonês sobre a China de 1931 a 1938.

Figura 3 - Primeira Guerra Sino-Japonesa



Fonte: Larsen (2006).

¹² Do original: “He strongly hinted that the US would be able to use Taiwan as a base in any future operations against the “Asiatic” mainland. He also pointed out that Taiwan would be a formidable threat to US security if controlled by an unfriendly power. [...] ‘Nothing could be more fallacious’, he charged, ‘than the threadbare argument by those who advocate appeasement and defeatism in the Pacific that if we defend Formosa, we alienate continental Asia. Those who speak thus do not understand the Orient.’” (LIU, 2004, não paginado)



Fonte: Heineman (2011).

O primeiro mapa ilustra o que pode ser considerado como a preparação operacional para a posterior invasão da massa continental chinesa, como ilustrada no segundo mapa. A tomada da península coreana, e a posterior tomada de Formosa a partir dela, foi o que possibilitou o avanço japonês pelo continente. A presença das tropas de Jiang Jieshi na Coreia permitiria a reedição das manobras japonesas descritas nos mapas acima.

As interpretações mais tradicionais apontam principalmente para o internacionalismo comunista e para a lógica da segurança nacional como motivadoras principais para o engajamento (BYUNG, 1996). Na análise aqui proposta, busca-se trazer a questão de Taiwan, e conseqüentemente da reunificação nacional, como fator implícito por trás da decisão chinesa. A possibilidade de se verem envolvidos em uma nova guerra em duas frentes pode ser percebida como um fator importante para a decisão dos comunistas chineses em entrar na Guerra, mesmo sem apoio soviético (DEUTSCHER, 1950). No dia 10 de outubro, após um período em Moscou negociando os termos da ajuda soviética ao esforço chinês, o Primeiro-Ministro Zhou Enlai alertou que Stálin não concederia apoio aéreo à operação. Isso acarretou a suspensão imediata da decisão de intervir na Península, combinada após dez dias de intensas reuniões do Birô Político do Comitê Central (Politburo) do Partido Comunista da China. Paralelamente, Mao Zedong (*Mao Tsé-Tung*) chamou Peng Dehuai e Gao Gang, responsáveis, respectivamente, pela iminente operação e

pelos assuntos militares do PCCh no nordeste da China, de volta à China para consultas (HUNT, 1992). Na sessão de reuniões no dia 13 de outubro a cúpula do Partido decidiu, em acordo unânime, o envio de tropas, mesmo sem a garantia de apoio aéreo, e o perfil da operação:

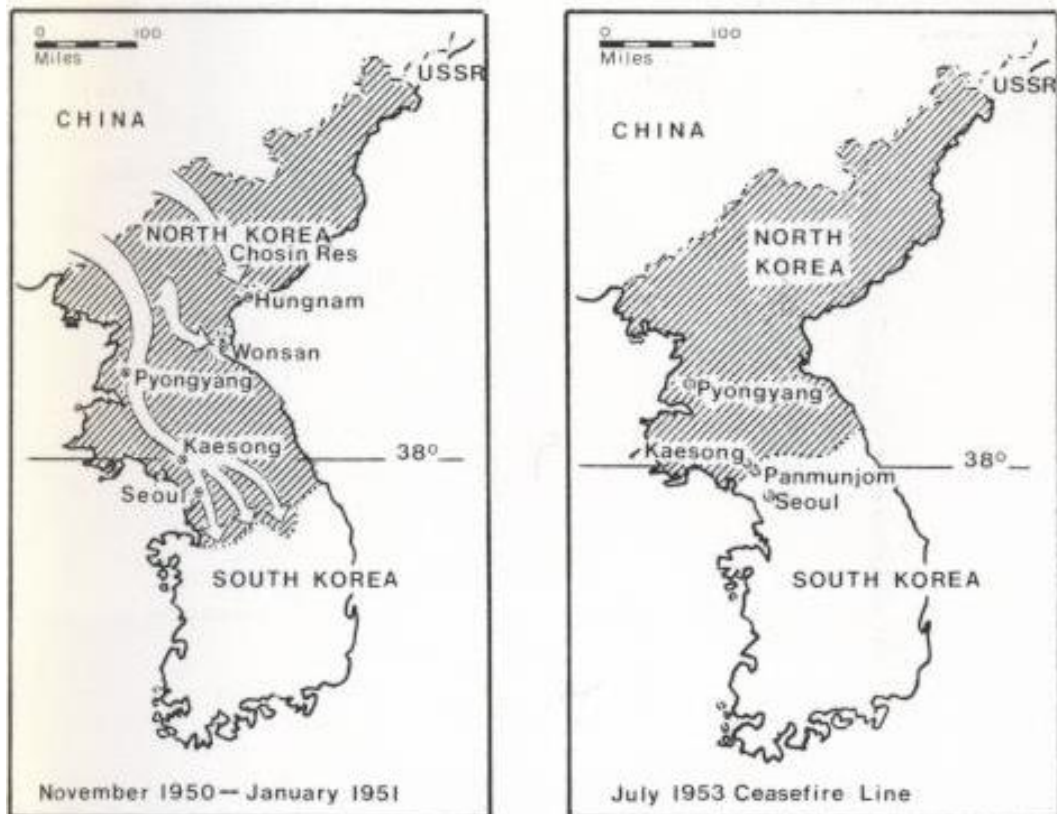
A reunião de 13 de outubro do Politburo e as discussões de Mao com Peng no dia 14 produziram consenso em torno de proceder com cautela e evitando um confronto direto com os Estados Unidos. Os voluntários deveriam concentrar seus ataques contra as forças "fantoche" da Coreia do Sul e evitar acertar as forças americanas, apenas isoladamente. Os voluntários deveriam, além disso, não fazer um avanço rápido, mas sim estabelecer uma base de operações na região montanhosa ao norte de Pyongyang e Wonsan. Se as forças americanas não avançassem além desses dois pontos por seis meses, em seguida, as forças chinesas ganhariam tempo para se prepararem para qualquer ação que Pequim pudesse achar melhor no final desse período. A resolução do Politburo opinou, um tanto vagamente, que tal ação 'produziria uma mudança a nosso favor.' O consenso não abordou a possibilidade de que MacArthur poderia continuar seu avanço rápido, não dando às forças chinesas período de tolerância e a Pequim nenhuma chance para uma resolução pacífica do confronto.¹³ (HUNT, 1992, p. 463, tradução nossa).

Nota-se, a partir do excerto acima, que a preocupação chinesa estava calcada em considerações estratégicas. Como coloca Henry Kissinger, “[a] estratégia chinesa geralmente exhibe três características: análise meticulosa de tendências de longo prazo, estudo cuidadoso de opções táticas e exploração imparcial de decisões operacionais” (KISSINGER, 2011, p. 143). A intenção de estabelecer um impasse para se permitir um retorno à diplomacia, enquanto se prepara para a continuação do combate caso esta falhe, era condizente com o momento estratégico vivido pela China. A República Popular acabara de completar apenas um ano de existência, e não havia controle pleno sobre todo o território. Tal intenção foi reiterada por Mao em mensagem a Zhou Enlai, na época em Moscou negociando o possível apoio soviético à operação (HUNT, 1992). O autor afirma que, mesmo não sendo possível saber se a criação de uma “zona tampão” na Coreia bastaria para os chineses em um cenário que eles mantivessem as condições de prosseguir avançando na Península, Mao era suficientemente discípulo de Sun Zi (*Sun Tzu*) para perseguir sincronicamente estratégias aparentemente contraditórias, deixando que as futuras

¹³ Do original: “The 13 October Political Bureau meeting and Mao's discussions with Peng on the 14th produced a consensus in favor of proceeding cautiously and avoiding a direct challenge to the United States. The volunteers were to concentrate their attack on the South Korean "puppet" forces and avoid hitting any but isolated American forces. The volunteers were, moreover, not to make a rapid advance but rather establish a base of operations in the mountainous region north of Pyongyang and Wonsan. If American forces did not advance beyond those two points for six months, then Chinese forces would gain time to prepare for whatever action Beijing might think best at the end of that period. This action, the Political Bureau resolution somewhat vaguely opined, would "produce a change to our advantage." The consensus did not address the possibility that MacArthur might continue his rapid advance, giving the Chinese force no grace period and Beijing no chance for a peaceful resolution of the confrontation.” (HUNT, 1992, p. 463)

táticas sejam determinadas pelas futuras conjunturas. Já os Estados Unidos não tinham essa capacidade de harmonizar objetivos políticos e militares, e se obstinaram nos termos construídos na lógica paroquial do início da Guerra Fria, de “obter a vitória” no conflito (KISSINGER, 2011). Assim, em 19 de outubro, os chineses entram na Coreia para que a correlação de forças novamente se alterasse, permitindo novo avanço das tropas do Exército de Libertação do Povo (ELP) chinês, mais dois anos de intensos confrontos, e o retorno da fronteira para o Paralelo 38. Os mapas a seguir, da Figura 5, mostram respectivamente o contra-ataque propiciado pelos chineses, e o impasse derradeiro:

Figura 5 - Terceira e quarta fases da Guerra da Coreia, novembro de 1950 a julho de 1950



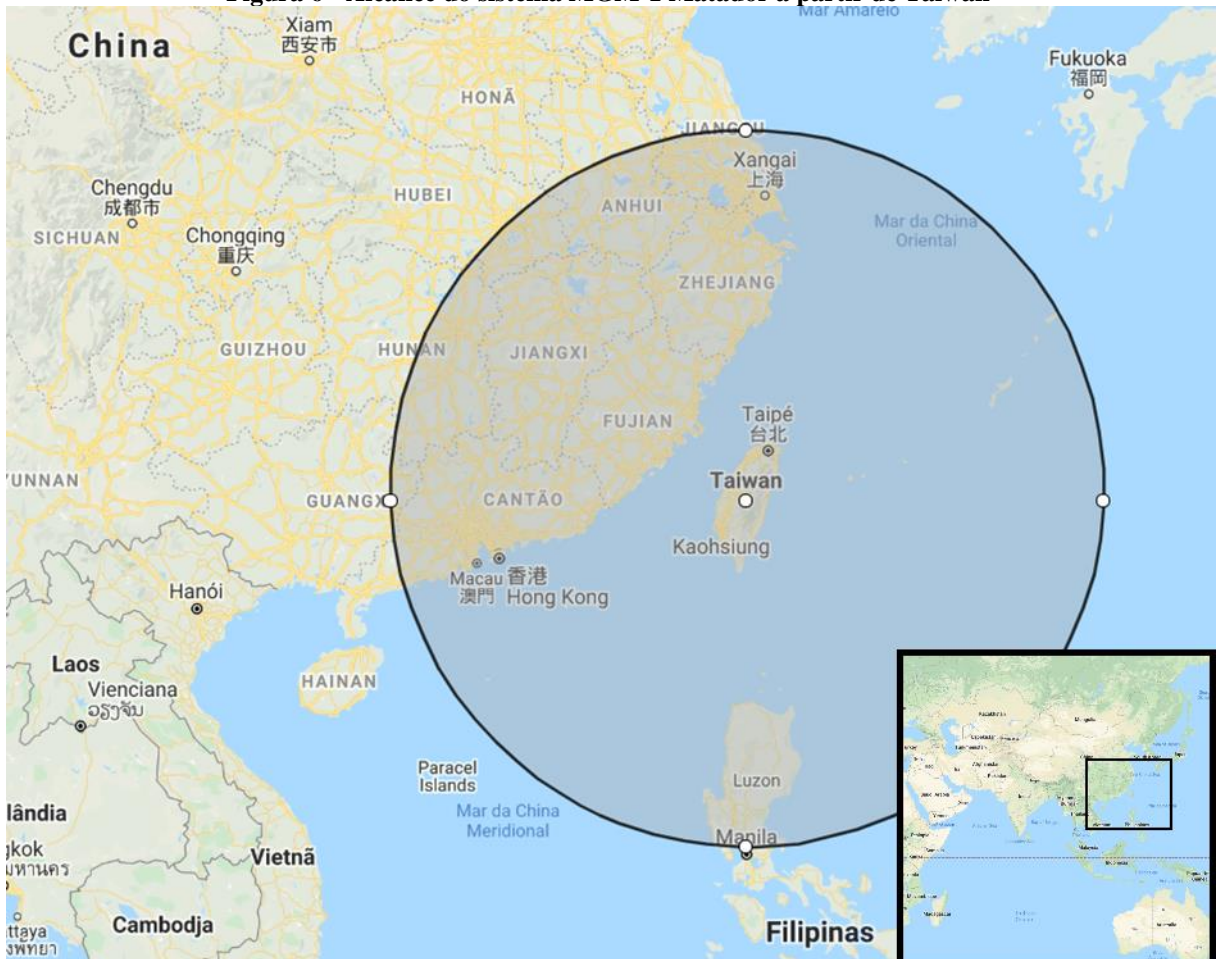
Fonte: Thomas e Abbot (1986).

2.2 AS CRISES DO ESTREITO DE TAIWAN DA DÉCADA DE 1950 (1954-1955/1958)

Durante a década de 1950, o Estreito de Taiwan foi o palco de novas tensões entre a ilha e o continente. Por extensão, estes foram momentos de grande tensão entre chineses e estadunidenses. Os enfrentamentos, ocorridos respectivamente em 1954-55 e 1957-58 vieram a ser chamados de Primeira e Segunda Crises do Estreito (KISSINGER, 2011). Os Estados Unidos intervieram nas duas crises, que também contribuíram diretamente para o

rompimento entre China e União Soviética. Na primeira crise, em 1954, a frota americana se posicionou no Estreito para evitar confrontação direta de tropas. É nesse episódio que o então Presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, afirmou não descartar a utilização da bomba atômica em um conflito com os chineses. Em 1957, foi então instalado o sistema de mísseis MGM-1 “Matador”¹⁴ na Ilha, que poderia levar ogivas nucleares para o continente (YAZHOU, 2008). O mapa da figura 6, mostra o alcance do sistema, em seu máximo de 1.000 km (PARSCH, 2006), a partir do ponto central de Taiwan, o que daria a possibilidade de atingir uma porção significativa do litoral chinês, incluindo a cidade de Xangai.

Figura 6 - Alcance do sistema MGM-1 Matador a partir de Taiwan



Fonte: Elaboração nossa a partir dos mapas Google (<https://www.google.com.br/maps>) com uso das ferramentas disponibilizadas por Map Developers (<https://www.mapdevelopers.com>) e dados de PARSCH (2006)

A instalação do Matador, com sua capacidade de perpetrar extermínio de grandes contingentes populacionais, remeteu os chineses à lembrança dos bombardeios japoneses

¹⁴ O sistema Matador consistia em um míssil cruzador tático superfície-superfície que carregava ogivas nucleares (MGM-1), que por ser de baixo rendimento era capaz de espalhar radioatividade por uma grande área.

sobre Xangai (1937) e Chongqing (1943), durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Somou-se a isso o fato dos mísseis MGM-1 transportarem ogivas nucleares, o que poderia tornar a China o palco de uma guerra nuclear (YAZHOU, 2008). Esses dois fatores contribuíram de forma decisiva para os reflexos políticos para a China após crises do Estreito, isto é, o rompimento sino-soviético, a adoção do Grande Salto Adiante e o desenvolvimento do programa nuclear militar (VISENTINI, 2013).

A primeira crise iniciou-se em agosto de 1954, quando Jiang Jieshi determinou o envio de 73 mil homens para as ilhas de Jinmen (Kinmen ou Quemoy) e Mazu (Matsu). Estas ilhas, que ficaram sob o controle do governo liderado pelo Guomindang, se localizam mais próximas ao continente, como ilustra a Figura abaixo (GUSS, 2007).

Figura 7 - Mapa do Estreito de Taiwan



Fonte: Guss (2007).

Seguiu-se uma escalada de tensões. Zhou Enlai, Primeiro-Ministro chinês, respondeu afirmando que Taiwan deveria ser libertada. Os Estados Unidos passaram a pressionar os comunistas a não atacar as forças de Jiang Jieshi e enviaram a Sétima Frota para o Estreito de Taiwan. A partir de setembro, o governo comunista passou a bombardear as Ilhas Jinmen e Mazu, e posteriormente Dachen e Yinjiangshan, na costa de Zhejiang (PIKE, 2013). Isso acelerou as tratativas para um Tratado de Defesa Mútua entre Taipei e Washington, que foi assinado no final do ano. O Tratado abrangia o caso de um ataque de Pequim às ilhas de Taiwan e Penghu, mas omitia Jinmen e Mazu. Desta feita, o ataque continental a Jinmen e Mazu persistiu no início do ano seguinte (KISSINGER, 2011).

Os Estados Unidos subiram o tom e tanto o Secretário de Estado, John Foster Dulles, quanto o Presidente, Dwight Eisenhower, ameaçaram utilizar armas nucleares “como se usam balas” (MARTINS; VISENTINI, 2013, p. 108). Diante da ameaça e do não apoio soviético, a China recuou e Zhou Enlai afirmou durante a Conferência de Bandung, em 1955, que seu governo tinha a disposição de negociar. Apesar disso, as forças continentais conseguiram tomar as ilhas de Dachen e Yijiangshan, na costa da província de Zhejiang (CHEN, 2001; KISSINGER, 2011).

A incapacidade chinesa em resistir à chantagem nuclear dos Estados Unidos produziu um intenso debate na cúpula do Partido Comunista da China. A ala liderada pelos militares Liu Bocheng e Ye Jianying apresentava como opção a criação de um programa nuclear militar próprio, que eventualmente demandaria um foco maior na indústria pesada em detrimento das demais áreas da economia. A corrente do marechal Peng Dehuai e do político Liu Shaoqi, por sua vez, propunha um desenvolvimento econômico equilibrado e gradual, consonante à construção de capacidades convencionais, o que em última instância tornaria a economia chinesa mais sustentável no longo prazo. O argumento de Peng era de que, num primeiro momento, o guarda-chuva nuclear soviético seria capaz de assegurar a dissuasão chinesa e, por essa razão, o país poderia e deveria se concentrar no desenvolvimento de capacidades convencionais (GODWIN, 1988).

Após a Primeira Crise do Estreito, o governo de Jiang Jieshi reforçou seus efetivos em Jinmen e Mazu e passou a incursionar em território chinês, por meios aéreos e terrestres. Em 1957, os EUA despacharam seu 868º Esquadrão Missilístico Tático, com unidades do sistema “Matador” (MARTINS; VISENTINI, 2013).

O “Matador” representava uma alternativa mais barata de espalhar radiação no território continental da China, visto que utilizava mísseis cruzadores superfície-superfície – e não balísticos – com capacidade de disparo ogivas nucleares (MGM-1). Seu alcance, cerca de 1000 km (620 milhas), tornava-o capaz de atingir grandes cidades chinesas (PIKE, 2012). A possibilidade — mesmo que não comprovada — de que o Guomindang pudesse acionar independentemente as bombas tornou-se um fator agravante nos cálculos chineses. Assim, em julho de 1958, Mao Zedong decidiu bombardear novamente Jinmen e Mazu, utilizando como justificativa o apoio à luta dos árabes contra a intervenção “imperialista” estadunidense no Líbano (MARTINS; VISENTINI, 2013).

Mais uma vez, os Estados Unidos intervieram, ameaçando lançar armas nucleares contra o território chinês. Diante da ameaça nuclear estadunidense, a China buscou o apoio soviético. A União Soviética manteve sua política de “Coexistência Pacífica” com os

Estados Unidos e não se mostrou disposta a defender a China em um conflito nuclear por Taiwan. Com a tímida resposta soviética, os chineses tiveram de recuar e constataram que não poderiam contar com o guarda-chuva nuclear soviético (CHEN, 2001; ROBERTS, 2012).

Somadas, a recusa soviética em transmitir tecnologia para o desenvolvimento do programa nuclear militar chinês¹⁵. e a falta de apoio à China na Segunda Crise do Estreito de Taiwan, provocaram o deterioramento das relações sino-soviéticas, que levou à ruptura em 1961 (PIKE, 2010; MARTINS; VISENTINI, 2013).

O distanciamento entre os dois países iniciou-se ainda em 1956, com a ascensão de Nikita Khrushchev, novo líder da União Soviética (URSS). Khrushchev havia promovido a “desestalinização” e a coexistência pacífica com os Estados Unidos e o mundo capitalista. Para Mao, a influência do revisionismo soviético poderia colocar em risco a legitimidade do PCCh. Além disso, a política de Coexistência Pacífica, lançada por Khrushchev, surgiu pouco tempo após os chineses terem enfrentado a chantagem nuclear americana na Primeira Crise do Estreito, em 1954 e pouco tempo após o fim da Guerra da Coreia. Para a China, tornava-se cada vez menos plausível confiar em um aliado que queria, a todo custo, evitar uma guerra com o seu principal inimigo, os Estados Unidos (MARTINS; VISENTINI, 2013).

O desfecho da segunda crise do Estreito de Taiwan também teve uma influência decisiva sobre a evolução política da China Comunista e de sua política de desenvolvimento. Os defensores da criação de um programa nuclear militar próprio venceram o debate, alegando a necessidade urgente de reduzir a diferença tecnológica com relação aos Estados Unidos. O resultado prático foi o surgimento, ainda em 1958, do Grande Salto Adiante (MARTINS; VISENTINI, 2013). Este programa priorizava o desenvolvimento da indústria pesada, particularmente o aumento da produção de ferro e aço, por meio do incremento da industrialização rural (DAMAS, 2014; ROBERTS, 2012).

O plano apresentou, no seu início, bons indicadores na produção de ferro e aço. Como resultado, as lideranças aumentaram as metas. Com metas cada vez mais ambiciosas e dado o tenso ambiente político interno provocado pelo Movimento Antidireitista, muitos quadros do partido temiam ser considerados como direitistas e inimigos da revolução, de modo que passaram a manipular os indicadores. O ciclo vicioso produziu desastrosos resultados: a produção real de grãos despencou enormemente em virtude da redução na

¹⁵ Já havia um programa civil, em cooperação com a União Soviética (ROBERTS, 2012).

mão de obra agrícola; os trabalhadores passaram a enfrentar jornadas de trabalho desumanas para cumprir as metas estabelecidas¹⁶. Isto, que pode ser considerada a síntese da política de guerra popular prolongada, em sua interface civil, foi o resultado dos episódios de chantagem nuclear estadunidense (MARTINS; VISENTINI, 2013).

2.3 REATAMENTO SINO-ESTADUNIDENSE E DIPLOMACIA TRIANGULAR (DÉCADA DE 1970)

O conceito da Diplomacia Triangular de Richard Nixon, presidente estadunidense entre 1969 e 1974, era baseado na correlação de forças e nas relações entre Estados Unidos, União Soviética e República Popular da China. No início da década de 1970, os Estados Unidos buscaram se aproveitar da ruptura sino-soviética para se aproximar da China, como forma de balancear a influência soviética sobre a Eurásia. Desse modo, a política estadunidense para a China passava do apoio oficial ao Guomindang para os Comunistas. Um dos pontos centrais dessa aproximação era a garantia estadunidense de que a resolução do problema da unificação nacional (ou seja, de Taiwan) seria de prerrogativa exclusivamente chinesa.

Após o rompimento com a União Soviética, a China entrou em uma fase de progressivo isolamento internacional, consonante com a radicalização ideológica interna, que culminou na Revolução Cultural. Durante a década de 1960, mantinha-se a rivalidade estratégica da China com os Estados Unidos – principalmente em torno de Taiwan, Vietnã e Coreia – e as relações com a União Soviética se deterioravam. Assim, ao final dos anos 1960, a China estava cercada por um ambiente internacional hostil. Além das tensões crescentes com ambas as superpotências, permanecia o impasse com o regime de Jiang Jieshi no Estreito de Taiwan. Além disso, havia a Índia, humilhada pela derrota contra a China na guerra de 1962, que acolhia um autoproclamado governo tibetano no exílio. Após 1964, o Japão despontou com uma crescente economia e paulatinamente ampliava suas capacidades militares no Leste Asiático; e a devolução de Okinawa em 1972 ao controle de Tóquio entrelaçou a política de defesa do arquipélago com o projeto de defesa estadunidense sobre a região (KISSINGER, 2011).

¹⁶ A radicalização do ambiente político, no contexto de centralização do poder por Mao Zedong, atingiu tal ponto que Peng Dehuai fora demitido do cargo de Ministro da Defesa por tê-lo enviado uma carta pessoal, alertando-o sobre os problemas ocorridos durante a implementação do Grande Salto Adiante (ROBERTS, 2012).

Diante desse quadro, a China passou a reformular sua Política Externa e de Segurança. Esse processo teve início com a convocação de quatro marechais¹⁷ para produzirem uma análise sobre as possibilidades estratégicas para a China. Nesse trabalho, concluíram que a União Soviética tornara-se o rival mais perigoso da China. Além disso, após novos estudos, inferiram que os Estados Unidos não poderiam apenas assistir à “luta de dois tigres”, pois receavam que uma vitória soviética resultasse em um império ainda mais poderoso que o estadunidense, especialmente em um momento em que os Estados Unidos pareciam relativamente mais enfraquecidos – durante a Guerra do Vietnã. A melhor alternativa aos chineses, nesse quadro, seria promover os contatos diplomáticos com os EUA (KISSINGER, 2011; XIA, 2006).

A noção de que o governo de Washington acabaria sendo levado a apoiar o lado chinês em um conflito entre China e União Soviética explicaria o ataque preemptivo chinês a uma guarnição soviética na ilha de Zhenbao/Damansky, no rio Ussuri, na fronteira entre o nordeste da China e o sudeste russo. Os embates entre as tropas dos dois países, que tiveram início em março de 1969, se estenderam por seis meses¹⁸. O conflito teve grandes consequências do ponto de vista geopolítico (KISSINGER, 2011). A primeira foi que a URSS se viu obrigada a encaminhar para as fronteiras com a China um elevado número de tropas. A segunda implicação foi que os EUA perceberam no conflito entre os gigantes socialistas uma chance de reiniciar as relações com a China. O então Assessor de Segurança Nacional estadunidense e futuro Secretário de Estado daquele país, Henry Kissinger (1994; 2011), escreveria mais tarde que essa aproximação criaria o “triângulo estratégico de Nixon”.

Kissinger visitou a China em 1971, de modo a fazer os primeiros contatos e preparar a visita do Presidente Richard Nixon, que ocorreu em 1972. A visita de Nixon teve como resultado o Comunicado Conjunto de 1972, que marcava o reconhecimento diplomático da República Popular da China pelos Estados Unidos; a existência de uma única China; e o reconhecimento de que a questão de Taiwan era um assunto interno chinês (JOINT..., 1972).

O reatamento com a China estava em conformidade com as políticas que vinham sendo implementadas pelos Estados Unidos durante o governo Nixon como forma de compartilhar as responsabilidades de hegemonia do mundo capitalista e de contenção da

¹⁷ Chen Yi, Nie Rongzhen, Xu Xiangqian e Ye Jianying, que haviam sido expurgados durante a Revolução Cultural.

¹⁸ Além dos choques no Rio Ussuri, ocorreriam outros também na fronteira ocidental, especificamente entre Xinjiang e Tielieketi (região hoje administrada pelo Cazaquistão).

União Soviética. Em 1969, fora lançada a Doutrina Guam, que transferia aos aliados estadunidenses a responsabilidade principal por sua própria segurança. Em 1971, os Estados Unidos promoveram a desvalorização do dólar por meio da quebra do padrão-ouro, que reduziu as exportações do Japão e da Europa para os EUA e incentivou esses centros econômicos a aumentarem seu investimento externo direto (IED). Esse processo foi determinante para o Leste Asiático, pois possibilitou a expansão e consolidação da rede de subcontratação japonesa, abrindo espaço para a ascensão econômica de Taiwan no contexto dos Tigres Asiáticos¹⁹. Posteriormente, isso resultaria na modernização da indústria chinesa (ARRIGHI, 1998). Em suma, através do *buck-passing*²⁰ e do *burden-sharing*²¹, o governo de Richard Nixon lançou as bases para o regionalismo e a multipolaridade.

O reatamento entre China e Estados Unidos mudou o papel de Taiwan no cenário internacional. O regime liderado por Jiang Jieshi perdeu o assento que tinha na ONU para o governo comunista. Em 1979, quando foram estabelecidas oficialmente as relações diplomáticas entre a República Popular da China e os Estados Unidos, os EUA abandonaram as relações oficiais com o regime liderado pelo Guomindang, reconhecendo o princípio de “Uma China” (JOINT..., 1979).

No âmbito regional, o Japão também iniciou relações oficiais com o governo de Pequim, o que resultou no Comunicado Conjunto de 1972 e no Tratado de Paz e Amizade de 1978, que marcou o reconhecimento japonês do princípio de “Uma China” e a “Cláusula Anti-hegemônica”, que firmava o compromisso bilateral de buscar evitar qualquer outro país ou grupos de países de estabelecer hegemonia no Leste Asiático (CHENG, 2001; TOW, 1983).

As relações entre Taiwan e Estados Unidos continuaram a existir, porém por vias extraoficiais. Também em 1979, o Congresso estadunidense aprovou o Ato de Relações com Taiwan, que criava mecanismos para a manutenção de contatos com a ilha por ações executivas, sem força de lei. Entre estes mecanismos, estava o Instituto Americano em Taiwan e a permanência do comércio de armas (EUA, 1979). Em 1982, a China e os Estados Unidos publicaram um comunicado em que os EUA se comprometiam a diminuir progressivamente a venda de armas para Taiwan, sem que houvesse, todavia, um prazo

¹⁹ Na primeira fase, além de Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura; na segunda fase, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã.

²⁰ *Buck-passing* significa passar os custos, nesse caso, de manutenção da ordem regional.

²¹ *Burden-sharing* significa literalmente “compartilhamento do fardo”, isto é, dividir os custos, neste caso, de manutenção da ordem regional.

definitivo para o seu término²² (UNITED..., 1982). Simultaneamente, os Estados Unidos deram a Taiwan “seis garantias”. Entre elas, a de não reconhecer formalmente a soberania da China continental sobre Taiwan (EUA, 1982).

A aproximação sino-americana também se evidenciava pelo aspecto material: o programa “Pérola da Paz” de desenvolvimento do caça J8-II. Assim, da mesma forma que vendiam armas a Taipei, os Estados Unidos promoveram massiva transferência de tecnologia em sistemas de aviônica para a indústria aeronáutica chinesa (AIR FORCE WORLD, 2012).

A tensão interestreito remanescente da Segunda Crise dos Estreitos, por sua vez, reduziu bastante durante a década de 1980. Isto também era possível pela aproximação observada entre China e Estados Unidos. O continente continuou buscando reintegrar Taiwan, não mais pela confrontação militar, mas pela combinação entre integração econômica e arranjo político-institucional. Do ponto de vista econômico, houve a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), entre elas Xiamen, a cidade da China mais próxima de Taiwan, o que poderia ser considerado um convite direto para que empresários taiwaneses investissem no continente (LU; TAO, 2012). Do ponto de vista político-institucional, a Constituição chinesa de 1982 instituía o “Um País, Dois Sistemas” que propunha a criação de “Regiões Administrativas Especiais”, que manteriam seus sistemas político e social, cedendo ao governo de Pequim a soberania sobre política externa e defesa (CHINA. 1982).

2.4 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TAIWANÊS

Antes de entender o processo de desenvolvimento econômico Taiwan é necessário contextualizar, brevemente, a situação em que se encontrava o conflito entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista ainda no continente, dado o caráter que tal embate confere à organização do GMD, ponto de partida das suas posteriores reformas que darão o tom da própria revolução. A tentativa de restabelecimento da monarquia na China por Yuan Shikai, em 1915, aliada à morte de Sun Zhongshan, em 1925, galvaniza o apoio dos caudilhos chineses favoráveis à República em torno da figura de Jiang Jieshi. O GMD absorve esses senhores da Guerra, os mesmo que o Partido havia sido criado para combater,

²² Este documento, bem como os comunicados conjuntos de 1972 (visita de Nixon à China) e 1979 (estabelecimento de relações oficiais), são as bases sobre as quais se assentam as relações entre China e Estados Unidos no que tange a Taiwan (LI, 2006).

convertendo-os em “Generais Nacionalistas”. Sua incorporação insere a pressão latifundiária no GMD, colocando Jiang Jieshi cada vez mais contra os comunistas, culminando na expulsão destes do partido seguida de sua perseguição política em 1927. A luta contra os comunistas passa a ser mais importante para o GMD de Jiang Jieshi que a própria luta contra os japoneses a partir de 1931 (MARTINS; VISENTINI, 2013:101).

Interessa saber aqui por que o Partido Comunista foi o vencedor da Guerra Civil Chinesa, e não o GMD, o que se relaciona com o que foi exposto no parágrafo anterior e dará o tom da primeira reforma do Partido Nacionalista, já na Ilha de Taiwan. Ao colocar o combate aos comunistas acima da guerra com os japoneses, Jiang Jieshi trazia antipatia generalizada contra o GMD. Muito relutantemente ele aceita formar junto daqueles a Segunda Frente Única Revolucionária, após muita pressão de seus comandantes e só o fazendo quando os Estados Unidos ameaçam cortar a ajuda econômica ao país se o GMD continuasse recusando a colaborar. Já os comunistas, ao priorizar a sobrevivência da nação chinesa contra o ataque japonês, passam a contar com o apoio dos camponeses, muitas vezes sendo recebidos por estes de bom grado em suas terras, garantindo vitórias sem luta ao Partido Comunista em diversos pontos do país. Mas isso não é tudo. A população via nos comunistas uma saída à taxaço esmagadora, aos abusos do Exército nacional, ao terror da polícia política de Dai Li e à inflação galopante (STILWELL, 1991).

O problema da inflação merece destaque, tendo em vista sua importância para a derrota do GMD no continente. O problema começa ainda na década que precedeu a invasão japonesa, quando o governo central mudou sua sede para Nanquim. Na época a China conseguia cobrir apenas 80% dos seus gastos pela arrecadação (ROBERTS, 2012, p. 364). O resto era financiado por emissão de títulos a preços baixos, o que desviava recursos do investimento privado para a especulação. T. V. Soong e H. H. Kung, respectivamente cunhado e concunhado de Jiang Jieshi, estiveram encarregados da pasta de finanças da República da China no período em questão, e por serem os principais banqueiros do país à época, é evidente o interesse deles no esquema de financiamento do governo (ROBERTS, 2012)

O endividamento governamental continuava a crescer, impulsionado ainda mais pelas despesas militares na época da guerra contra o Japão. Entre 1942 e 1945 a inflação atinge mais de 230% ao ano (ROBERTS, 2012, p. 365). Tendo em vista os preços fixos dos cereais, a inflação não beneficiou o produtor primário, pelo contrário; tal tendência, aliada ao aumento da taxaço pelo GMD para sustentar o esforço de batalha, levou à fome de Hanan, episódio que deixou 5 milhões de pessoas sem alimentos (ROBERTS, 2012, p. 367),

trazendo ainda mais antipatia dos camponeses ao Partido Nacionalista. Após a guerra, o governo tenta uma reforma monetária sem reforma orçamentária, que não surte efeito, aumentando ainda mais a carestia. A escassez e a inflação deixaram patente a inabilidade gestora do GMD, que, aliada às derrotas no campo de batalha e ao repúdio popular, causou sua queda e expulsão para a Ilha de Taiwan em 1949 (ROBERTS, 2012).

Após se instalar na Ilha, o GMD implanta lá uma ditadura que durou cerca de 50 anos, a qual ficaria conhecida como o “Terror Branco” (SCHUBERT, 2016). Esse período ditatorial ficou marcado pela perseguição política, como não poderia deixar de ser, mas com uma peculiaridade contraintuitiva: a repressão na Ilha se focava mais nos partidários da independência do que nos simpatizantes do PCCh. Do lado continental, até meados da década de 1950, vigorava a ideia da “libertação” da Ilha pela força militar (PINTO, 2005).

Esse quadro se reverte ao mesmo tempo em que ocorre a primeira reforma do GMD. Essa reforma adveio da percepção do setor reformista do Partido, encabeçada por Jiang Jinguo. A reforma surgiu da avaliação do fracasso continental do GMD. Como mostrado, a corrupção danosa, a má gestão da economia, a dependência de senhores da guerra e de apoio externo levam ao estabelecimento das diretrizes estratégicas que guiarão a reforma. Enquanto Jiang Jieshi se mostrava irritado com fato de estar perdendo seu poder após ter perdido o continente para os comunistas, o Grupo do Clube Central²³ (CC, como era conhecido), inicialmente muito próximo do Generalíssimo e a linha dura do Partido, buscava maior horizontalização da cúpula superior. Isso aproximou o GMD de um racha, com membros importantes cogitando deixar partido e buscar outras formas de se afirmar politicamente. Nesse momento Jiang Jinguo interveio. Ele era um dos últimos membros do alto escalão que ainda conservava bom relacionamento com as duas alas. Conseguiu instrumentalizar o desejo de reformas do pai e arrefecer os ânimos do CC ao inseri-los em um conselho consultivo, formalmente superior à executiva do partido, mas sem poder real de decisão (HSU, 1993).

Primeiramente, ocorreu a centralização da economia nas mãos do Estado, mas com a diferença de deixar que o mercado atuasse como parâmetro de eficiência e desempenho. Taiwan passa a utilizar instrumentos de política pública para alocar recursos produtivos (WONG, 2005). Enquanto isso, o parâmetro de eficiência do setor produtivo ficava a cargo do mercado, diferentemente do caso modelo soviético adotado pela China continental, no qual os parâmetros de produção eram decididos pelo governo central. A intervenção estatal

²³ Central Club Clique, em inglês.

foi exercida através da criação de barreiras tarifárias, subsídios em pesquisa e desenvolvimento (P&D), fomento à infraestrutura, incentivo à exportação, e controle centralizado sobre o sistema financeiro (WADE, 2004). A experiência no continente, seja durante a luta contra os comunistas ou contra os japoneses, fez o GMD perceber que não deveria deixar sua indústria ao sabor dos interesses dos banqueiros, e nem depender de ajuda externa no caso das munições, visto que assim o esforço de batalha ficava determinado pela mesma vontade externa, necessitando de condições para produzi-las internamente. Esses dois fatores que contribuem para a formação da Indústria Nacional fomentada pelo Estado. Em segundo lugar, era necessária uma reforma que buscasse a centralização do poder para amparar os esforços anteriores, e dizia respeito principalmente a não permitir a ascensão de senhores da guerra, condição que debilitou a capacidade de governar ainda no continente. Para poder concentrar o poder de decisão central de forma que auxilie o desenvolvimento da Ilha, o GMD burocratiza e profissionaliza o exército e os serviços de inteligência, para repressão, e o serviço público, para gestão da economia (CHENG, 1988). Para isso ficou evidente os esforços de Jiang Jinguo durante a Reforma Central, que passa a recrutar as elites locais da Ilha para aumentar a legitimidade do partido e garantir a consecução de um projeto nacionalista relacionado às reformas econômicas (MYERS, 2009).

Apesar de não haver estudos relacionando a reforma do GMD com a alteração da postura da RPC, pode-se especular que seria mais vantajoso se aproximar de Taiwan uma vez que o personalismo que marcava o GMD tenha sido eclipsado por uma administração central mais burocratizada. A burocratização nesse sentido significa garantir que a política seja regida por normas (leis) e pelo princípio da impessoalidade. A reunificação não seria politicamente possível de forma pacífica caso o controle da Ilha ainda estivesse sendo exercido em torno da família Jiang; isto é, uma administração burocratizada é mais passível de adaptações com vistas à reunificação sob uma única unidade política chinesa do que uma administração personalista. Sendo este ou não o caso, o que ocorreu de fato foi a busca, a partir de abril de 1955, de iniciativas do PCC para iniciar conversações com o GMD, através de manifestações de Zhou Enlai – então Primeiro-ministro –, Mao Zedong e do Ministro da Defesa, Peng Dehuai (PINTO, 2005).

A política de industrialização taiwanesa teve dois aspectos centrais: auxílio ao crescimento e controle do ambiente econômico. O auxílio e o controle, praticados pelo governo, variaram em forma e intensidade ao longo da história, mas sempre esteve presente. Entre as principais formas de auxílio constam incentivos fiscais e programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) financiados pelo setor público. O controle do ambiente econômico

ocorreu formal e informalmente. O governo utilizou-se de barreiras comerciais e legislação sobre investimento externo para canalizar os fluxos externos de forma a contribuir para a industrialização, e não a debilitar. Extraoficialmente, canais de diálogo com o empresariado nacional e seleção específica de critérios pró-industrialização na concessão (e revogação) de benefícios foram amplamente utilizados para guiar o crescimento econômico na direção pretendida pelo governo.

O desenvolvimento da Ilha após a chegada do GMD teve por base a infraestrutura e o modelo econômico implantados lá pelo Império japonês. Durante seu domínio colonial (1895 a 1945), os japoneses estabeleceram em Taiwan uma reforma agrária e melhoraram as práticas agrícolas, paralelo à construção de uma boa infraestrutura de comunicações, a fim de produzir bens para o Japão. Algumas indústrias foram introduzidas em Taiwan também nessa época, de acordo com os planos japoneses de se preparar para o esforço de guerra. Como todo esse aparato e indústrias eram rigidamente controlados pelos japoneses, uma elite local de Taiwan não havia sido formada: contribuindo para uma distribuição de renda mais igualitária e facilitando posteriormente o governo nacionalista a implementar suas políticas (WADE, 2004; LIAO; WANG, 1989).

Com a chegada do GMD em 1949, entre um e dois milhões de soldados e civis se estabeleceram em uma ilha previamente habitada por seis milhões de pessoas, assumindo o controle total dos monopólios, empresas e terras de propriedade anteriormente japonesa. O Partido então distribuiu terras anteriormente pertencentes ao Japão e a seus inquilinos. Isso, associado às políticas de implementação de tecnologia agrária, a tributação sobre exportações da produção agrícola e a manutenção dos salários baixos possibilitada pelos reduzidos preços dos alimentos, contribuíram para maior competitividade na indústria a nível internacional (AMSDEN, 2005).

O bem-estar (com população em expansão) e as metas políticas (recuperar o continente) exigiram o desenvolvimento de indústrias manufatureiras e de base intensivas em mão-de-obra. Isso foi alcançado nas décadas de 1940 e 1950 pelas políticas de comércio e taxa de câmbio, para controlar a concorrência externa. No início dos anos 50, esforços de promoção à exportação foram implementados (exceto para o arroz e o açúcar), incluindo assistência governamental, subsídios em dinheiro, melhores taxas de câmbio, descontos de impostos pagos sobre insumos para exportação e crédito para exportação com condições favoráveis. Além disso, o estado geralmente estabeleceu novas indústrias de base, para distribuir posteriormente a empreendedores privados ou mantê-las funcionando como

empresas públicas. Em 1957, o processo de substituição de importações havia sido amplamente concluído (WADE, 2004).

O primeiro plano de desenvolvimento quadrienal, Plano de Reabilitação Econômica (1953-1957), focou-se em agricultura, fertilizantes e têxteis, sem metas de produção e sem modelagem econométrica. O objetivo era incentivar a economia através de um esforço em três frentes — substituição de importações, aumento das exportações e incentivo à entrada de capital chinês vindo do exterior. O segundo plano (1958-61) era mais sofisticado, com metas para renda e investimentos nacionais, políticas fiscais e monetárias e uma suposição subjacente de que a maior dificuldade para o desenvolvimento econômico era a escassez de capital. Portanto, o papel do governo era orientar e ajudar os investimentos privados a não entrar nas empresas com excesso de produtividade e mercados estagnados (GOLD, 1986).

O papel dos Estados Unidos no desenvolvimento de Taiwan foi multifacetado, não sendo, no entanto, a única condição para o desempenho econômico superior da Ilha. O que é importante observar é como Taiwan conseguiu instrumentalizar essa ajuda em benefícios econômicos duradouros. Antes do crescimento muito rápido das exportações de manufaturados, Taiwan experienciou um período de forte substituição de importações compondo a maior parte do crescimento total, possível de ser observado em quase todos os setores. Isso explica a experiência adquirida com as vendas no mercado interno, servindo como pré-requisito para exportações bem-sucedidas de fabricantes e explica por que os mesmos líderes industriais continuaram a constituir o núcleo industrial de Taiwan a partir do ambiente protetor da década de 1950 até a década de 1970, além de mostrar uma produtividade crescente que desacredita as teorias econômicas neoclássicas (DE MELO, 1985).

O terceiro plano (1961-1964) enfatizou o imperativo de acelerar o crescimento da indústria pesada (apesar do tamanho dos investimentos necessários e dos retornos lentos), devido ao seu papel na produção de bens de capital: mesmo mantendo as indústrias leves uma prioridade pelos seus requisitos reduzidos de capital e seus retornos rápidos, as indústrias pesadas consolidam e ampliam as bases da economia em desenvolvimento. O quarto plano (1965-68) foi além, visando o desenvolvimento tanto de indústrias de ponta quanto a produção mais básica, para alcançar especialização e complementaridade ao mesmo tempo. Além disso, produtos com alta elasticidade de renda e baixos custos de transporte foram alvos centrais das políticas, como por exemplo eletrônicos e eletrodomésticos, a fim de atender às mudanças da situação do mercado mundial: rápido

progresso industrial das nações emergentes e crescente sofisticação das indústrias de países desenvolvidos. Essas diretrizes surgiram vários anos antes do fim do excedente de mão-de-obra, ainda mais tempo antes do início das barreiras protecionistas, mostrando a preocupação do governo em antecipar as tendências do mercado. Ao reafirmar o papel de liderança do estado, também deu mais peso ao valor do setor privado, com a pressão dos Estados Unidos desempenhando um papel importante nesse sentido (GOLD, 1986; WADE, 2004).

Robert Wade (2004, p. 90-96) descreve histórias setoriais nos campos de fibras sintéticas, plásticos, automóveis, bens elétricos e eletrônicos, entre outros setores, para exemplificar o papel do Estado em permitir que as empresas de Taiwan concorressem com mais eficiência no mercado global, absorvessem tecnologia estrangeira e promovessem substituição de importações e de exportações. Tal estratégia baseava-se em joint-ventures, que provaram ser bem-sucedidas e mostraram aos investidores estrangeiros em potencial que o governo poderia ser confiado para manter acordos, permitir o repatriamento de lucros e, em geral, ser útil ao capital. Em um exemplo envolvendo as indústrias de plástico, quando se observou a ineficiência das indústrias que importavam bens intermediários que eram produzidos de forma mais barata no mercado interno, o governo obrigou quatro produtores privados a se fundirem em uma joint-venture com a Chinese Petroleum Corporation e outra empresa química estatal, garantindo-lhes ao mesmo tempo uma parcela da produção do cracker de nafta. No setor automobilístico, o governo optou por orientar as empresas privadas por intermédio de requisitos de entrada, controle e tarifas de importação, e requisitos de conteúdo doméstico, no período inicial, sem o uso de empresas públicas ou apoio financeiro subsidiado, pois o mercado era muito pequeno na época. Em forte contraste estão as indústrias elétrica e eletrônica, que foram as segundas maiores até 1984, e são as maiores desde então (WADE, 2004, p. 93). Dedicadas às exportações, eram compostas por poucas grandes montadoras advindas de investimento exterior e muitos fornecedores de componentes, locais e privados. Isso foi possível devido ao governo impor requisitos de conteúdo local, para impedir que empresas estrangeiras apenas montassem produtos com peças importadas e, ao mesmo tempo, facilitar acordos de joint-ventures e cooperação técnica.

Com a década de 1960 e a estratégia corporativa de "manufatura global", Taiwan buscou empresas americanas, oferecendo condições favoráveis àquelas que se comprometessem a exportar toda a sua produção, a fim de transformar a Ilha em um "centro da indústria eletrônica", com total apoio do Conselho para Cooperação Econômica

Internacional e Desenvolvimento. O setor público também ajudou a expandir a produção de aço e a construção naval, e construiu um reator nuclear em larga escala em 1977, ajudando Taiwan a se recuperar do primeiro choque de petróleo e resistir ao segundo (POON, 1998; WADE, 2004).

Os militares administram suas próprias instalações de produção, trabalhando em estreita colaboração com empresas públicas ou empresas privadas de status especial. A evolução do complexo industrial militar foi notável, produzindo grande parte de seus equipamentos menos sofisticados para as Forças Armadas no início dos anos 1960, e rifles, metralhadoras, artilharia, morteiros e similares no começo da década seguinte. Em 1969, uma joint venture foi formada para a produção de helicópteros militares e logo depois outra para a coprodução de caças F-5E (AMSDEN, 2005). No contexto da Guerra do Vietnã, um impulso ao setor foram as compras estadunidenses de grandes quantidades de alimentos e equipamentos militares taiwaneses, e a Ilha desenvolveu ótimas instalações de manutenção de material bélico para dar suporte aos EUA (WADE, 2004).

No início dos anos 70, começaram a aparecer alguns problemas na economia de Taiwan: ameaças protecionistas (principalmente americanas), aumento de salários comparativamente aos concorrentes, novos concorrentes, infraestrutura sobrecarregada, aumento dos preços de importação de mercadorias (amplificado pela desvalorização de sua moeda), choque de petróleo. Juntamente com isso, ocorreram choques políticos exógenos com a China em Taiwan, resultando em fuga de capitais, desacelerando o comércio e o investimento. O governo, ciente da posição delicada que a economia encontrava, buscou tratar a situação com iniciativas positivas e controle da estabilidade de preços, com atenção especial ao grau e ao tempo das medidas (WADE, 2004; TSAI, 1999).

A ênfase na orientação à exportação foi renovada e em 1974 deu-se início ao imenso Projeto das 10 Grandes Construções²⁴, que promoveu melhorias de infraestrutura nacional por intermédio de obras públicas. As Construções incluíam rodovia, ferrovias, aeroporto, portos, estaleiro civil-militar, siderúrgica, refinaria de petróleo e usina nuclear. Todas as empresas criadas para construir e administrar esses projetos eram públicas. Para lidar com o aumento do preço do petróleo e combater a inflação, o governo adotou uma estratégia arriscada que mostrou ser bem-sucedida: primeiro um choque deflacionista na economia (aumento das taxas de juros e dos preços relacionados à energia), depois um estímulo de crescimento logo antes dos preços começarem a cair (redução impostos e

²⁴ Em chinês 十大建設 (*Shí Dà jiànshè*).

tarifas de renda e projetos de infraestrutura). A expansão resultante das exportações trouxe superávits constantes na balança de pagamentos. O plano de seis anos de 1976-81 expandiu o papel do Estado devido à percepção de que a economia não deveria ser tão vulnerável às flutuações de preços dos principais intermediários - o que significa aumentar ainda mais a capacidade nas indústrias pesadas e químicas. O investimento em educação também foi ampliado. Outra consequência da segunda crise do petróleo é uma mudança na ênfase das políticas industriais em direção a atividades não intensivas em energia e intensivas em tecnologia (WADE, 2004; AMSDEM, 1985; TSAI, 1999).

A tecnologia industrial era uma prioridade em Taiwan desde a década de 1950, planejada pelo Conselho de Desenvolvimento Científico de Longo Prazo (hoje em dia chamado Conselho Nacional de Ciência) que estabeleceu Planos Nacionais de Ciência e de Desenvolvimento — que orientavam a criação e o financiamento do governo de institutos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em áreas estratégicas—, criou indústrias em áreas que desejava desenvolver e auxiliou financeiramente a educação e o treinamento de mão-de-obra voltados para a tecnologia (LIN, 1998). O governo taiwanês também estabeleceu várias outras organizações de pesquisa e serviços para promover a atualização tecnológica e administrativa na indústria durante a década de 1960 e patrocinou também a criação de um serviço conjunto de consultoria público-privada para promover as exportações. A criação do Instituto de Pesquisa em Tecnologia Industrial, em 1973, e de outros institutos e do Parque Industrial da Ciência de Hsinchu, em 1977, mostram o objetivo de reduzir a dependência de Taiwan de transferência tecnológica do exterior. Em 1980, o governo lançou os programas estratégicos nacionais em áreas-chave, procurou repatriar os estudantes de graduação de Taiwan e lançou vários programas para atualizar a tecnologia da indústria (HSU; CHIANG, 2001).

Na época da liberalização econômica, Taiwan já tinha um alto potencial de crescimento graças ao esforço do governo nacionalista para criar mercados e agentes econômicos e moldar suas operações. Em vez de apenas oferecer benefícios sem contrapartida, o Estado funcionava como parceiro e contraponto do setor privado, garantindo que os recursos fossem investidos em indústrias importantes para o crescimento futuro e a força militar. As empresas multinacionais se tornaram atores importantes depois que o estado já havia estabelecido seu papel de liderança (HOWE, 1996). Segundo Robert Wade (2004), a principal diferença entre proteção em Taiwan e proteção na América Latina era que, no primeiro, ela era voltada para a substituição de importações por produtores-exportadores. Assim, os produtores de intermediários de produtos de exportação, mantendo

uma base segura de vendas no mercado interno, durante a explosão das exportações, tiveram que manter seus preços baixos para competir com o mercado externo, vendendo a um preço próximo do mercado internacional. Além disso, embora o sistema de proteção à produção não exportada tenha continuado alto nos anos 60, a concorrência no mercado interno foi intensa, auxiliada por incentivos ao investimento produtivo, controle rígido sobre a especulação financeira e liberalização do controle administrativo nas fábricas. Isso fez com que os diferenciais de preços entre os mercados mundial e doméstico diminuíssem nos anos 60.

A criação e desenvolvimento de indústrias de alta-tecnologia em Taiwan foi liderado pelo governo. O governo foi responsável pelo estabelecimento de empresas privadas relacionadas à tecnologia, utilizando laboratórios do governo e parques científicos, investimentos em institutos de pesquisa com financiamento público e promoção do P&D privado. Além disso, tomou várias medidas políticas para desenvolver tecnologias nativas, fechando o *gap* tecnológico com os países mais desenvolvidos (DI MAIO, 2009).

Com o andamento da década de 1970, as indústrias leves de Taiwan enfrentaram nova concorrência de produtores de salários mais baixos no exterior. Até o fim da década de 1970, o desenvolvimento industrial taiwanês foi pautado por uma lógica parecida com a brasileira, com foco na indústria leve voltada às exportações e na petroquímica, siderúrgica e construção naval (WADE, 2004). Com o aumento da competição internacional devido à entrada de países com mão-de-obra mais barata nessas indústrias, Taiwan passou a focar seu desenvolvimento em áreas mais tecnológicas. A partir de 1973, o governo tomou uma estratégia de desenvolvimento mais autossuficiente baseada na consolidação industrial. O desenvolvimento econômico em Taiwan desde a década de 1980 pode ser considerado como um estágio mais intensivamente tecnológico. Foi marcado pelo forte apoio do governo ao desenvolvimento de tecnologia aplicada. O primeiro passo foi, em 1978, a Primeira Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, que no ano seguinte, deu origem ao Programa de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia. O Programa buscou aumentar os investimentos de P&D e prestou atenção ao desenvolvimento de tecnologia do setor privado. O governo estabeleceu parques científicos desde 1980 para promover indústrias intensivas em tecnologia (LIN, 1998).

Em 1983, o Bureau de Desenvolvimento Industrial (BDI) iniciou um programa de subsídio para novos projetos industriais. Sob este programa, as autoridades ofereceram subsídios diretos a empresas em áreas designadas para cobrir despesas de desenvolvimento, além de subsídios parciais para cobrir pagamentos de juros sobre empréstimos para

financiar programas de desenvolvimento. Também foram estabelecidas penalidades para empresas que não investissem em atividades de P&D. Essas medidas exigiram que indústrias, dependendo do seu volume de capital social, investissem uma parte proporcional de seus ganhos anuais em atividades de P&D. As empresas que não alocassem o valor estipulado seriam submetidas a perda de benefícios fiscais e outros incentivos até pagamento do saldo ao Fundo de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério dos Assuntos Econômicos (WADE, 2004). Em 1984, o governo revisou as leis para fornecer incentivos fiscais aos fabricantes que alocassem uma parcela de suas receitas para P&D e proporcionou incentivos às indústrias que diversificam e melhoram as técnicas de produção. Também encorajou o estabelecimento de joint-ventures e currículos universitários modificados para fortalecer programas de ciência natural, engenharia e computação. Começou a recrutar cientistas e engenheiros do exterior, oferecendo salários competitivos aos antigos residentes de Taiwan que vivem no exterior (HSU; JIANG, 2001).

O governo forneceu metade dos custos do treinamento de mão-de-obra para empresas privadas de eletrônicos e semicondutores desde 1990 que proporcionassem programas de treinamento educacional e vocacional para preparar trabalhadores para trabalhar em o campo de alta tecnologia. Forneceu metade do investimento inicial para as novas empresas de semicondutores e outras empresas de fabricação também. Além disso, as políticas, tais como empréstimos de taxa de juros preferenciais para investimentos em P&D e instalações de produção, e isenção tarifária para as importações de máquinas e equipamentos aliviaram o fardo financeiro das empresas privadas. Também houve tentativas de se facilitar o acesso ao crédito de produtores intensivos em tecnologia, especialmente através do Banco de Comunicações. Os resultados dessas políticas são notáveis: o montante do investimento em P&D aumentou de NT\$ 138,0 bilhões em 1996 para NT\$ 541,4 bilhões (R\$54,1 bi) em 2016 e a proporção P&D/PIB aumentou de 1% em 1985 para 3,2% em 2016; por setor, o governo foi responsável por entre 50 e 65 por cento dos gastos dos totais em P&D (35 a 47 por cento por agências governamentais e 10 a 25 por cento por empresas estatais) entre 1978 e 1989 (SMITH, 2000, p. 72). O setor privado começou a superar o setor público em despesas de P&D pela primeira vez em 1993 e, desde então, as despesas de P&D do setor privado cresceram mais rapidamente do que as do setor público. As empresas privadas e o governo responderam, respectivamente, por 77,7% e 21,3% das despesas totais de P&D em 2016. (SMITH, 2000, p. 73)

A discricionariedade caso a caso foi amplamente exercida ao decidir sobre incentivos e obrigações para investidores estrangeiros. Para as empresas mais desejadas,

menos obrigações foram impostas em relação às exportações e ao conteúdo local, além de serem ajudadas a encontrar um local adequado e com estudos de viabilidade, e as mais importantes receberam a garantia de um mercado interno amplo e discretamente protegido, e até do compromisso do governo de comprar toda a produção a um preço prescrito. A garantia das vendas era garantida pela concessão do privilégio de produzir um item específico apenas para uma empresa (monopólio legal), uma vez que a empresa construiria uma instalação capaz de produzir 100% (ou outra quantidade acordada) das necessidades da ilha desse produto. Se a empresa não atendesse aos requisitos, a proteção poderia ser removida. O repatriamento de capital também era regulado (CHANG; CHENG, 1992). Quando a posição diplomática de Taiwan era ameaçada, o governo procurava atrair multinacionais de grande nome, cujos escritórios fortaleciam a percepção da existência de Taiwan (GOLD, 1986). Taiwan usou isso para garantir os investimentos dos EUA após seu “desreconhecimento” e para criar um lobby pró-Taiwan nos EUA. Quando os conflitos crônicos de interesse entre empresas estrangeiras e o governo aumentavam, os interesses e objetivos nacionais sempre eram escolhidos em detrimento do livre mercado. Para reduzir sua natureza de enclave, o governo está sempre examinando quais importações são permitidas para as multinacionais estrangeiras, avaliando o que poderia ser produzido em Taiwan por um preço parecido e encontrando fornecedores locais. O mesmo acontece com as exportações que poderiam ser processadas em Taiwan (WADE, 2004).

2.5 POLÍTICA INTRAPARTIDÁRIA DO PCCH

O presente subcapítulo se foca na política intrapartidária do Partido Comunista da China (PCCh) entre os governos Jiang Zemin (1989-2002) e o primeiro mandato de Xi Jinping (2013-2018), objetivando analisar o sistema de sucessão de lideranças no PCCh e como esse sistema se relacionava com a dinâmica de poder entre as facções internas desse Partido. É importante ressaltar, em primeiro lugar, que tanto o sistema sucessório como observado hoje quanto as facções não estão explicitadas na Constituição do PCCh, como ocorre por exemplo no Partido Liberal Democrático do Japão. Isso propiciou um processo de sucessão que se desenvolveu ao longo do tempo, se adaptando às contingências políticas e ao equilíbrio de poder das alas do Partido. Essas condições proveram ao PCCh, ao mesmo tempo, sucessões mais previsíveis e competição informal entre grupos dicotômicos, institucionalizando certas práticas. Para poder realizar uma análise relevante desse tema,

descreve-se aqui como esse processo se desenvolveu até o último Congresso do PCCh, em 2017 (LI, 2017).

Inicialmente, trabalhou-se com a hipótese de que existiriam duas estratégias predominantes em debate, cada uma ligada a uma das facções informais internas do Partido Comunista da China (PCCh). Por um lado, a visão da Liga da Harmonia, ou *Tuanpai*, com sua ênfase na cooperação, lida de forma mais branda com a questão da reunificação nacional. Isso se deve pela noção de que os conflitos decorrentes dessa pauta, seja com Taiwan ou no plano regional, configuram um empecilho para os seus objetivos de desenvolvimento harmonioso, integração e paz com os vizinhos. Tal estratégia se focava, assim, no diálogo e nas relações econômicas interestreito que beneficiem mais o lado taiwanês do que continental, permitindo uma reunificação gradual por vias pacíficas. Por sua vez, o projeto do chamado Grupo de Xangai, alinhado com os interesses do empresariado industrial, buscava usar a questão da reunificação para exacerbar o nacionalismo chinês, adotando uma postura mais incisiva ao lidar com Taiwan. O Grupo se utilizava desse posicionamento como forma de garantir a coesão nacional pelo chauvinismo, podendo manter um modelo de crescimento econômico socialmente excludente, e aprofundar a pauta da competição regional (LI, 2012; FENBY, 2009). Percebia-se que as duas opções representavam concepções bastante diferentes para a Grande Estratégia e impactam de forma igualmente distinta no ambiente securitário. A lógica da *Tuanpai*, ao propor soluções concertadas e graduais para questão de Taiwan, permitia uma liderança chinesa baseada no exemplo e afasta a instabilidade da região. Pela via oposta, o projeto do Grupo de Xangai tendia a acirrar as rivalidades regionais ao se utilizar do nacionalismo acentuado como forma de controle social.

O primeiro passo na direção da institucionalização foi tomado na década de 1990, com a consolidação do sistema de liderança coletiva. As duas prioridades principais desse desenho institucional eram:

- a) manter as alas do Partido em um equilíbrio que desse sustentabilidade à tomada de decisão colegiada e evitasse que um bloco ou um líder pudesse dominar a política;
- b) aumentar o peso da competência, experiência e representatividade na escolha das lideranças.

Objetivava-se assim a criação de uma aristocracia politicamente equilibrada e tecnicamente competente para lidar com os desafios da China (MILLER, 2008). Sob este sistema, todas as decisões importantes deveriam ser feitas coletivamente através de um processo de discussão, consulta, debate e votação (se necessário) entre as elites governantes. Para evitar o impasse na formulação de políticas, o Comitê Permanente do Birô Político, o

órgão de decisão mais alto da China, deveria ser composto por um número ímpar de membros — sete no período de Jiang Zemin, nove com Hu Jintao, e sete novamente com Xi Jinping. Assim, a liderança coletiva foi um aspecto crucial da institucionalização do processo político do PCCh na prevenção da "sobreconcentração" do poder em líderes individuais, bem como na garantia da estabilidade de liderança e consistência política (HUANG, 2008).

Com relação à competição política, as duas facções internas que passaram a competir pelo poder representavam os interesses de diferentes classes socioeconômicas e diferentes regiões geográficas, criando assim algo que aproximava um mecanismo de “freios e contrapesos” (*checks and balances*) no processo de tomada de decisão governamental. Após a troca de poder entre Jiang Zemin e Hu Jintao em 2002 (a primeira sem crise, assassinatos ou expurgos), parecia se delinear uma espécie de “democracia intrapartidária”, com a ascensão de elementos característicos do bipartidarismo inseridos no centralismo político chinês (LI, 2008). Esse quadro pôde ser observado até 2012, quando Xi Jinping passa a concentrar poder em si ao ponto de encerrar, constitucionalmente em 2017, o sistema de sucessão (LI, 2016).

A divisão do PCCh em duas alas era possível pois, além de possuírem duas matrizes sócio-políticas e geográficas diferentes, elas apresentavam iniciativas e prioridades políticas bastante contrastantes. A coalizão liderada pelo ex-chefe do PCCh Jiang Zemin e de onde se originou, politicamente, o atual presidente Xi Jinping é comumente chamada de “Grupo de Xangai”, “coalizão elitista” ou, ainda, “os pequenos príncipes” (*Princelings*). A coalizão liderada por Hu Jintao e que tem o atual Primeiro-Ministro Li Keqiang como principal expoente é conhecida por “Liga da Juventude”, em chinês “*Tuanpai*”, ou também Grupo da Harmonia. Os contrastes entre elas são amplamente refletidos nas diferentes carreiras pessoais e associações políticas de seus líderes. O Grupo de Xangai é composto principalmente por filhos de ex-altos funcionários que avançaram suas carreiras nas áreas de finanças, comércio, assuntos externos, indústrias de tecnologias da informação e educação. São chamados de elitistas por favorecerem os interesses das elites econômicas, bem como as regiões costeiras mais economicamente avançadas, principalmente Xangai. A facção da Liga da Juventude deriva seu nome da origem de suas lideranças, que compunham as fileiras da Liga no início dos anos 80, quando Hu Jintao chefiava essa organização. A maioria dos membros dessa coalizão avançou suas carreiras políticas através de administrações locais e provinciais, muitas vezes em províncias do interior pobres, e muitos trabalharam nas áreas de assuntos juvenis, administração rural, organização do partido, propaganda e assuntos legais (LI, 2007). As diferenças entre as

facções refletiam as forças socioeconômicas concorrentes do país: os interesses dos grandes empresários ligados à exportação, defendidos pelo Grupo de Xangai; e a parcela mais vulnerável da sociedade, como agricultores, trabalhadores migrantes e os pobres urbanos, para os quais os membros do *Tuanpai* propunham mais atenção das políticas públicas (LI, 2009). Ambos disputam o apoio da crescente classe média chinesa, o que permitiu o ensejo dessa democracia intrapartidária. Na política externa, as iniciativas defendidas pela Liga da Juventude primam por cooperação, boa vizinhança e liderança pelo exemplo. Buscam, assim, replicar a harmonia para o plano externo também. No espectro oposto, o Grupo de Xangai vê as economias do Leste e Sudeste asiático como competidoras no comércio internacional, o que incorre em uma política externa assertiva para a região que garanta os interesses dos exportadores chineses. Para o *Tuanpai*, a China deve se afirmar na região pela integração negociada com os vizinhos, podendo assim fazer frente aos EUA; para os elitistas, ao contrário, o caminho para isso passa pelo nacionalismo exacerbado e pela assertividade militar (LI, 2013).

A competição entre as duas facções do PCCh derivava de duas tendências que se afirmavam progressivamente na China pós-Deng Xiaoping. A primeira tendência era a transformação gradual de um líder único poderoso e carismático para uma liderança coletiva. A outra era a afirmação de mecanismos institucionais, tais como regulamentos formais e normas informais, que foram implementados de forma mais efetiva para restringir diversas formas de favoritismo (LI, 2005). Tais práticas foram se consolidando principalmente nos dois governos Hu Jintao (2002-2012), e o símbolo disso era a composição quase paritária entre as facções no Comitê Permanente do Birô Político do PCCh, considerado o órgão decisório supremo na China. Entretanto, no 18º Congresso do Partido Comunista em 2012, Xi Jinping e a ala do Grupo de Xangai conseguiram seis dos sete assentos desse Comitê, ficando apenas Li Keqiang como membro representante da Liga da Juventude. Acusações de “ineficácia” à gestão Hu Jintao e aos novos mecanismos institucionais, junto com o aumento das tensões com os EUA pareciam estar ajudando os argumentos de Jiang Zemin e seus seguidores de que o poder no Comitê Permanente deveria ser reconcentrado em torno do Grupo de Xangai (LI, 2012).

A principal mudança na política interna da China deu-se mediante a triangulação política intermediada por Xi Jinping. Até então, as alas do partido comunista alternavam-se no período de dez anos no poder com composições híbridas que geralmente marcavam o primeiro quinquênio. A sugestão subjacente é de que à conclusão da Revolução Nacional deveria se seguir à institucionalização da sucessão de lideranças, para que suas conquistas

não se percam em disputas violentas de poder. Note-se que a Revolução é o terreno da exceção, medida pela força. Já as instituições o terreno da regra, mediada pelo direito. Assim, o apogeu de uma Revolução Nacional é a sua negação. No caso da China, esperava-se que as alas do PCCh se convertessem em partidos, o que converteria China à semelhança da Rússia em uma quase-Poliarquia (LI, 2017, DAHL, 1997).

De acordo com Dick Morris, Triangulação é um processo pelo qual um grupo político assume parte da plataforma de seus opositores tendo em vista o seu sucesso eleitoral (MORRIS, 2004, p. 127). Para François Fejtö este processo também se dava nas Democracias Populares onde a diferença da URSS, o monopólio político do partido comunista, coexistia com uma constelação de partidos clientes (FEJTÖ, 1971, p. 38-39; n. 1). Conquanto insuficientes para dar qualquer aparência de democracia real, eles eram o suficiente para estimular o pluralismo nos partidos comunistas – que frequentemente sequer tinham esta denominação. Em função disto, as frações ou alas dos partidos comunistas disputavam suas plataformas e frequentemente tomavam para si o programa uma das outras. Neste caso, a chave para o êxito era acrescer um elemento de inovação que permitisse adotar a velha plataforma sob nova roupagem. No caso da triangulação de Xi Jinping, pode ser observada a partir de três elementos. São eles:

- a) a negação;
- b) a adesão à plataforma do oponente e
- c) inovação.

De pronto, Xi Jinping rompeu com o seu principal aliado Bo Xilai que, cujas malas de dinheiro haviam assegurado seu rápido predomínio na Comissão Central, dando-lhe as rédeas do partido, do Estado e das Forças Armadas. A principal característica de Bo Xilai, expoente do grupo de Xangai, era o chauvinismo (ruptura com a Comunidade do Leste Asiático) e a perda de direitos políticos e sociais, sob a roupagem do regresso ao maoísmo. No centro da plataforma, a recusa aos regimes de propriedade intelectual que estavam sendo negociados simultaneamente com o Japão e a Coreia do Sul. Basicamente, Bo Xilai dava continuidade à política de Deng, autoritarismo e vocação econômica para exportações. À prisão de Bo Xilai e sua esposa seguiu-se um expurgo nas FFAA e campanhas anticorrupção, que praticamente desestruturaram as ramificações do Grupo de Xangai no Estado. Ao mesmo tempo, Xi Jinping manifestou em Bohai a adesão ao regime de propriedade intelectual, que constitui a pedra de toque nas relações com Ocidente e o Leste Asiático. Para tanto, importa desenvolver a economia interna, daí a legislação para proteção do trabalho e ambiente – tomadas da facção da harmonia. Por fim, era preciso efetuar uma

síntese destas duas plataformas antagônicas, que traduzisse simultaneamente a expansão do mercado interno e a projeção para o exterior. Daí veio o Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e o Sonho Chinês, que corresponde ao elemento de inovação. Em outubro de 2017, ocorreu o 19º Congresso do PCCh, em que foi perceptível que o atual presidente Xi Jinping cimentou seu status e elevou seus pensamentos sobre a governança para um novo nível com sua inclusão na Constituição do Partido. Ao mesmo tempo, entretanto, a nova composição do Comitê Permanente do Birô Político, sugere ao mínimo que a Liga da Juventude não foi derrotada, mesmo que sua capacidade de atuação esteja bastante reduzida. Dois de seus membros, o já membro Li Keqiang, e o reformista Wang Yang, são protegidos do ex-Secretário-Geral Hu Jintao (LI, 2017).

2.6 REFLEXÕES PRELIMINARES: ELEMENTOS ESTRUTURANTES NA ESTRATÉGIA CHINESA PARA TAIWAN

O capítulo buscou operar uma análise histórica dos elementos estruturantes da estratégia chinesa. Taiwan é uma das principais questões na formulação estratégica da China, e os eventos e processos discutidos nesse capítulo tiveram grande influência nas percepções e interações deste país com os ambientes regional e internacional. A partir do apanhado deste capítulo, podemos agrupar as consequências dos episódios e processos que tenham impacto nas estruturas internacionais (securitárias, políticas e econômicas) e internas (políticas e econômicas) em que se insere a questão de Taiwan no Pós-Guerra Fria. No plano securitário, a Guerra da Coreia e as duas Crises do Estreito da década de 1950 reforçaram a percepção de que a intimidação e a inevitabilidade da confrontação continuavam existindo no mundo pós-II Guerra Mundial. As décadas de penúria não terminaram com a derrota dos japoneses, e o povo chinês ainda atravessou o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural antes do período de Reforma e Abertura. No plano externo, esse último período coincidiu com a aproximação com os Estados Unidos e o advento da diplomacia triangular de Nixon. Essa alteração na polarização internacional, bem como a mudança na forma de inserção internacional chinesa, que passou a fazer parte das instituições internacionais, inaugurou uma época em que a Revolução Nacional na China parecia caminhar para sua maturidade. O desenvolvimento econômico, na forma das modernizações de Deng Xiaoping, foi potencializado pela criação das cadeias de valor regionais, que começaram a aproximar os mercados asiáticos. O dinamismo crescente da região contribuiu para a prosperidade na China e elevação da qualidade de vida de sua

população, reduzindo os níveis de pobreza e criando uma classe média cada vez mais expressiva. A evolução política interna também dava sinais de acompanhar esse percurso. Cargos que foram abolidos ou esvaziados durante a Revolução Cultural, principalmente ligados ao aparelho estatal quando havia cargo análogo no PCCh, foram recriados de forma a buscar a institucionalização da política, em oposição à gestão carismática do período anterior. A sucessão da liderança surgiu para permitir algum grau de transferência de poder dentro do mesmo regime, no revezamento das facções, de forma a propiciar um ambiente controlado de contestação, no espírito do centralismo democrático, e que não apresentasse as mesmas consequências debilitantes que as reformas soviéticas da década de 1980.

Mesmo sem consenso acadêmico acerca da existência, quanto mais do conteúdo da Grande Estratégia chinesa, pode-se sintetizar algumas compreensões que surgem da relação entre a sua definição conceitual, conforme utilizada neste trabalho, e o registro histórico levantado no presente capítulo. Entendendo-se esse nível como a confluência entre a visão estratégica do ambiente e a concepção do interesse nacional maior, podemos apontar caso a caso como os temas das seções impactam essa questão. Mesmo que, durante o período da Guerra da Coreia e das primeiras Crises do Estreito, a China tenha necessitado se estruturar para fazer frente à chantagem nuclear e à defasagem tecnológica enquanto ainda passava pelo processo de reconstrução da segunda guerra sino-japonesa e da guerra civil, os EUA consideravam a China parte de uma política única para a contenção do comunismo e da URSS, o que ampliava o valor estratégico da Ilha para os EUA. Somente com a diplomacia triangular de Nixon se tirou proveito das diferenças sino-soviéticas e a China pôde aproveitar o ambiente externo, enquanto Taiwan gradualmente perdia apoio. A Revolução Nacional em Taiwan, por sua vez, alicerçou as bases do desenvolvimento da Ilha, que mais tarde auxiliaria, através da complementaridade econômica, a inserção da RPC nas cadeias produtivas do Leste Asiático. Por fim, o equilíbrio de poder dentro do PCCh deu o tom das posteriores posições oficiais da China, com os grupos internos alternando-se no poder e adaptando a Política Externa e de Segurança aos seus interesses.

No próximo capítulo se descreve a evolução das interações entre Pequim e Taipei, que serviram, ao longo da pesquisa, como indicador da estratégia chinesa.

3 TAIWAN E O LESTE ASIÁTICO DA PERSPECTIVA DA GRANDE ESTRATÉGIA CHINESA

O objetivo desse capítulo é entender a relação entre Taiwan e a Grande Estratégia chinesa no pós-Guerra Fria. A estratégia chinesa em determinado período está intrinsecamente ligada à sua visão de si, visão do seu entorno e visão de mundo. Em outras palavras, o “conjunto de ideias” que compõe a estratégia não nasce no vácuo, ele é influenciado por tradições de pensamento, é gestado em um contexto interno e externo específico, e molda-se conforme as capacidades e objetivos nacionais de determinado período. Assim, o capítulo se inicia com a interpretação de elementos da filosofia política do final da China Antiga, a fim de contextualizar certas influências milenares do pensamento estratégico desta civilização. Desta exposição, avança-se para a análise da estratégia chinesa na configuração de polaridade do sistema internacional atual, iniciada com o fim da Guerra Fria. Analisar a dinâmica política e securitária do Leste Asiático envolvendo Taiwan no período pós-Guerra Fria configurará um Estudo de Caso instrumental para entender estratégia chinesa no período. Nesse esforço, trazem-se os elementos que condicionam a política e segurança da região, tendo em vista a posição estratégica em que Taiwan está localizada. Os interesses e ações das demais potências da região, principalmente Japão e Coreia, e dos Estados Unidos também entrarão na análise, pois não se pode pensar apenas em “ação estratégica” por parte de um país isolado, mas sim em “interação estratégica” em determinado período. Assim, a pesquisa nesse capítulo buscará apontar a abordagem chinesa para Taiwan, apresentar paralelos com o conjunto maior de pensamento estratégico do período em questão (respectivamente dos governos Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping), e como estas variáveis (abordagem concreta e pensamento estratégico abstrato) se relacionaram com a inserção chinesa na região e sua relação com os vizinhos e com os Estados Unidos.

3.1 A TRADIÇÃO FILOSÓFICA DA CHINA E AS IMPLICAÇÕES PARA SEU PENSAMENTO ESTRATÉGICO MODERNO

O presente subcapítulo busca sistematizar elementos filosóficos chineses que tenham implicações para o pensamento estratégico da República Popular da China. A justificativa de existência dessa articulação se estabelece na percepção de que a consciência histórica e cultural do país se insere conceitualmente na sua Grande Estratégia, visão depreendida do

entendimento de diversos estudiosos da prática chinesa em Política Internacional¹. A recorrência de influências filosóficas próprias da civilização sínica é evidenciada por diversas análises do pensamento estratégico chinês em diferentes momentos históricos, e tais trabalhos irão servir de base para a sistematização apresentada aqui.

A escolha dos elementos filosóficos sistematizados neste subcapítulo buscou priorizar a relevância para os aspectos políticos e estratégicos do pensamento civilizacional chinês, em especial aqueles relacionados à “razão de Estado” e legitimidade. É importante salientar que a filosofia chinesa, como qualquer sistema conceitual, se origina do artifício intelectual humano, em seu contexto histórico, para lidar com contingências da realidade. Tendo em vista que um dos primeiros problemas dessa ordem que o ser humano deve enfrentar é a própria organização da sociedade, a filosofia de qualquer povo estará sempre muito próxima das questões políticas, e o pensamento chinês não é exceção (ANGLE, 2017). Ademais, tendo em vista o escopo do presente trabalho, optou-se por não se deter em questões relacionadas à metafísica e à epistemologia, que tiveram grandioso desenvolvimento entre as dinastias Han (206 AC–220 DC) e Ming (1368–1644). Privilegiam-se assim as contribuições de filósofos antigos, anteriores à Dinastia Qin (221–207 AC), que lançaram as bases do pensamento político e estratégico chinês, presentes em diferentes graus por toda a sua história. Também são analisadas as contribuições de pensadores que buscaram modernizar o país a partir do final da Dinastia Qing (1636–1912). Tais esforços passavam pela adaptação da própria filosofia chinesa frente à realidade do sistema internacional moderno, mas sem abandonar questões matriciais da civilização sínica, como a importância da harmonia social para a legitimidade do governo (WEN, 2012).

O conceito primordial associado à legitimidade política de qualquer governante chinês é o “Mandato do Céu”: a noção coletiva de que o soberano deve representar a harmonia dos céus², os quais, para tanto, elegem e renegam representantes de acordo com a capacidade destes em cumprir tal tarefa. A alusão a essa ideia esteve presente nos mitos e épicos fundantes do povo chinês referentes à sucessão das três primeiras Dinastias, a partir das quais essa civilização se criou: Xia (c. 2070 - c. 1600 AC), Shang (c. 1600 - c. 1046 AC)

¹ O presente estudo buscou utilizar uma gama variada de autores sobre este tema, que incluísse tanto nacionais chineses quanto analistas originários de demais países asiáticos e de outras partes do mundo. Pressupõe-se assim que a pluralidade de perspectivas que apoiam essa visão, dentro e fora da China, garantem grau adequado de validade a essa percepção.

² Na cosmologia chinesa, os céus (*tian*, 天) são a primeira matéria básica da realidade, oriunda das derivações do *taiji*, origem de tudo. Assim, essa celestialidade se faz presente em toda a criação e ressoa com os aspectos visíveis e invisíveis da realidade. Os céus também representam a figura paterna e o governante na simbologia dessa cultura.

e Zhou³ (c. 1046 - 256 AC). A sucessão da Xia pela Shang e desta para a Zhou foi legitimada pela compreensão, difundida pela Dinastia que tomava o poder, que a anterior havia perdido o favor celeste devido a incompetência e corrupção. A decadência poderia ser percebida, segundo essa noção milenar, não só pela desordem social, mas também nos aspectos materiais, como desastres naturais e colheitas ruins. Nessa lógica, um governante ineficaz veria toda realidade colapsar para o caos e caberia a um novo escolhido canalizar a insatisfação, tomar o poder e restabelecer a harmonia. A narrativa histórica deste processo aparece no Clássico da História, um dos Cinco Clássicos do pensamento confuciano. Surge uma ética da ordem, que permeia a filosofia política chinesa: a ordem é a finalidade de tudo que é político (EL AMINE, 2015; ANGLE, 2017; ALLAN, 1984).

No plano internacional, por sua vez, a ordem característica da história chinesa antiga e imperial pode ser definida como Civilização Tributária: um centro hierarquicamente superior a outras unidades políticas que detém prerrogativas e responsabilidades, mas que não governa diretamente territórios de seus vassallos⁴. O papel do centro é então garantir a harmonia interna e organizar a defesa contra bárbaros externos. Os governantes locais poderiam administrar a terra que pertenciam ao soberano desde que reconhecem sua autoridade através dos rituais e da prestação de tributo, geralmente simbólico. Os reis e, depois, imperadores chineses arbitravam disputas locais e poderiam requisitar dos vassallos serviços relacionados a grandes obras públicas e à guerra; ambos, entretanto, estavam mais condicionados à legitimidade da liderança central estabelecida, que variou significativamente ao longo da história. Assim, enquanto houve períodos em que o soberano tinha o poder decisório sobre todas as questões estratégicas, em outros sua influência era apenas simbólica. Também existiram eras em que nenhuma dinastia era reconhecida por toda a China, mas essas épocas ocorreram em menor número e por menos tempo. Essas eras foram consideradas por contemporâneos e posteriores como períodos de caos gerado pelo colapso de uma dinastia e o processo de ascensão da próxima soberania, que traria a harmonia de volta (ANGLE, 2017; ROBERTS, 2012).

A base da filosofia política chinesa é construída no contexto do colapso da Dinastia Zhou (1046-256 A.C.), quando um período de caos e guerra generalizada acabou por destruir

³ Existem evidências arqueológicas de escritos desse período apenas para a metade final da Dinastia Shang em diante, e um sistema de escrita que sobreviveu até os nossos tempos foi criado somente na Dinastia Zhou.

⁴ Esse sistema já foi classificado como feudal, por alguns autores. O uso do termo feudal deve-se à noção de organização política de unidades autônomas em um grau hierárquico formalmente inferior à uma liderança de natureza moral, que detém certas prerrogativas e responsabilidades, mas que não exerce administração direta além da sua própria área territorial. Não se refere ao modo de produção identificado com a Europa medieval. Um debate sobre a adequação do uso do termo pode ser encontrado em Roberts (2012, p. 8-10).

a maior parte da cultura estabelecida até então. O que restou do conhecimento milenar foi interpretado e organizado pelos filósofos antigos, como Confúcio e Lao Zi, e formulado em termos práticos por diversos outros, contemporâneos e posteriores⁵. Esse processo destila a percepção de que a harmonia, como atribuída ao auge da Dinastia Zhou, deveria ser o objetivo de qualquer governante. Outras concepções, associadas a premissas sobre natureza humana e valor da sua ação consciente, irão permitir o surgimento de diversas linhas de pensamento político entre os séculos VI e III A.C. Nessa época, os funcionários públicos da decadente Dinastia Zhou perderam seus cargos com o declínio da autoridade dos governantes, e passaram a viajar pelo território chinês, trabalhando como professores particulares ou buscando inserção em outras cortes. As diferentes origens funcionais deram forma às diversas interpretações filosóficas emergindo nesse período, que se convencionou chamar “Cem Escolas de Pensamento”. É como se o corpo cultural dos Zhou, morrendo em meio ao caos das guerras internas, fosse decomposto em substância filosófica pelos intelectuais da época; sobre essa matéria fértil floresceu o pensamento ético e político chinês pelo restante da História (YAN, 2011).

Ao subjugar seus competidores à sucessão do Mandato do Céu e unificar um império cujos contornos (territoriais e organizacionais) irão persistir ao longo de toda História subsequente, a Dinastia Qin (221-206 AC) funda a China como entidade política⁶. Apoiando-se nos ensinamentos de Xunzi e Han Fei, cujas ideias foram articuladas na chamada Escola Legalista, os Qin operaram a conquista e o controle do território chinês de forma pragmática e enérgica. Xunzi considerava que a natureza humana é inerentemente detestável⁷, como a matéria bruta da Criação original, buscando satisfazer seus desejos de qualquer forma possível, preferencialmente a mais fácil. A virtude surgiria da educação e da cultura, que conseguiriam refinar a natureza humana em formas superiores ao se imporem sobre suas

⁵ A fonte primordial do pensamento filosófico chinês é o Clássico das Mudanças (易經 - *Yìjīng*), no qual o Confucionismo, o Daoísmo, e as vertentes posteriores de ambos se baseiam. Esse Clássico foi escrito durante a Dinastia Zhou com a intenção de sistematizar os padrões de mudança da realidade. *Yí* (易) aqui significa ao mesmo tempo mudança, imutabilidade e simplicidade. Isso porque ele deve imitar conceitualmente as mudanças constantes do mundo para expressar o padrão imutável dessa constância, que, uma vez sistematizada, torna-se simples de compreender e aplicar na vida. Isso seria possível porque os sábios antigos observaram as mudanças ao longo de milênios e relacionaram estas a uma numerologia própria, baseada no *yin-yang*, em trigramas e hexagramas. As interpretações dos números derivam das observações antigas e dão sentido a eles, permitindo a utilização do Clássico por qualquer um. O objetivo comum, assim, do corpo de pensamento chinês é alcançar a compreensão da *lógica imutável das mudanças*, que é uma das definições de *Dào* (道) (WEN, 2010).

⁶ Na transliteração antiga, *Chin*, de onde se considera ser a origem da palavra ocidental para China.

⁷ Nas traduções iniciais de Xunzi, a palavra usada era “má”. Tendo em vista o debate em torno do conceito de “mal” e o crescimento da compreensão Agostiniana que o define como “ausência do bem” na literatura filosófica ocidental, a melhor tradução para a caracterização da natureza humana original passa a ser “detestável” (TANG, 2016).

tendências originais, ruins. O único jeito de impor educação e cultura, segundo este filósofo, é através da autoridade política (ROBERTS, 2012). Podem ser apontados, dessa forma, paralelos profundos entre a compreensão de Xunzi e de pensadores ocidentais como Thomas Hobbes⁸. A síntese da concepção política deste filósofo chinês geralmente é apresentada como “Lei para dentro, ritual para fora”. Enquanto a autoridade deveria regular as relações sociais internas, extensiva e ostensivamente, as relações com outras unidades políticas deveriam obedecer ao conjunto de práticas formais característico da civilização. As leis derivavam da autoridade governamental e permitiriam a existência de uma ordem social harmônica. Os rituais da interação com outros povos, por sua vez, refletem a hegemonia cultural chinesa (WEN, 2012). Podem-se apontar semelhanças entre caracterização das relações internacionais para esse filósofo e o conceito de sociedade internacional da Escola Inglesa: os rituais de Xunzi podem ser entendidos como as instituições de Hedley Bull, isto é, os padrões de comportamento prático derivado das normas sociais. Os rituais externos da concepção de Xunzi irão pautar a diplomacia chinesa até o final do Império já no século XX ao menos, e na maior parte da história serviram de base da Civilização Tributária e permitiram sua universalização no mundo chinês (GOLDIN, 2018).

A breve duração do Império Qin, de apenas quinze anos, contrasta com seu legado milenar e é explicada pelo abandono de qualquer preocupação moral em favor da conquista e dominação pragmática do território chinês. Han Fei, aluno de Xunzi, ignora a possibilidade de “autocultivo” das pessoas comuns defendida por seu mestre⁹, e propõe o controle pragmático de todos os súditos com leis rígidas e punições severas. Ele considera que a natureza detestável do ser humano e a permanente desigualdade entre as pessoas se manifesta na propensão ao poder por todos. O controle dessa propensão através do poder (forças militares e

⁸ Considerações nominalistas aproximam ainda mais Hobbes de Xunzi, quando este também desconsidera a possibilidade de existência ontológica ao significado das palavras, isto é, os nomes não têm propriedade inerente segundo ambos os pensadores. Por isso, é dever dos governantes determinar tais significados para o propósito de propagar a moralidade da autoridade estabelecida. Entretanto, Xunzi não é tão radical quanto Hobbes: para o chinês as palavras devem se conformar à realidade ao máximo possível, de forma a permitir ao ser humano apreendê-la pelos *sentidos e razão* (*tianguan*, 天官, literalmente “conjunto dotado de Céu”, representando olhos, ouvidos, boca, nariz, corpo e mente). Isso é o que possibilita a faculdade humana de diferenciar coisas. Se um sistema de significados impede a diferenciação própria de objetos e de ideias, não há como súditos entenderem ou executarem as ordens de seu soberano. Ainda mais, o caos poderia se instaurar em todas as esferas da vida, algo que nenhum governante deveria propiciar (WANG, 1989; FRASER, 2016). Aqui é possível perceber como a lógica do Mandato do Céu se estende para a linguagem também.

⁹ Segundo Xunzi, a moralidade é um fim universal, e o que é bom nas pessoas é seu artifício, entendido como aquele conjunto de hábitos originados da ação consciente. Essa consciência poderia ser atingida pela educação e observância dos rituais de forma a fomentar a moralidade. Considerando a base da moralidade como sendo a ação consciente, percebe-se que a filosofia de Xunzi é voltada para fora do ser humano, e o cultivo da virtude, segundo ele, não advém da reflexão introspectiva, apenas da postura para com os demais membros da sociedade. A oposição à interpretação de Mencius, que virou ortodoxia confuciana, reside na consideração deste de que a introspecção é a base do desenvolvimento humano (TANG, 2016).

aparato de inteligência interna) e do sistema legal (sistema de punições e recompensas ao comportamento dos súditos) configura a Arte do Governo para Han Fei. Seus conselhos formaram a base da política Qin, colocados em prática por Li Si, primeiro-ministro do Império (YAN, 2011; ROBERTS, 2012).

A queda dos Qin foi propiciada por diversos fatores, sobre os quais não há consenso entre historiadores, mas o que importa para esse estudo é o balanço histórico que passou a fazer parte do pensamento político chinês: essa dinastia teve sucesso em unificar a China, mas não em governar seu povo de forma humana. A dinastia Han (202 AC–220 DC) chegou ao poder por uma rebelião, mas esse processo teve um significado histórico duradouro. Quem iniciou a rebelião em 221 AC foi Xiang Yu, que buscava desfazer a centralização dos Qin, retornar ao sistema de estados feudais¹⁰ dos Zhou. Mas quem venceu a guerra civil e reunificou a China foi Liu Bang em 202 AC, representando uma visão civilizacional que buscava conciliar a unidade territorial alcançada pelos Qin com elementos confucionistas que essa dinastia buscou apagar. A dinastia Han de Liu Bang se tornou uma Era de Ouro da civilização chinesa para o imaginário histórico desse povo, ao garantir a unidade territorial com um governo mais humano do que os Qin (ROBERTS, 2012).

Na medida que essas e todas as demais dinastias caíram e foram superadas pelas subsequentes em violentos processos, permeados por guerras civis e invasões bárbaras (ROBERTS, 2012; YAN, 2011; ANGLE, 2017), firmou-se na mentalidade estratégica chinesa a questão final a ser abordada neste subcapítulo: uma visão cataclísmica da guerra, nos termos de Anatol Rapoport (1986). Essa concepção enxerga a confrontação como um flagelo inevitável que se abate sobre a população de tempos em tempos, de forma análoga a uma catástrofe natural. Assim, não há artifício humano que consiga impedir que ela ocorra, só é possível lidar com as suas consequências quando ela ocorrer. Nas considerações chinesas acerca da decisão pelo uso da força, têm destaque a percepção das consequências de agir ou optar pela inação: a China escolhe a ação quando as possíveis decorrências negativas da inação são maiores do que aquelas resultantes da própria atitude adotada (GODWIN; MILLER, 2013; WORTZEL *et al.*, 2003, p. 6-7). Ter de agir já é considerado, em si, algo negativo, que só pode ser justificado se a alternativa é pior. Essa é uma consideração muito diferente de como Rapoport caracteriza a perspectiva ocidental da guerra, derivada do

¹⁰ O uso do termo feudal deve-se à noção de organização política de unidades autônomas em um grau hierárquico formalmente inferior à uma liderança de natureza moral, que detém certas prerrogativas e responsabilidades, mas que não exerce administração direta além da sua própria área territorial. Não se refere ao modo de produção identificado com a Europa medieval. Um debate sobre a adequação do uso do termo pode ser encontrado em Roberts (2012, p. 8-10).

pensamento de Clausewitz, que lida de forma racional e pragmática com ela devido ao seu caráter político. Nessa última, é possível pensar em elidir indefinidamente a guerra através da política. Na maior parte da história da China, a visão cataclísmica imperou. A única exceção pode ser considerada o período a partir do qual China operou sua reforma e abertura, quando começou a incorporar elementos do pensamento estratégico ocidental, na tentativa de se adaptar para participar do sistema internacional na mesma lógica das potências ocidentais (SCOBELL, 2002). Em vez de se mostrar uma tendência permanente, o pensamento estratégico chinês parece estar retornando à visão cataclísmica, conforme o restante deste capítulo busca contextualizar e descrever.

3.2 O CENÁRIO POLÍTICO E ESTRATÉGICO NO LESTE DA ÁSIA DO FIM DA BIPOLARIDADE AO REENGAJAMENTO ESTADUNIDENSE

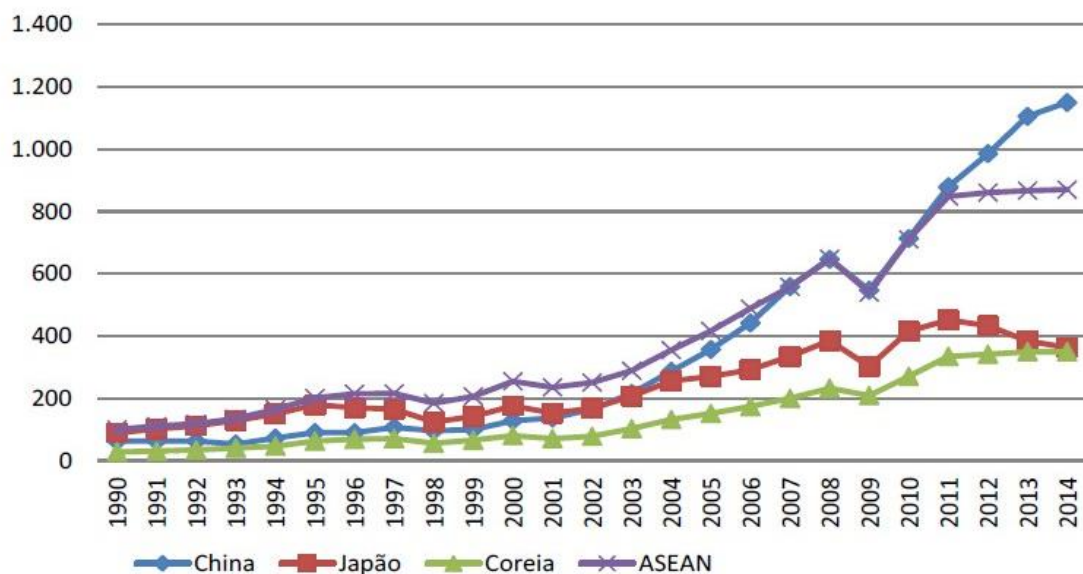
No presente subcapítulo, objetiva-se descrever a ambiente político e securitária do Leste Asiático nas duas primeiras décadas do pós-Guerra Fria. Nesse período, aprofundou-se o processo de convergência econômica e política no Leste Asiático. A formação da Ásia Oriental enquanto polo econômico apoiado na integração supranacional fazia parte também do novo estágio em que ingressava a globalização, e a região emergia como nova fronteira econômica mundial (VISENTINI, 2012). Na época, o desengajamento parcial dos Estados Unidos dá força à concertação regional pela via securitária. Diferentemente da visão liberal adotada pelos desenvolvidos após consolidadas suas economias, no modelo asiático:

[...] a noção de mercado capitalista encontra-se invariavelmente associada à de Estado forte, regulador, planejador e intervencionista, baseado em regimes personalistas, autoritários e fundados em partidos únicos. Segundo acadêmicos cingapurianos, o modelo asiático tem as seguintes características: a legitimidade dos dirigentes políticos funda-se na eficácia governamental, há um contrato social entre a população e o Estado, em que a lei e a ordem são oferecidas em troca do respeito à autoridade, desenvolve-se a autoconfiança nos trabalhadores, sem um excesso de benefícios proporcionados pelo estado, a imprensa deve ser livre mas responsável, e o individualismo excessivo do ocidente deve ser rejeitado em favor dos direitos da comunidade. (VISENTINI, 2012, p. 71)

Assim, a multilateralidade se aprofunda na região, para dar conta da interdependência econômica e securitária entre países que muitas vezes são competidores no âmbito global. Para ilustrar essa tendência, é possível se utilizar da análise dos dados de comércio e investimento, da aproximação diplomática, e do advento de parcerias para integração regional. Ao analisar a evolução temporal dos dados, algumas questões importantes surgem.

Iniciando pelo comércio intrarregional¹¹ da China, Japão, Coreia e países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), é possível destacar cinco períodos de tendência, entremeados por quatro momentos de crise (gráficos 1 e 2)¹². Inicialmente, pode-se observar a evolução do comércio de 1990 a 1997, ano em que ocorre a Crise Asiática. Com ela, Japão, Coreia e os países da ASEAN reduzem tanto suas exportações quanto importações, mas os efeitos na China são reduzidos, o que inclusive ajuda as economias da região a se recuperarem nos anos seguintes, quando o aumento do comércio é retomado. Essa tendência segue até 2001, quando a recessão dos países desenvolvidos fez-se sentir principalmente nas exportações japonesas e da ASEAN, com a China passando praticamente incólume do ponto de vista comercial. Depois disso, seguiu-se um vertiginoso aumento comercial entre os países, que seria interrompido apenas com a Crise Mundial de 2009. Em 2010 o crescimento é retomado. Entretanto, o comércio atinge um platô em 2012 para quase todos os indicadores (UNESCAP, 2019).

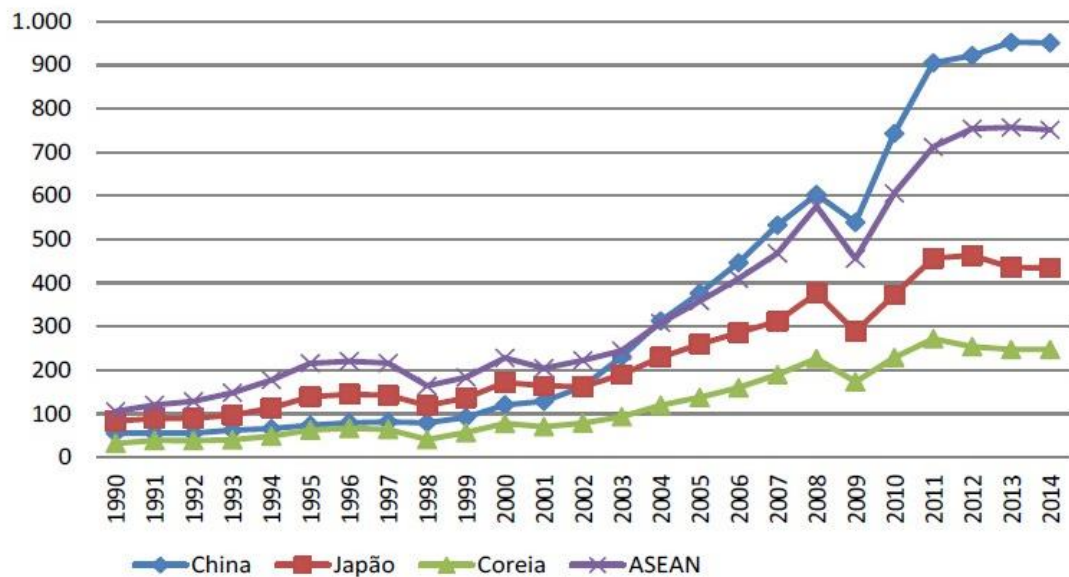
Gráfico 1 - Exportações Intrarregionais, em bilhões de dólares



¹¹ Destino (exportações) ou origem (importações) em países asiáticos.

¹² A fonte oferece os dados de comércio intrarregional somente até 2014.

Gráfico 2 - Importações Intrarregionais, em bilhões de dólares



Fonte: Elaboração nossa a partir dos dados da UNESCAP (2019).

A tendência observada no período, após cada momento de crise, foi de rápido retorno do crescimento nos níveis de comércio. Também, o crescimento do comércio intrarregional, entre os anos 1998 e 2011, esteve acima do crescimento do comércio internacional total, em média 2% a mais para os países analisados (UNESCAP, 2019). Ambas as características se invertem a partir de 2012, quando passam a ficar relativamente constantes as exportações (exceto chinesas, que aumentam, e japonesas, que caem) e importações intrarregionais, e o comércio com o resto do mundo tem um crescimento maior do que o regional, da ordem de 0,7% (UNESCAP, 2019).

No período de 1992 a 2010, a evolução comercial foi acompanhada por iniciativas de concertação que buscavam suprir o vácuo estratégico deixado pelo desengajamento estratégico dos EUA (BEUKEL, 2008). Seguiu-se o advento de uma série de iniciativas visando a multilateralidade, como o Fórum Regional da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN¹³) (1994), a ASEAN+3 (1997), o início da Cooperação Trilateral (2008) e a Iniciativa de Chiang-Mai (2010). O Fórum Regional da ASEAN consiste em um fórum multilateral para a discussão da agenda securitária da região, englobando Ásia e Pacífico e, portanto, procura incluir dentre seus membros todos os países do ambiente securitário da

¹³ A Associação das Nações do Sudeste Asiático é uma associação político-econômica de países do Sudeste Asiático, criada em 1967. A Associação tem como objetivos o crescimento econômico, o progresso sociocultural e a estabilidade regional, além de procurar promover um ambiente para a resolução pacífica de controvérsias entre seus membros. São membros da ASEAN a Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã.

região. Nesse sentido, além dos países-membros da ASEAN, ainda estão inclusos Austrália, Bangladesh, Canadá, China, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Rússia, Timor-Leste, Estados Unidos e Sri Lanka. Este pode ser considerado o principal fórum para a discussão securitária na região.

A ASEAN+3 inclui, além dos países-membros da ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul. Objetiva coordenar a cooperação para o desenvolvimento entre seus países-membros, possibilitando a discussão acerca de temas como segurança energética e alimentar, além de discussões econômicas per se. Nesse sentido, um importante produto da ASEAN+3 é a Iniciativa de Chiang Mai, um acordo multilateral de Swap Cambial¹⁴ entre os países da ASEAN+3, grande responsável pela estabilidade econômica da região. O acordo conta com um fundo de US\$ 240 bilhões, além de estabelecer que as trocas entre os países-signatários seriam feitas através das moedas locais. O fundo garante aos países-signatários liquidez durante possíveis crises financeiras, e permite que se fortaleçam as moedas locais. Por fim, a Cúpula do Leste Asiático foi criada com o objetivo de estabelecer um fórum de diálogo acerca dos assuntos estratégicos, políticos e econômicos da região, fortalecendo as iniciativas de integração em direção a uma “Comunidade ASEAN”. A Cúpula do Leste Asiático é composta pelos membros do ASEAN+3, além de Austrália, Índia e Nova Zelândia (GUERRERO, 2008). Ainda é possível mencionar, na questão da concertação regional, a Sunshine Policy (1998) coreana, política implementada pelo então presidente Kim Dae Jung que teve repercussões positivas nas relações entre o sul e o norte da península. Buscava-se, através do aumento da interação e da assistência econômica, reduzir as tensões entre as partes (SON, 2006).

Depois de reafirmar, em 2008, os ideais de benefícios mútuos e interesses estratégicos convergentes em uma declaração conjunta (JOINT, 2008), o ápice do contexto cooperativo veio com a confluência, em 2009, de governos regionalistas em ambos os países. Tais governos representaram, em seus respectivos países, grupos políticos que buscavam promover iniciativas de concertação regional. Isso esteve refletido no fortalecimento dos diálogos e assinatura de acordos na direção de institucionalizar marcos regimentais para a crescente interdependência econômica (CHANG *et al.*, 2018). Naquele

¹⁴ Swap Cambial – uma forma de derivativo na economia internacional. Os derivativos são contratos de compra e venda em que se estabelece um preço futuro fixo para uma mercadoria que normalmente teria preço variável. No caso do swap cambial, essa mercadoria é uma moeda. Em um acordo de swap cambial, estabelece-se um preço futuro fixo para a troca entre duas moedas. No caso da Iniciativa Chiang Mai, estabeleceram-se taxas de câmbio fixadas para as moedas da região, de forma a facilitar as trocas entre os países sem a necessidade de conversão ao dólar (PARK; WANG, 2005).

ano, parecia se tornar cada vez mais real a possibilidade de se efetivar a Comunidade do Leste Asiático, proposta japonesa de bloco econômico que abrange os países da ASEAN+3. Essa tendência não se prolonga muito após esse ponto, quando é revertida na década seguinte com um aumento na polaridade derivado de questões estratégicas, tema do próximo subcapítulo.

3.3 O ENFRAQUECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E O NOVO QUADRO ESTRATÉGICO NA ÁSIA ORIENTAL

Este subcapítulo busca analisar elementos políticos e estratégicos relacionados ao evento que reverteu a tendência de aproximação entre China e Japão observada na maior parte das duas décadas anteriores. Essa concertação, descrita no subcapítulo anterior, foi interrompida em 2012, com o episódio envolvendo as Ilhas Diaoyu/Senkaku (nas grafias chinesa e japonesa, respectivamente), um arquipélago de pequenas ilhas inabitadas, situadas no Mar do Leste da China. A crise abalou o processo integracionista e, além disso, causou uma profunda mudança política tanto na China quanto no Japão. As Ilhas são reivindicadas tanto pela China como pelo Japão. A presença japonesa na região remonta à 1ª Guerra Sino Japonesa, que teve início em 1894, após um ataque surpresa da Marinha Imperial do Japão contra a frota chinesa. Na ocasião, os japoneses tomaram a Coréia, as Diaoyu/Senkaku, as ilhas Pescadores e Taiwan (Formosa para os portugueses). Após a guerra, o Japão obrigou a China a assinar o tratado de Shimonoseki, o primeiro dos “tratados injustos” firmado entre a China e uma potência asiática — aos olhos dos chineses foi o ápice de sua decadência (MARTIN, 1949).

Assim, a disputa de limites marítimos reveste-se de um forte conteúdo simbólico para os dois países. Para a China trata-se de reparar os efeitos dos tratados injustos e reunificar o país, afirmando-se como a grande potência da Ásia. Da parte do Japão, de reiterar seu direito de conquista; daí a simbologia contida nas visitas dos ministros japoneses ao templo de Yasukuni — onde se encontram os japoneses tombados em todas as guerras e, dentre eles, ao menos doze julgados e condenados por crimes na II Guerra Mundial (MANICOM, 2014).

Desde 2010 as ilhas tornaram-se motivo de uma série de incidentes menores entre os dois países. Eles adquiriram importância graças às ações de Shintaro Ishihara, prefeito de

Tóquio¹⁵, que moveu uma campanha nacional que mobilizou a opinião pública para a aquisição das ilhas. Para evitar uma crise, o governo central, à época nas mãos do Partido Democrático do Japão, adquiriu as ilhas. Mas, diferentemente do pretendido, isto só serviu para acirrar os ânimos. Teve início uma série de protestos nacionalistas e antinipônicos na China, hostilizando indivíduos e empresas japonesas no país, forçando o encerramento de suas atividades em solo chinês. Esse fato levou a uma diminuição abrupta de 1,4% no fluxo comercial entre os dois países nos oito primeiros meses de 2012, revertendo o crescimento registrado no ano anterior e o investimento estrangeiro direto dos japoneses na China (FACKLER; JOHNSON, 2012). Os valores de comércio eram estimados em US\$ 345 bi em setembro de 2012 (CHINA..., 2012b). Além da redução do comércio, houve também danos indiretos, devido à interdependência de cadeias produtivas.

Da breve exposição acima pode-se concluir que os litígios territoriais marítimos no sudeste e leste asiático vão muito além do aspecto militar. Há toda uma problemática envolvendo a disputa da história, dos valores e seus impactos no sistema político interno dos países da região. Ademais, em uma região que já é a maior consumidora de energia do globo terrestre — o leste asiático ultrapassou os EUA em 2014 (RITCHIE, 2014) — há o fundamento econômico intrínseco: as reservas de hidrocarbonetos do mar no entorno das ilhas. Entretanto, no escopo proposto para esse trabalho, isto é, a interface entre os aspectos militares e políticos referente à região do Leste Asiático, não se julga essencial uma revisão detalhada das outras questões pertinentes à disputa em si. A literatura de Relações Internacionais costuma apontar que as vicissitudes enfrentadas entre China e Japão se devem, principalmente, à disputa da história; do petróleo; à competição econômica e às diferenças de sistema político interno. Logicamente, em assuntos complexos como as Relações Internacionais, raramente um fenômeno tem apenas uma explicação, e é salutar abordar diversos caminhos lógicos e argumentativos em uma análise. Em que se pese a importância da questão, devido ao escopo do trabalho não se abordam aqui mais detalhadamente todas essas facetas, e indica-se que tais assuntos podem ser tratadas com mais aprofundamento em um estudo posterior.

Uma das decorrências mais significativas dessa série de eventos seria a alteração da correlação de forças no sistema político dos dois países, levando à ascensão de governos com política externa mais assertiva no âmbito regional em comparação com seus antecessores. No Japão, Shinzo Abe se elegeu em dezembro de 2012 com um discurso

¹⁵ O Japão é um Estado Unitário, lá o cargo de prefeito equivale ao de governador.

nacionalista e mais alinhado aos Estados Unidos; na China, em novembro do mesmo ano, ocorreu o XVIII Congresso do PCCh, em que se pavimentou não só a transição de poder entre Hu Jintao e Xi Jinping, como, mais importante, a reformulação do Birô Político com uma composição mais favorável ao “Grupo de Xangai”¹⁶. A pauta da integração regional se arrefeceu, sendo substituída por abordagens de viés competitivo, como a Parceria Trans-Pacífica. Retomando os dados de comércio tabelados acima, é possível perceber como isso afetou o quadro de interdependência econômica entre os países da região. Os avanços institucionais que apontavam para um consenso em torno de um regime de segurança, propiciado pela moldura das cúpulas trilaterais, foram substituídos por um ambiente de competição estratégica entre China e Japão, em torno do qual orbitam os demais atores da região e, em alguma medida, os próprios Estados Unidos (MANYIN *et al.*, 2012).

3.4 REORIENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA MILITAR: ESTADOS UNIDOS, CHINA E JAPÃO

As transformações no quadro político-diplomático na região, analisadas acima, foram acompanhadas de uma evolução mais lenta no campo militar, objeto do presente subcapítulo. Paralelamente, ocorreram transformações na estratégia militar dos Estados Unidos, China e, mais recentemente, Japão. Com o fim da bipolaridade, a hipótese de emprego de forças dos Estados Unidos altera-se profundamente. Como explica Vizentini (2004), em um sistema com contornos unipolares nos campos diplomático e militar, e com tendências emergentes de multipolaridade econômica e tecnológica, os Estados Unidos preocupam-se em estabelecer equilíbrios regionais de poder que impeçam a ascensão de potências rivais. Observava-se então o resultado dessa abordagem, somada à continuidade do projeto do Escudo Antimíssil¹⁷ e à Guerra ao Terror, na:

Reafirmação da Rússia, [no] crescimento do poder da China (mesmo que qualitativamente inferior ao dos EUA), e [no] lançamento de um desafio global pelo mundo árabe-muçulmano (difuso e parcial), um polo considerado derrotado e fora do grande jogo mundial. (VIZENTINI, 2004).

¹⁶ O Partido Comunista da China é dividido em duas facções principais: a ala ligada à Juventude do Partido Comunista, que preza pela estabilidade social, via distribuição de renda e redução das disparidades regionais, e cujo principal expoente é Hu Jintao; e o “Grupo de Xangai”, vinculado a Jiang Zemin e centrado no crescimento econômico acelerado, propondo reformas para aumentar a competitividade de empresas chinesas (LI, 2012). Mais sobre isso no capítulo de contextualização histórica.

¹⁷ *Theater Missile Defense*, Defesa contra mísseis de teatro, de alcance médio. A versão estadunidense chama-se Terminal High Altitude Area Defense (THAAD), ou Defesa de Área em Alta Altitude e fase Terminal, em português.

A compreensão da reorientação estratégica militar no Leste Asiático inicia-se aqui pela análise da reformulação no perfil de forças estadunidenses após o fim da Guerra Fria. O emprego de forças em um mundo bipolar, pelos EUA, organizava-se de forma diferente da atual. Nas palavras de Krepinevich,

Durante a Guerra Fria, a postura de defesa dos Estados Unidos exigia que forças substanciais fossem alocadas no exterior, como parte de uma estratégia militar que enfatizava a dissuasão e a defesa avançada. [...] Os Estados Unidos tinham uma compreensão clara das principais ameaças à sua segurança, alta confiança quanto ao local em que os principais atos de agressão eram suscetíveis de ocorrer, e uma crença de que as bases avançadas eram razoavelmente seguras, mesmo em caso de ataque inimigo. Estas condições já não existem ou, quando o existem, estão sujeitas a tendências que parecem muito desfavoráveis para a sua sobrevivência a longo prazo.¹⁸ (KREPINEVICH *et al.*, 2003, p. i, tradução nossa).

Os autores citados apontam para dois motivos que explicariam essa mudança. Primeiramente, o próprio fim da Guerra Fria retirou dos Estados Unidos seu grande adversário, que moldava grande parte de sua política externa. Consequência disso foi um realinhamento das suas prioridades estratégicas, ocasionando a volta para o país de grande parte dos contingentes instalados na periferia do antigo bloco socialista. Em outras palavras, diminuiu-se a presença física estadunidense no globo, em termos militares. Longe de significar um distanciamento desse país da política mundial por mero desinteresse, esse recolhimento das tropas foi apenas uma adequação a uma nova realidade, a da Era Expedicionária, em que a sociedade civil estadunidense não aceitaria tão facilmente a ideia da necessidade de permanência militar extensiva além-mar sem um inimigo externo tangível.

O segundo motivo é o próprio desenvolvimento das técnicas assimétricas de resposta à capacidade de projeção dos Estados Unidos. Um dos preceitos básicos da Era Expedicionária, como definido por Krepinevich *et al.* (2003), é justamente ter a capacidade de, em curto período de tempo¹⁹, projetar forças em qualquer ponto em crise no globo sem aparato militar estadunidense previamente instalado, como ocorria na época da bipolaridade

¹⁸ Do original: “During the Cold War, the United States defense posture called for substantial forces to be located overseas as part of a military strategy that emphasized deterrence and forward defense. [...] The United States had a clear understanding of the principal threats to its security, high confidence as to where major acts of aggression were likely to occur, and a belief that forward bases were reasonably secure, even in the event of enemy attack. These conditions either no longer exist or, where they do, are subject to trends that appear most unfavorable to their long-term survival.” (KREPINEVICH *et al.*, 2003, p. i)

¹⁹ Os autores colocam que 120 horas seria o limite máximo de uma capacidade de projeção factível (KREPINEVICH *et al.*, 2003).

nos países da OTAN, OTASE e CENTO²⁰, entre outros. Após a volta das tropas, o paradigma de projeção se baseava em tirar proveito de bases militares com menor proteção dos próprios países nos quais a hipotética intervenção ocorreria, capturando-a e utilizando-a em vantagem própria. Atualmente, para poder atuar nos pontos chave do globo, os Estados Unidos necessitariam enviar e manter forças marítimas nas áreas litorâneas em escala muito maior para influenciar tais operações em terra, tendo em vista a disseminação progressiva de tecnologia militar para os outros países. Nesse contexto, se destaca a importância dos porta-aviões: esse navio de guerra, com sua capacidade de transportar caças, amplia a capacidade de atuação militar de seu detentor, no caso os Estados Unidos. Isso porque esses caças têm a missão de garantir um ambiente aéreo propício para a atuação de outros sistemas, essenciais no apoio das operações (ISENBERG, 1990).

O ponto de partida da modernização naval chinesa foi o advento da doutrina de “Defesa dos mares próximos”. Desenvolvida pelo almirante da Marinha do Exército de Libertação do Povo (ELP), Liu Huaqing, buscava criar um potencial dissuasório crível para lidar com as contingências relativas às questões de Taiwan, dos territórios marítimos em disputa e das Linhas Marítimas de Comunicação²¹ (LMCs) (MACHADO; SIMIONATO, 2015). Foi o próprio Liu Huaqing que, a partir de sua experiência ao estudar na Academia Naval de Voroshilov, na URSS, propôs o estabelecimento das duas Cadeias de Ilhas em que se organizariam a defesa naval em camadas da China, de forma análoga aos dois perímetros defensivos da marinha soviética (200 e 1250 mn da costa) (DORNELLES JUNIOR, 2014).

O desenvolvimento de técnicas assimétricas Anti-Acesso e de Negação de Área (A2/AD, na sigla em inglês²²), é uma das facetas da modernização militar chinesa, e é uma das quais importam para o escopo desse trabalho. Isso porque tais técnicas visam impossibilitar a plena realização da projeção de forças estadunidenses próximo à costa chinesa, uma das principais contingências frente à necessidade da reunificação nacional pela força. O conceito do A2/AD formalmente foi elaborado por analistas estadunidenses a partir de observações do programa de modernização militar chinês. Anti-Acesso se refere às ações e capacidades de longo alcance (+1,600 km) que buscam evitar que as forças do

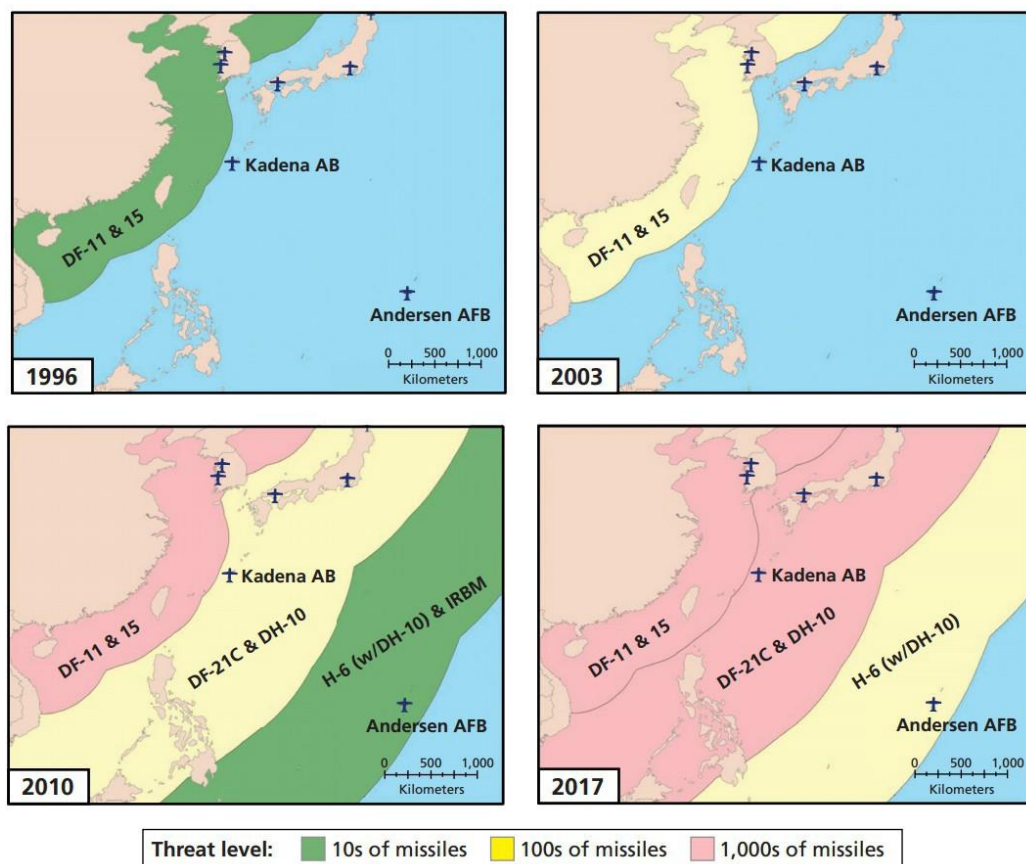
²⁰ Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE) e Organização do Tratado Central (CENTO): uma rede de alianças militares anticomunistas articulada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

²¹ Rotas marítimas pelas quais circula o trânsito marítimo, principalmente o comércio. Sendo a economia chinesa intimamente dependente da capacidade de importar insumos e exportar seus produtos finalizados, a manutenção da segurança e liberdade de utilização das LMCs é essencial para o país.

²² *Anti-Access e Area Denial*

oponente entrem na área de operações. Já o conceito de Negação de Área é caracterizado pelas capacidades e ações de curto alcance que visam limitar a liberdade de ação do oponente dentro desse perímetro. Embora exista essa diferença entre os dois conceitos, eles são fases de uma mesma estratégia. Pelo fato de essas capacidades possuírem sistemas táticos bastante similares, eventualmente intercambiáveis, criou-se o conceito do A2/AD para referenciá-las em conjunto. O desenvolvimento das capacidades militares da China foi pautado por uma estratégia assimétrica. Em termos militares, isso significou compensar o atraso tecnológico recorrendo à quantidade, isto é, usando uma grande quantidade dos meios descritos acima. A China consegue produzir meios em abundância para atingir o centro material da estratégia estadunidense, isto é, o porta-aviões. Os EUA este, por sua vez, não (KREPINEVICH *et al.*, 2003). A Figura 8, abaixo, ilustra a evolução das defesas chinesas no Pacífico, através de quatro retratos do alcance²³ dos seus mísseis e bombardeiros.

Figura 8 - Alcance de mísseis chineses no Pacífico, 1996-2017



Fonte: Heginbotham *et al.*, (2015).

²³ Alcances dos sistemas mencionados: DF-11: 300-700+ km; DF-15: 600-900 km; DF-21: 1.700 km; DH-10: 1.500 km; H-6: 6.000 km (1.800 km de combate) (HEGINBOTHAM *et al.*, 2015, p. 51).

com a negação da sua utilização; e que estes perderiam uma competição militar pelos comuns se tentassem negá-los aos Estados Unidos. [...] Isso permite que os Estados Unidos explorem mais plenamente outras fontes de poder, incluindo o seu próprio poderio econômico e militar, bem como o poder econômico e militar de seus aliados. O comando dos comuns também ajuda os Estados Unidos a enfraquecerem seus adversários, restringindo o seu acesso à assistência econômica, militar e política. O comando dos comuns tem permitido aos Estados Unidos fazerem guerra em curto prazo, mesmo onde se tenha pouca presença militar permanente. (POSEN, 2003, p. 8-9)

Buscando a manutenção da hegemonia estadunidense nessas bases, o debate conceitual contemporâneo no nível operacional busca formas de contrarrestar o desenvolvimento militar das potências emergentes e adversárias, principalmente da China. Uma das primeiras proposições que ganhou apoio amplo e foi incorporada ao planejamento estratégico estadunidense foi o conceito da Batalha AeroNaval, em 2010 (KAZIANIS, 2014). Esse conceito propõe uma resposta preemptiva ao A2/AD: um golpe em profundidade que desabilite o sistema de Comando e Controle (C2) operacional chinês, impedindo a realização da defesa litorânea. Materialmente, a Batalha AeroNaval emprega dispendiosas tecnologias de domínio-cruzado (Forças Navais e Aéreas), furtivas (*Stealth*) e hipersônicas, conjuntamente com armas termobáricas e de energia direta, como lasers e *High Power Microwaves* (MACHADO; SIMIONATO, 2015). Operacionalmente, a Batalha AeroNaval, em um confronto contra a China,

[...] desbarataria os centros [consciência de situação] das forças armadas chinesas, podendo também impactar nas cadeias de comando do próprio Partido Comunista da China, rompendo o contrato social hoje existente que consegue organizar um país com mais de um bilhão de habitantes, podendo ter graves consequências para a estabilidade social e capacidade de sobrevivência de milhões de pessoas. Críticos do conceito apontam que [a Batalha AeroNaval] poderia contribuir para o aumento da possibilidade de escalada nuclear, já que China poderia considerar atacar preemptivamente para preservar seus centros de C2. (MACHADO; SIMIONATO, 2015: 11)

Paralelamente, do ponto de vista político, a fim de lidar com a ascensão chinesa e assegurar sua posição na Ásia-Pacífico, os EUA lançam o que foi denominado “Pivô Asiático”, anunciado inicialmente em 2011, com o discurso do presidente estadunidense na base militar de Darwin, na Austrália (MANYIN *et al.*, 2012). Na mesma ocasião, Publicizou-se a intenção de deslocar-se para Austrália um contingente de 3000 fuzileiros navais. Nem mesmo nos piores momentos da guerra fria ou em seus momentos quentes (Vietnã e Coreia), contingentes estadunidenses haviam sido estacionados na Austrália. Na sequência, a então Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, em artigo para a revista *Foreign Policy*, descreve a estratégia estadunidense para o Pacífico (CLINTON, 2011).

Dentre as linhas de ação proposta para essa estratégia, figuravam o fortalecimento de alianças bilaterais de segurança e o estabelecimento de uma presença militar em bases ampliadas. O reengajamento estadunidense na Ásia reverteu a tendência de concertação descrita anteriormente. Isto é, os esforços em prol da integração, principalmente no âmbito da Comunidade do Leste Asiático, passariam a ter de competir com as relações preferenciais com a superpotência estadunidense.

A reorientação militar do Japão foi mais recente. Do ponto de vista doutrinário, a administração Shinzo Abe no Japão, no poder desde dezembro de 2012, buscou perseguir iniciativas militares e de defesa mais assertivas. Abe representa a manifestação mais recente daquilo que pode ser considerada uma corrente política interna do Japão que prioriza as relações com os Estados Unidos, em detrimento de uma política regional cooperativa com seus vizinhos. Conhecida como “Constituição Pacifista”, a Carta Magna japonesa proscreeve a existência de Forças Armadas como a dos demais Estados. Permite-se apenas a manutenção das chamadas Forças de Autodefesa, com capacidade de atuação mais limitada. A Constituição é produto da situação em que se encontrava o Japão no pós-II Guerra Mundial: ocupado pelos Estados Unidos após a rendição incondicional, e tendo seu sistema político reestruturado para impedir a ascensão de novo ímpeto militarista. Com a ascensão chinesa e o recuo estratégico estadunidense pós-Guerra Fria, surge a oportunidade de se alterar essa condição. Isso porque há a necessidade de aumentar a responsabilidade japonesa na manutenção do equilíbrio asiático, da perspectiva norte-americana. Assim, a manutenção da relação especial com os EUA necessitaria do estabelecimento de capacidades militares que permitam ao Japão assumir maiores responsabilidades no Leste Asiático, dentro da lógica do rebalanceamento estadunidense para a Ásia (HUGHES, 2013).

A mais recente e abrangente reforma na legislação securitária do Japão ocorreu em setembro de 2015, quando uma lei proposta pelo executivo foi aprovada pela Dieta, o legislativo japonês. Passou a ser permitido ao Japão o direito de Autodefesa Coletiva, isto é, a condução de operações militares externas em conjunto com aliados, mesmo que o Japão não esteja sendo ameaçado de forma direta (JAPÃO, 2015). Bastaria apenas que um país que mantenha relações próximas com o Japão seja atacado para possibilitar o exercício desse novo direito. O governo Abe já mostrou interesse de continuar esse processo de reformulação securitária, propondo uma alteração à Constituição para retirar a cláusula que renuncia o uso da guerra como forma de resolver disputas internacionais (ABE..., 2016).

Frente ao cenário que se apresentava, a China atualizou a sua estratégia militar em 2015. O documento, assinado pelo Conselho de Estado da RPC, expressa o momento de transição

em que se encontrava a Grande Estratégia chinesa na época. O primeiro parágrafo da sua primeira seção, dedicada à situação da Segurança Nacional, destaca a intensificação das tendências em direção à multipolaridade e globalização econômica, e afirma que paz, desenvolvimento, cooperação e benefício mútuo se tornaram uma “maré irresistível dos tempos” (CHINA, 2015, §4). O próximo parágrafo, entretanto, contradiz a percepção de que o mundo estava destinado a esse cenário otimista: “Existem, no entanto, novas ameaças de hegemonismo, política de poder e neo-intervencionismo. A competição internacional pela redistribuição de poder, direitos e interesses tende a se intensificar” (CHINA, 2015, §5). Acrescentando a isso questões como terrorismo e disputas étnicas, religiosas, fronteiriças e territoriais recorrentes, o parágrafo encerra concluindo que o mundo ainda enfrenta ameaças de Guerras Locais, tanto imediatas quanto potenciais. A proximidade de tais contatações opostas chama a atenção para o que pode ser entendido como reflexo do processo de percepção e resposta a um ambiente externo em transformação. Isto é, as novas ameaças surgem em reação ao movimento histórico de paz e prosperidade. Após reafirmar as tarefas da China em garantir a unificação nacional, integridade territorial e interesses de desenvolvimento (CHINA, 2015, §6), o documento continua o diagnóstico das ameaças externas:

Conforme o centro de gravidade econômico e estratégico do mundo muda cada vez mais rápido para a região da Ásia-Pacífico, os EUA prosseguem com a sua estratégia de "rebalanceamento" e reforçam sua presença militar e suas alianças militares na região. O Japão não está poupando esforços para se esquivar do mecanismo do pós-guerra, revendo suas políticas militares e de segurança (CHINA, 2015, §7).

Logo em seguida, o documento que expõe a nova estratégia militar menciona a questão de Taiwan, acerca da evolução positiva das relações interestreito nos últimos anos, mas afirmando que a “causa-raiz” da instabilidade não foi removida, e que ainda há ameaça das forças separatistas ao desenvolvimento pacífico das relações entre os dois lados. Essa menção deve ser entendida no contexto da ascensão do apoio popular ao Partido Democrático Progressista (PDP) nas eleições locais do final de 2014 e do Movimento Girassol do início daquele ano, que impediu a consecução de um acordo sobre comércio de serviços interestreito.

A inovação trazida pelo documento fica por conta da revisão das Diretrizes Estratégicas de Defesa Ativa. O conceito da Defesa Ativa refere-se, em primeiro lugar, a unidade entre a defensiva estratégica e a ofensiva operacional e tática. Ou seja, mesmo que se busque um perfil defensivo no nível estratégico, pode-se tomar a ofensiva no nível das Operações ou da Tática:

Adesão à unidade da defesa estratégica com a ofensiva operacional e tática [...]. Tentar aproveitar a iniciativa estratégica na luta militar, planejar proativamente a luta militar em todas as direções e domínios, e aproveitar as oportunidades para acelerar a construção, reforma e desenvolvimento militar. (CHINA, 2015).

Para se entender a importância da mudança proposta pela nova estratégia, é necessário se comparar a forma como a Defesa Ativa é tratada agora com a formulação original, feita por Mao Zedong. O ex-líder chinês, em seus escritos militares ainda da época da guerra contra os japoneses, definia a Defesa Ativa da seguinte forma:

A defesa ativa também é conhecida como defesa ofensiva, ou defesa através de engajamentos decisivos. A defesa passiva também é conhecida como defesa puramente defensiva ou defesa pura. A defesa passiva é realmente um tipo de defesa espúria, e a única defesa real é defesa ativa, defesa com a finalidade de contra- atacar e tomar a ofensiva. (MAO, 1936)

Enquanto que na concepção original aproximava-se de uma interpretação mais clausewitziana da guerra – ou seja, o foco no desgaste do adversário na batalha como forma de planejar a ofensiva após o início das hostilidades apenas – o novo conceito coloca a ênfase na iniciativa, uma interpretação muito mais próxima das ideias de Jomini – principalmente na questão de atacar no momento oportuno, com o máximo de força, a fim de garantir a vitória em um combate decisivo e rápido²⁴. Tal abordagem se explica como reação à Batalha AeroNaval: com os EUA se preparando para um golpe preemptivo que visa impedir a China de manter o esforço de guerra, a dissuasão perde forças. Em uma situação em que o ataque virá sem aviso e sem possibilidade de se “desescalarem” as tensões, a resposta adotada pela China é focar-se na preparação para também, se necessário, poder tomar a iniciativa. Do ponto de vista material, o foco no desenvolvimento de tecnologias furtivas (o caça Chengdu J- 20 e o bombardeiro Xian H-20) e hipersônicas (o planador DF-ZF) tende a indicar um posicionamento mais preemptivo, tendo em vista que tais capacidades permitiriam o ataque sem aviso à alvos valiosos (principalmente bases aéreas) (WILKENING, 2019).

Ao longo da história da China, as diretrizes estratégicas foram revistas conforme a situação de segurança nacional evoluía, e no documento analisado ocorre a mais recente delas:

Para implementar a diretriz estratégica militar de defesa ativa na nova situação, as Forças Armadas da China irão se ajustar. Em sintonia com as evoluções da forma

²⁴ Na literatura dos Estudos Estratégicos, Clausewitz é visto como o teórico da defesa e dissuasão, enquanto Jomini o teórico do ataque e preempção (PARET, 1986).

de se fazer a guerra e da situação de segurança nacional, a questão fundamental da Preparação para o Combate Militar (PCM) será focada em vencer Guerras Locais informatizadas, destacando o combate militar marítimo e a PCM marítimo. As Forças Armadas vão trabalhar para efetivamente controlar grandes crises, lidar adequadamente com possíveis reações em cadeia, e firmemente salvaguardar a soberania, integridade territorial e segurança do país.¹⁵ (CHINA, 2015)

É importante ressaltar o foco dado às questões navais e ao controle de grandes crises, de forma a lidar com reações em cadeia e salvaguardar a soberania e integridade territorial. Todos esses pontos dizem respeito ao que, historicamente, se fez presente na abordagem estratégica chinesa para Taiwan. A tomada de iniciativa estratégica, também mencionada na nova Estratégia Militar, se coaduna com um contexto em que ascende o nacionalismo na Ilha e, para manter a defesa de sua soberania em um contexto de estratégia defensiva, pode-se tomar a ofensiva do ponto de vista operacional ou tático.

Esta nova abordagem chinesa não surge sem propostas alternativas. Na tipologia feita por Pillsbury (2002), pode-se perceber que a nova abordagem adotada concilia duas das escolas de pensamento estratégico majoritárias na China: a que vê a Guerra Local como tendência para os confrontos futuros, e a que vê a Guerra da Revolução nos Assuntos Militares como regra. A primeira defende que os confrontos futuros serão circunscritos a um teatro limitado, com Estados vizinhos e próximos à fronteira do país. A segunda corrente afirma que terá armas avançadas, satélites para comunicações e reconhecimento, aviões furtivos, armas nucleares e nanotecnologia, e vê como adversários como Estados Unidos, Rússia e Japão. A terceira escola seria a Guerra Popular, de mobilização massiva, em moldes maoístas, não contemplada nos desenvolvimentos recentes em matéria militar, mesmo que a questão dos grandes contingentes e da conscrição tenha sido mantida.

3.5 REFLEXÕES PRELIMINARES: TAIWAN NA GRANDE ESTRATÉGIA DA CHINA

O presente capítulo buscou analisar o conjunto de fatores, no nível da Grande Estratégia chinesa, que possuem relação com Taiwan. Operou-se assim uma descrição das questões conceituais basilares para se entender a cultura estratégica na China, bem como da evolução do quadro asiático oriental no Pós-Guerra Fria. O desenrolar dos acontecimentos e a evolução paralela da Grande Estratégia chinesa no período trabalhado condicionaram uma inflexão do posicionamento chinês ao lidar com a questão da reunificação nacional. O pós-Guerra Fria, que foi marcado pela crescente participação da China nas instituições

internacionais e pela articulação de iniciativas regionais, deu lugar ao enfraquecimento da interdependência com o retorno do balanceamento estrito. Nesse quadro, a China retoma sua percepção cataclísmica da guerra, isto é, deixa de apostar no engajamento como forma de garantir a paz. A confrontação passa a ser vista como inevitável, uma questão de tempo, e não mais uma possibilidade que pode ser suprimida pela convergência de interesses de prosperidade econômica e estabilidade sistêmica. Considera-se, assim, que fica mais próximo o horizonte da guerra.

4 PEQUIM E TAIPEI: PADRÕES DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO NO PÓS-GUERRA FRIA

Esse capítulo busca fazer um levantamento dos momentos da relação Pequim-Taipei no pós-Guerra Fria e analisar a estratégia chinesa envolvida em cada ocasião. Objetiva-se verificar como a interação interestreito se relaciona com o ambiente estratégico e fatores internos, no Continente e na Ilha. Serão descritos os períodos políticos experienciados pelas relações entre China e Taiwan além dos grandes eventos do período pós-Guerra Fria.

Primeiramente, logo no início da década de 1990, as relações entre China e Taiwan se mostravam amistosas, o que pode ser verificado no Consenso de 1992: ambas as partes concordaram que existe apenas uma única China, mas que cada lado do Estreito de Taiwan estava livre para interpretar como quisesse a situação. No caso continental, isso significava “um país, dois sistemas”, focado na unidade da soberania, mas com liberdade para cada lado se organizar economicamente. Do lado insular, tal interpretação tomava a forma de “uma civilização, dois governos”, isto é, uma cultura comum, mas com a política sendo gerida em separado.

Não obstante as expectativas de convergência pós-Consenso, as relações foram rapidamente se deteriorando. Durante a liderança de Jiang Zemin (1989-2002) na RPC e o processo de democratização de Taiwan, percebem-se poucos esforços práticos de aproximação, e o fortalecimento do movimento independentista na Ilha. Isso resulta na Terceira Crise do Estreito de Taiwan, um dos ápices de tensão entre Pequim-Taipei nas últimas décadas. As relações continuam em baixa após a Crise, e o quadro só começa a se reverter com a ascensão de Hu Jintao, do Grupo da Harmonia. A partir dos anos 2000 se aprofundou uma “diplomacia interpartidária” entre PCCh e GMD, embora os contatos oficiais entre os governos só fossem ser retomados em 2008. Neste ano, o diálogo se expande com a eleição de Ma Yingjiu em Taiwan, que, em sua campanha, colocava como prioridade a boa relação com o continente. Diversos acordos são assinados, o mais importante sendo o Acordo-quadro para Cooperação Econômica (ECFA, na sigla em inglês), em 2010.

Esse cenário se mantém até a eclosão de protestos anti-GMD em 2014 em Taiwan, o primeiro grande revés nas relações dos últimos anos. Em 2016, o governo pró-independência de Tsai Ing-wen é eleito, outro choque nas relações interestreito. Ao que parece também, Xi Jinping está assumindo, cada vez mais, uma postura reativa e agressiva para com Taiwan.

4.1 DÉCADA DE 1990: DO CONSENSO À CRISE

O fim da bipolaridade no Sistema Internacional entre EUA e URSS afetou profundamente a interação estratégica interestreito. A China, que acreditava estar perto de ver cumpridas as promessas estadunidenses feitas por Kissinger e Nixon no contexto da aproximação sino-americana da década de 1970, viu na verdade sua posição estratégica erodir rapidamente. Esta percepção chinesa de enfraquecimento pode ser depreendida de três eventos: os “Protestos da Praça de Tiananmen” de 1989, a Terceira Crise dos Estreitos de 1995-96, e o bombardeio da Embaixada Chinesa em Belgrado, em 1999. O primeiro indicou o fim do consenso criado a partir da diplomacia triangular de Nixon e as fraquezas político-diplomáticas da RPC. O segundo alertou para a deterioração de suas Forças Armadas e o progressivo distanciamento da RPC de cumprir o seu principal objetivo desde a segunda conflagração sino-japonesa. O último sinalizou a resolução estadunidense de se aproveitar do “momento unipolar” (MARTINS; VISENTINI, 2013).

No Leste Asiático, o fim da Guerra Fria foi marcado pelos “Protestos da Praça de Tiananmen”, ocorrido em meados de 1989. Milhares de estudantes, oriundos da emergente classe média chinesa, reuniram-se nesta praça para exigir uma série de reformas dentro do Partido Comunista da China (PCCh), e suas demandas foram radicalizadas pela repercussão midiática; A repressão imposta deve ser entendida frente às alegações de quadros importantes do Partido: era iminente a “desagregação do país e colapso do sistema socialista” (MARTINS; VISENTINI, 2013, p. 117), observadas na União Soviética. A linha-dura do PCCh, com o apoio de militares conservadores, consegue culpabilizar os reformistas pelos protestos e pela crise que se seguiu, levando ao expurgo e prisão do líder progressista Zhao Ziyang, cotado para ser o próximo presidente, e à ascensão de Jiang Zemin e seus parceiros do Grupo de Xangai (HUANG, 2000).

Para além dos reflexos deste evento para a política interna do PCCh, importa o impacto externo que este evento representou. A reação estadunidense foi contrária à diplomacia triangular estabelecida até então. Os EUA lideraram, em nome da democracia e dos direitos humanos, a constituição de um embargo econômico conjuntamente com seus aliados (o qual a proibição de venda de armamentos permanece até hoje). Não só as bases do relacionamento sino-americano haviam sido abaladas, como também o desenvolvimento econômico e as reformas promovidas por Deng Xiaoping e seus partidários, que estiveram no limite de serem gravemente comprometidas. Esta atitude estadunidense reflete a sua

transição de uma estratégia focada na contenção de grandes potências para uma tentativa sem foco de evitar a ascensão de potências regionais (FRIEDMAN, 2011), o que resultou na suspensão de antigos compromissos tácitos firmados no âmbito do relacionamento sino-americano.

Enquanto o governo estadunidense aprovou um pacote de sanções econômicas (RENNACK, 2006), o governo japonês ofereceu suporte. O então Primeiro-Ministro japonês Kiichi Miazawa, procurando defender os investimentos japoneses na China, declarou: “não permitiremos que noções abstratas de direitos humanos afetem nossas relações com a China” (HUNTINGTON, 1996, p. 242). Desta forma o Japão dá início a uma política mais voltada para o continente asiático. Este não foi um evento isolado, uma vez que os Estados da ASEAN, Hong Kong e a Coreia do Sul também não viam com bons olhos os “sermões ocidentais” que recaíam também sobre Indonésia, Myanmar e outros Estados acusados de cometer violações aos direitos humanos (HUNTINGTON, 1996). Naquela época, imaginava-se que o evento era apenas o prenúncio do desmanche da República Popular da China (RPC), assim como estava ocorrendo com a vizinha URSS. Esse evento indicou à China que seria necessário um reposicionamento de sua política externa e uma reformulação de seu pensamento estratégico. Os partidários da Liga da Juventude defendiam um retorno à região, fundando um novo momento de integração regional e uma reestruturação de seu desenvolvimento econômico, agora voltado para o desenvolvimento interno. Entretanto, isso só se ganharia ímpeto substantivo mais tarde, no governo Hu Jintao. Assim testemunhou-se a ascensão do “dragão chinês” e o distanciamento asiático das diretrizes ocidentais. Esta “afirmação asiática” viria acompanhada de novas formas de cooperação interasiática, o que incluiu a criação do Foro Econômico Asiático Oriental e a expansão da ASEAN na década de 1990.

Enquanto isso em Taiwan, a democratização da Ilha começa no final da década de 80 e se completa em meados de 90 (LIN, 2000). Aqui se faz importante uma análise da alteração do regime político taiwanês. Alguns pontos que devemos ter em mente são a alteração do posicionamento do GMD ao longo das décadas, que, sem abandonar a ideia de que existe apenas uma única China, consegue aprofundar, gradualmente, o diálogo com o governo da RPC; o fato de a democratização não ter sido atingida como resultado direto de grandes levantes populares e sim capitaneado pelo próprio GMD; e, mais interessante, o fato de o partido que governou por todo o período ditatorial ter se mantido no poder com a vinda das primeiras eleições. Isso pode ser considerado reflexo da continuidade do projeto nacional, proposto por Jiang Jinguo, entre as fileiras do Guomindang. Tal projeto

consegue, através da diplomacia interpartidária, aproximar Pequim e Taipei. Para contextualizar o elemento econômico de tal relação, podem-se apontar os fatos de que, em 1995, Taiwan já era o segundo maior mercado de importação para a RPC e o sétimo colocado, em volume, como destino de exportações; e que metade dos investimentos externos diretos da Ilha tinham a China continental como alvo (WONG, 2005).

Em 1988, Lee Teng-hui sucede a Jiang Jinguo na presidência de Taiwan e do Guomindang, permanecendo na presidência até 2000¹. Não obstante os avanços na aproximação econômica interestreito, o movimento independentista ganha força em seu governo. Lee, além de ser o primeiro presidente nativo de Taiwan², também iniciou uma campanha em prol de uma identidade taiwanesa em detrimento da tradicional identidade chinesa. Apesar da mostra de apoio japonês à China no incidente de Tiananmen, Taiwan considerava o Japão (seu maior parceiro comercial na Ásia à época) um importante aliado. Esta percepção tem origem no sentimento compartilhado por habitantes mais antigos da ilha, como o próprio Lee Teng-hui, de pertencimento ao Japão, já que a ilha foi durante 50 anos parte do território japonês e após 1949 manteve relações muito mais próximas com os japoneses do que com os chineses do continente. Conjuntamente com o Japão, o governo de Lee Teng-hui pretendia se utilizar do reposicionamento estratégico estadunidense para promover a independência taiwanesa. “Com a derrota da URSS em 1991, os EUA se movimentaram em direção do reconhecimento da Independência de Taiwan, revisando o fundamento principal das relações sino-estadunidenses: o princípio de uma só China” (MARTINS; VISENTINI, 2013, p. 127).

Dessa forma, a terceira crise do estreito eclodiu no biênio 95-96. Seu estopim se deu com a viagem de Lee Teng-Hui para os Estados Unidos, e pela autorização do governo deste país em lhe conceder visto de entrada (ROSS, 2000). Para a RPC a ação era uma afronta a tudo que já havia sido acordado entre os dois países sobre a situação da Ilha e representava, para alguns dentro da política chinesa, a institucionalização da separação entre a Ilha e o Continente sob os olhos estadunidenses (GARVER, 1997). Durante a visita aos Estados Unidos, além de ministrar uma palestra na Cornell University, Lee se encontrou com políticos daquele país. Em 1995 o ELP realizou testes de mísseis próximo a Taiwan e conduziu exercícios navais que simulavam assaltos anfíbios, que foi respondido pelos Estados Unidos com o envio de dois Carrier Strike Groups (CSGs) para a

¹ Primeiro presidente eleito por eleições diretas em 1996.

² À época, a maioria dos políticos relevantes em Taiwan vieram do continente chinês na ocasião da retirada do Guomindang.

proximidade do Estreito com o intuito de prevenir a invasão chinesa da Ilha, ocasionando o fim das tensões militares sem uma resolução política no momento (ROSS, 2000).

O resultado da crise traz uma nova consciência de situação à RPC no que tange suas capacidades militares. Com a chegada dos CSGs, a RPC percebeu suas limitações reais, no caso da necessidade de intervir na Ilha de Taiwan, frente à capacidade de projeção de forças estadunidense. Não lhe seria possível alcançar uma simetria de capacidades com os Estados Unidos necessária para invasão da Ilha. A RPC já havia assistido recentemente a uma outra mostra de forças estadunidense, isto é, a Guerra do Golfo de 1991. Além disso, percebe que nem a interdependência econômica, ou seja, o convencimento pelos meios de pagamento, é capaz de garantir alavancagem junto aos EUA para atingir seus objetivos de reunificação nacional. É nesse ponto que a China passa a buscar incorporar no desenvolvimento das suas Forças Armadas as respostas assimétricas que lhe garantam liberdade de ação em suas águas próximas, que mais tarde seriam conhecidas como táticas Anti-Acesso e de Negação de Área (A2/AD, na sigla em inglês).

4.2 A REORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA CHINESA DOS ANOS 2000

Além da postura estadunidense na Terceira Crise do Estreito, outros indicadores ao longo da década de 1990 já apontavam para um tensionamento em direção à unipolaridade. Em 1992 vinha a público a Doutrina Wolfowitz, como ficou conhecida a essência do planejamento de Defesa dos Estados Unidos para o pós-Guerra Fria, e que mais tarde abriria caminho para a ascensão dos neoconservadores. Segundo a lógica dessa Doutrina, a fim de manter sua hegemonia, os EUA deveriam impedir a ascensão de outras grandes potências no Sistema Internacional, recorrendo, caso necessário, ao unilateralismo e à preempção. Para a China, as implicações eram evidentes. Ainda, em 1999, ocorre o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, que, apesar de os Estados Unidos se desculparem formalmente pelo alegado equívoco de inteligência e pagarem módica quantia por reparação, não incorreu em demissão de qualquer quadro governamental estadunidense. Esse episódio foi interpretado por analistas chineses como indicação da insatisfação estadunidense com o apoio chinês à Iugoslávia (YAZHOU, 2008). Além disso, percebe-se que nem a interdependência econômica, ou seja, o convencimento pelos meios de pagamento, é capaz de garantir alavancagem junto aos EUA, seja para atingir seus objetivos de reunificação nacional ou para servir como apoio à dissuasão.

Dentro deste novo quadro estrutural do Sistema Internacional que buscava se afirmar, e tendo em mente a experiência da Terceira Crise do Estreito, a RPC prepara uma total reorientação estratégica, posta em marcha acelerada ao longo da década de 2000. No âmbito político-diplomático, Pequim passou a priorizar a política regional e as relações com países vizinhos, abrindo caminho para diversas iniciativas de integração, como o ASEAN+3, a Comunidade do Leste Asiático, a Parceria Econômica Regional Abrangente e a Iniciativa Cinturão e Rota. No âmbito econômico, abandonou-se o perfil exclusivo de plataforma de exportação, representadas nas ZEE de Deng Xiaoping, e passou-se a fomentar um mercado consumidor interno e investir-se no desenvolvimento da infraestrutura interna e regional. Quanto ao âmbito militar, a China não podia mais confiar apenas nos números de suas forças armadas e na parceria com os EUA para o confronto com a URSS, sua principal ameaça, e necessitou desmobilizar o ELP de atividades econômicas (VOGEL, 2011) e empreender um processo de reformulação doutrinária e de fortalecimento militar baseado no A2/AD.

Em Taiwan, não obstante os avanços na aproximação econômica, o próprio sucessor escolhido por Jiang Jinguo, Lee Teng-hui, adotando um estilo demagógico ao propor referendos acerca da identidade taiwanesa, consegue abrir caminho para a oposição independentista ganhar a segunda eleição presidencial. Assim, em 2000, vence o Partido Democrático Progressista (PDP), até então oposição. Meses antes destas eleições, James Soong deixa o GMD para concorrer sozinho à presidência: Soong termina com 36,84% dos votos, em segundo lugar, e Lien Chan, do GMD, com 23,10%, em terceiro (DORNELLES JR., 2006, p. 27). Somadas essas porcentagens, seria muito mais do que o necessário para vencer Chen Shui-bian, candidato do PDP que ficou com 39,3% dos votos. Ainda assim, a coalizão pan-azul, que abriga os partidos pró-reunificação, manteve maioria legislativa, o que ajudou nos anos subsequentes a manter o curso estabelecido por Jiang Jinguo. Além disso, conforme ilustrado por Dornelles Junior (2006), o GMD continuou até recentemente como a principal força em Taiwan por diversos fatores:

O primeiro deles é o histórico do partido em termos de desenvolvimento econômico, pois entre 1953 e 1985, a economia taiwanesa cresceu em média 8,6% ao ano, o que atualmente permite aos taiwaneses possuir uma renda per capita de, aproximadamente, 15 mil dólares. O segundo fator é o poder financeiro do GMD, uma vez que segundo as estimativas do próprio partido, divulgadas no início de 2001, ele possui 2,6 bilhões de dólares entre bens e capital financeiro. No entanto, um relatório do jornal *Taipei Times*, publicado em março de 2000, estima a fortuna do GMD em cerca de 6,7 bilhões de dólares. De qualquer forma, os recursos financeiros do GMD são muito superiores aos do segundo maior partido da ilha, que no princípio de 2001 declarou possuir apenas 900 mil dólares. O terceiro fator é a influência do GMD sobre a grande mídia taiwanesa, devido

tanto à riqueza do partido, quanto ao fato de que até 1987, todos os canais de televisão de Taiwan pertenciam ao Estado. E, os grandes jornais como o *United Daily News* e o *China Times*, operavam em estreita cooperação com o partido, de tal modo que os editores destes jornais eram eleitos dentro do Comitê Central do GMD. A cooperação dos grandes jornais com o governo trazia importantes “incentivos financeiros” a eles e, para não perder esses “incentivos”, boa parte da mídia impressa continua alinhada com o GMD. (DORNELLES JUNIOR, 2006, p.27-28)

Em 2004, o PDP foi reeleito, mesmo com a aliança de Lien Chan do GMD e de James Soong, agora no Partido Primeiro o Povo (PPP). Os motivos da derrota da chapa GMD-PPP são considerados a inexperiência de disputar eleições como oposição, permitindo ao PDP pautar o debate eleitoral, e o avanço da ideia de uma identidade taiwanesa, com o então presidente Chen Shui-bian recorrentemente ameaçando realizar um referendo nacional acerca do tema (DORNELLES JUNIOR, 2006). No plano estratégico, a coincidência dos mandatos do PDP com os de George W. Bush na presidência dos EUA possibilitou a ampliação do apoio taiwanês para uma ordem internacional liderada pelos norte-americanos na Ásia (CHUNG, 2012). A gestão de Chen Shui-bian termina com a figura do presidente em crise de credibilidade por conta de acusações de corrupção, pelas quais foi condenado e preso após o término do mandato (CHEN, 2010).

Com o tensionamento das relações causado pela eleição do PDP e o fim dos contatos oficiais, a China buscou outras formas de aproximação política com Taiwan. A mais frutífera das iniciativas pode ser considerada como sendo o Fórum Interpartidário PCCh-GMD. De 2005 a 2009, os diálogos interpartidários possibilitaram a convergência de plataformas relacionadas à cooperação através do Estreito de Taiwan. Além disso, com o apoio de empresários continentais e insulares, o Fórum gestou a base do entendimento dos futuros acordos econômicos, que são discutidos abaixo (HU..., 2009). Percebe-se que havia a preocupação da gestão de Hu Jintao em se apoiar em iniciativas diplomáticas para propiciar a aproximação e um caminho consensualizado à reunificação, sem abdicar da posição de que Taiwan é chinesa e que a RPC não se furta de qualquer meio para garantir a reintegração.

4.3 NOVO QUADRO DE COOPERAÇÃO PÓS-2008: COMÉRCIO, INVESTIMENTO E DIÁLOGO

A volta dos contatos oficiais entre Pequim e Taipei ocorre em 2008, após a volta do GMD ao poder e a consequente distensão das relações interestreito. No discurso inaugural de Ma Yingjiu após sua primeira vitória, o presidente declara que se empenharia em recomeçar as

consultas interestreito com base no Consenso de 1992 (MA, 2008). Esse processo tem início com correspondências trocadas entre os escritórios semioficiais que lidam com a relação interestreito: a Associação para Relações Através dos Estreitos de Taiwan e a Fundação de Intercâmbio dos Estreitos. A isso se seguiram encontros entre o então presidente da RPC, Hu Jintao, e o então vice-presidente de Taiwan, Vincent Siew. Um dos primeiros avanços na cooperação foi o estabelecimento em 2008 das Três Ligações Diretas, a primeira vez que rotas de comércio, transporte e serviços postais começam a funcionar através do Estreito de Taiwan, não havendo mais a necessidade de passarem por Hong Kong antes. No ano seguinte, como mostra de boa-fé, a RPC retira as objeções oficiais quanto à participação de Taiwan na Organização Mundial da Saúde, que passa a integrar o organismo com o nome de Taipei Chinesa (CHEN, 2018).

Ainda na administração do PDP, em abril de 2006, o GMD e o PCCh passam a realizar, após uma série de contatos inter-partido, o Fórum Interestreito de Economia, Comércio e Cultura para promover a aproximação interestreito. Os fóruns acontecem anualmente, com exceção dos dois primeiros, que ocorreram no mesmo ano. O primeiro se focou no comércio, o segundo na cooperação na agricultura, o terceiro em questões de turismo interestreito e educação, o quarto nos setores financeiro e de serviços, o quinto na promoção de trocas culturais, o sexto na indústria emergente em ambos os lados e na competitividade (PENGFEI, 2016). A partir do sexto, devido à maior liberdade de trocas promovida pelo ECFA, os fóruns passaram a abordar diversos temas em cada edição. O nono, realizado em outubro de 2013, traz consigo no seu título o tema “Promover trocas e cooperação, revitalizar a nação chinesa”. Tal título pode refletir o que muitos autores colocam como uma das principais preocupações daqueles que, de ambos os lados do Estreito, querem promover a aproximação e reunificação, isto é, a percepção que a população que reside na Ilha pode estar se distanciando, em termos de identidade nacional, da visão de uma nação chinesa única (LAMS; LIAO, 2011).

A partir de 2008, o GMD busca aprofundar os laços econômicos com o governo da RPC. Diversas iniciativas foram tomadas nessa direção. Uma das principais é o Acordo-Quadro de Cooperação Econômica (ECFA, na sigla em inglês³), assinado em 2010, que estabeleceu o primeiro acordo de cooperação entre as partes desde a separação. Idealizado como forma de pavimentar o caminho para uma reunificação controlada, foi o reflexo da percepção de Taiwan da possibilidade concreta de se estabelecer um regime na China de

³ Economic Cooperation Framework Agreement

“um país, dois sistemas” com a Ilha reincorporada, a exemplo do que aconteceu com Hong Kong e Macau. O Acordo oferece muito mais benefícios econômicos para Taiwan do que para a parte continental, sendo que os ganhos maiores para a RPC seriam políticos. Por exemplo, no momento da assinatura do ECFA, estabelecia-se que 250 tipos de produtos poderiam entrar em Taiwan a partir do continente livres de tarifas, enquanto seriam 500 os tipos de produtos que poderiam ser vendidos por Taiwan ao continente isentos das taxas (HISTORIC..., 2010).

Os processos de negociação do ECFA começaram algum tempo depois da posse do presidente Ma Yingjiu, em 2008, quando os diálogos de alto nível são reiniciados após o esfriamento sob a administração do PDP. Terry Cooke (2009) mostra como a evolução das negociações do ECFA se deu, tendo como principais facilitadores três acontecimentos: a criação da Fundação do Mercado Comum Interestreito no ano 2000; a entrada da RPC e de Taiwan na Organização Mundial de Comércio em dezembro de 2001; e a assinatura do Acordo de Estreitamento da Parceria Econômica entre a RPC, Hong Kong e Macau em junho de 2003. Durante seus discursos eleitorais, quando propunha a institucionalização da cooperação econômica interestreito, Ma Yingjiu mencionava esses três fatos como os principais passos na jornada de complementaridade econômica que os lados estavam seguindo. Depois de Ma Yingjiu ser eleito e do diálogo de alto nível entre Taiwan e a RPC ser retomado, um memorando sobre cooperação financeira foi adotado entre o ex-Vice-Presidente de Taiwan e então líder do GMD, Lien Chan, e o então Presidente da RPC, Hu Jintao, durante o fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, no Peru, em novembro de 2008. Em fevereiro de 2009, associações de industriários passam a fazer *lobby* para a assinatura do Acordo, enxergando uma forma de mitigar os efeitos negativos da crise econômica do período (COOKE, 2009). Após várias rodadas de negociações, o Acordo adquire sua forma final e é assinado em Chongqing, em junho de 2010.

O ECFA⁴ é composto de cinco capítulos (Princípios Gerais, Comércio e Investimento, Cooperação Econômica, Resultados Antecipados, Outras Provisões), além de um preâmbulo e cinco anexos. Sob o regime do ECFA, a RPC deveria reduzir as tarifas de 539 produtos taiwaneses, e Taiwan reduziria as tarifas de 267 produtos continentais. O regime de Resultados Antecipados serve para rapidamente reduzir a zero as tarifas de uma lista de produtos arrolados nos anexos. Além disso, o Acordo versa sobre resolução de disputas e arranjos institucionais para facilitar a sua implementação. Questões de cooperação

⁴ Uma versão traduzida do Acordo, em inglês, pode ser encontrada em http://www.moea.gov.tw/Mns/populace/news/wHandNews_File.ashx?news_id=19723&serial_no=6

econômica também são abordadas, mas em um nível mais superficial, sem entrar em detalhes técnicos mais específicos (CROSS-STRAITS, 2010).

Os interesses políticos da RPC na assinatura do ECFA podem ser vistos ao se compararem as obrigações de cada lado discriminadas no Acordo. Além de ter de reduzir as tarifas de mais de o dobro de produtos do que Taiwan, a RPC deixaria de arrecadar US\$ 13,84 bilhões, enquanto, para a Ilha, esse valor chegaria apenas à US\$ 2,64 bilhões. Do lado dos ganhos, no momento da assinatura do Acordo as agências de relações interestreito estimaram conjuntamente que a liberalização do comércio geraria um aumento no fluxo de bens de US\$ 80 bilhões da Ilha para o Continente e de US\$ 30 bilhões no sentido oposto. Atenção especial também é dada aos produtos agrícolas de Taiwan, a fim de ganhar a simpatia do setor rural da Ilha (CHEN, 2001). Assim, o Acordo de natureza econômica produz o aumento da interdependência interestreito, mas de forma assimétrica tendo em vista o tamanho relativo das economias de cada parte. Isso servia aos interesses políticos de Pequim ao tornar Taiwan mais dependente do Continente.

O contexto regional no momento da assinatura também deve ser avaliado. Em primeiro de janeiro de 2010, a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês⁵) entram em uma zona de livre comércio conhecida como “ASEAN+1”, que eliminaria as tarifas de importação dos países da ASEAN para a China de mais de 90% dos produtos comercializados. Também estava em discussão a criação do “ASEAN+3”, incorporando também Japão e Coreia do Sul nessa zona de livre comércio. Como coloca Chou (2010):

Os arranjos da ASEAN+1 e da ASEAN+3 impedem as empresas de Taiwan de competir efetivamente no mercado asiático, causando sua eventual marginalização da região. Em 2010, enquanto a maioria dos bens da ASEAN terão acesso livre de tarifas para o mercado chinês, a maioria das importações Taiwan para a China ainda estarão sujeitas a uma tarifa de 6 a 14%. Consequentemente, as empresas de Taiwan serão forçadas a deixar a China e investir em outro lugar para evitar esta desvantagem. Se for permitido que isso se torne uma “bola de neve”, esse problema esvaziaria as indústrias taiwanesas e danificaria gravemente a competitividade da Taiwan. Com a diminuição da sua capacidade, Taiwan deixará de desempenhar um papel importante na economia asiática, e aparecerá como um “excluído na dança da China com parceiros comerciais regionais”. Para piorar a questão, a Coreia do Sul, um dos países “+3”, também tem uma economia voltada à exportação e se tornou o maior concorrente de Taiwan nos últimos anos. Assim, se Taiwan não puder efetivamente reduzir os seus custos, o seu papel na economia da Ásia pode ser lentamente substituído por uma ambiciosa Coreia do Sul, que goza de livre acesso à China e aos países-membro da ASEAN. Por outro lado, se Taiwan negociar com sucesso o ECFA e, portanto, “nivelar o jogo”, estudos mostram que os investimentos estrangeiros em Taiwan podem aumentar de 29 a 42%. Caso

⁵ Association of Southeast Asian Nations.

Taiwan também consiga negociar acordos de livre comércio com a ASEAN, os investimentos estrangeiros e nacionais devem aumentar adicionais 23 a 37%.⁶ (CHOU, 2010, p. 9, tradução nossa).

Taiwan via então a possibilidade de se inserir na onda de regionalismo que o Leste Asiático experienciava na época. No entanto, existe a aparente preocupação de Pequim nas implicações políticas na questão da soberania e autonomia de Taiwan que esses acordos podem trazer, se forem tomados como acordos entre partes iguais, ou seja, Estados. Esse é um argumento que tenta mostrar que assinar tais acordos iria de encontro aos próprios interesses dos residentes da Ilha, visto que Taiwan não se considera, formalmente, um Estado independente. Se analisado o posicionamento recente da RPC frente aos recentes acordos de livre-comércio assinados por Taiwan com Nova Zelândia e com Cingapura, nota-se que, uma vez que os acordos não deem margem a interpretações que indiquem autonomia política taiwanesa, a oposição continental retórica não se traduz em atos.

Mesmo que a RPC tenha uma economia maior, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), do que Taiwan, a diferença nos custos e ganhos advindos da assinatura do ECFA mostra o caráter político que o Acordo tem para aquele país. Pequim criou, com o ECFA, uma base para toda a cooperação econômica futura. A fim de mostrar comparativamente o resultado prático do ECFA, os dados da tabela abaixo mostram o volume de comércio entre a RPC e Taiwan ao longo dos últimos anos:

⁶ Do original: “The ASEAN+1 and ASEAN+3 arrangements prevent Taiwan’s businesses from competing effectively in the Asian market, causing its eventual marginalization in the region. In 2010, while most ASEAN goods gain tariff-free access to the Chinese market, most Taiwanese imports into China will still be subject to a 6–14% tariff. Consequently, Taiwanese businesses will be forced to leave China and invest elsewhere to avoid this disadvantage. If allowed to snowball, this problem would hollow out Taiwanese industries and severely damage Taiwan’s competitiveness. With decreased capacity, Taiwan will no longer play an important role in the Asian economy, and will appear as “the wallflower in China’s dance with regional trade partners.” Making matters worse, South Korea, one of the “Plus Three” countries, also has an export-heavy economy and has become Taiwan’s biggest competitor in recent years. Thus, if Taiwan cannot effectively reduce its costs, its role in the Asian economy may be slowly replaced by an ambitious South Korea, which enjoys open access to China and ASEAN member countries. On the other hand, if Taiwan does successfully negotiate the ECFA and therefore levels the playing field, studies show that foreign investments in Taiwan can increase from 29–42%. Should Taiwan also manage to negotiate free trade arrangements with ASEAN, its foreign and domestic investments are projected to increase another 23–37%.”

Tabela 1 - Comércio de Taiwan com a RPC, Kong Kong e Macau, em dólares (US\$), anos 2005 a 2014

Comércio Total					
Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
2005	63.736.408.872	36.144.704.123	356.663.616	100.237.776.611	---
2006	76.590.504.462	39.261.330.306	288.103.005	116.139.937.773	15,86
2007	90.430.526.782	39.804.147.492	407.639.185	130.642.313.459	12,49
2008	98.273.497.890	34.182.273.479	434.279.346	132.890.050.715	1,72
2009	78.670.764.058	30.567.422.281	318.993.240	109.557.179.579	-17,56
2010	112.879.654.027	39.434.391.383	318.852.548	152.632.897.958	39,32
2011	127.555.177.571	41.759.590.052	232.189.636	169.546.957.259	11,08
2012	121.621.186.471	40.590.735.466	176.861.120	162.388.783.057	-4,22
2013	124.376.057.324	41.091.959.878	145.336.621	165.613.353.823	1,99
2014	130.158.219.397	44.217.405.195	152.381.254	174.528.005.846	5,38
Exportações					
Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
2005	43.643.322.853	34.035.098.797	323.968.452	78.002.390.102	---
2006	51.808.178.766	37.380.810.850	262.499.483	89.451.489.099	14,68
2007	62.416.411.093	37.979.347.096	379.956.459	100.775.714.648	12,66
2008	66.883.031.816	32.689.560.279	404.650.276	99.977.242.371	-0,79
2009	54.248.101.236	29.444.915.862	303.559.786	83.996.576.884	-15,98
2010	76.934.575.511	37.806.811.135	299.603.255	115.040.989.901	36,96
2011	83.959.399.961	40.084.167.268	212.926.762	124.256.493.991	8,01
2012	80.713.756.748	37.931.938.728	163.985.325	118.809.680.801	-4,38
2013	81.787.644.881	39.433.129.161	134.799.520	121.355.573.562	2,14
2014	82.119.323.365	42.532.491.141	143.756.839	124.795.571.345	2,83
Importações					
Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
2005	20.093.086.019	2.109.605.326	32.695.164	22.235.386.509	---
2006	24.782.325.696	1.880.519.456	25.603.522	26.688.448.674	20,03
2007	28.014.115.689	1.824.800.396	27.682.726	29.866.598.811	11,91
2008	31.390.466.074	1.492.713.200	29.629.070	32.912.808.344	10,20
2009	24.422.662.822	1.122.506.419	15.433.454	25.560.602.695	-22,34
2010	35.945.078.516	1.627.580.248	19.249.293	37.591.908.057	47,07
2011	43.595.777.610	1.675.422.784	19.262.874	45.290.463.268	20,48
2012	40.907.429.723	2.658.796.738	12.875.795	43.579.102.256	-3,78
2013	42.588.412.443	1.658.830.717	10.537.101	44.257.780.261	1,56
2014	48.038.896.032	1.684.914.054	8.624.415	49.732.434.501	12,37
Saldo					
Ano	RPC	Hong Kong	Macau	Total	Δ%
2005	23.550.236.834	31.925.493.471	291.273.288	55.767.003.593	---
2006	27.025.853.070	35.500.291.394	236.895.961	62.763.040.425	12,55
2007	34.402.295.404	36.154.546.700	352.273.733	70.909.115.837	12,98
2008	35.492.565.742	31.196.847.079	375.021.206	67.064.434.027	-5,42
2009	29.825.438.414	28.322.409.443	288.126.332	58.435.974.189	-12,87
2010	40.989.496.995	36.179.230.887	280.353.962	77.449.081.844	32,54
2011	40.363.622.351	38.408.744.484	193.663.888	78.966.030.723	1,96
2012	39.806.327.025	35.273.141.990	151.109.530	75.230.578.545	-4,73
2013	39.199.232.438	37.774.298.444	124.262.419	77.097.793.301	2,48
2014	34.080.427.333	40.847.577.087	135.132.424	75.063.136.844	-2,64

Fonte: Taiwan (2019).

Pode-se notar dos dados acima que, no período selecionado, o ano em que houve maior aumento em relação ao ano anterior, para todas as séries, foi 2010. Deve-se considerar o fato de que 2009 foi um ano de crise, com diminuição dos números em todas as séries para aquele ano. Entretanto, o fato de que não foi em 2009, mas em 2010 que houve

recessão na Ilha, com o PIB de Taiwan diminuindo 5,89% (TRADING ECONOMICS, 2020), aponta para a constatação de que o aumento do comércio desse ano esteve mais relacionado ao novo regime proporcionado pelo ECFA do que pelo reaquecimento da atividade econômica na Ilha, que não aconteceu naquele ano.

Realizar uma análise comparada no tempo do investimento mútuo entre China e Taiwan é difícil, pois, até 2009, Taiwan proibia investimento direto do continente em sua economia, o que era realizado indiretamente (SUNG; ONG, 2009). Estatísticas oficiais da Comissão de Investimento, do Ministério de Assuntos Econômicos de Taiwan, mostram os números para investimento entre julho de 2009 e 2012:

Tabela 2 - Investimentos Diretos entre a RPC e Taiwan, em milhões de dólares, julho de 2009 a 2018

Origem/Desti	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RPC/Taiwan	37	94	51	331	349	334	244	247	265	231	97
Taiwan/RPC	6.058	12.23	13.10	10.92	8.684	9.829	10.398	9.670	9.248	8.497	4.737

Fonte: MOEA (2016).

Os investimentos taiwaneses no continente sempre são maiores do que o fluxo inverso, e antes mesmo da permissão para investimento direto na RPC o governo taiwanês tentava mensurar o que seria o investimento indireto. A lógica econômica do investimento direto taiwanês no continente está relacionada com a minimização dos custos de produção, buscando-se uma mão-de-obra mais barata (LEE; MING-XI, 2017). Como a tabela acima mostra, depois do auge em 2011/2012, os investimentos vem gradualmente diminuindo.

Outro ponto de convergência são as rotas aéreas que se abrem gradualmente entre a Ilha e o continente: em 2011 já são 558 voos de passageiros e 56 de carga que fazem ligação direta entre 41 cidades do continente e nove da Ilha toda semana (KASTNER, 2012a). O marco que potencializa o aprofundamento das trocas depois das eleições de 2008 foi a criação das “três ligações diretas”, que estabeleceram três vias aéreas sobre o Estreito, para a passagem de correio, passageiros e mercadorias (CHEN, 2001). Carregamentos aéreos não precisariam passar mais, então, por Hong Kong nas trocas entre a Ilha e o continente.

Em agosto de 2012, como forma de continuar a cooperação econômica e diminuir os riscos associados à atividade econômica, a RPC e Taiwan assinaram um pacto de proteção de investimentos interestreito, que versa sobre resolução de disputas e tratamento de suspeitos taiwaneses indiciados por crimes no continente, e vice-versa (CHINA, 2012a).

Até o início de 2013 não havia acordo sobre compensação direta das moedas chinesas continental (Yuan, CN¥; ou Renmibi, RMB) e insular (Novo Dólar Taiwanês, NT\$). Em janeiro, foi estabelecido um sistema de troca direta, tornando Taiwan o terceiro local que

mantém um sistema de compensação acordado com o governo da RPC. A partir de então, os bancos centrais das partes puderam acertar entre si pagamentos nas moedas locais, sem ter de converter os valores primeiramente em dólares americanos. Bancos e exportadores taiwaneses afirmaram que o acordo seria benéfico e aumentaria a facilidade de comércio interestreito (POON; LUK, 2013). Anteriormente, quando não havia tal acordo de compensação, os investimentos dos empresários taiwaneses no continente tinham de ser primeiramente convertidos em dólares americanos em Hong Kong, para depois poderem entrar no mercado chinês. Isso tomava tempo e dinheiro de negociações que poderiam ser muito mais eficientes para ambas as partes. A perspectiva de o Yuan virar uma moeda global, como o quer as autoridades chinesas, pode ser benéfico para Taiwan inclusive, que poderia virar um mercado para a moeda chinesa (KASTNER, 2012b). A ausência de tal acordo podia ser explicada pelos dois lados, da RPC e de Taiwan, em querer delongar o processo. Enquanto do lado taiwanês seria de se esperar que a aproximação ocorresse de forma gradual e controlada, para o governo continental o que estava em jogo é o fato de que 30%, estima-se, do fluxo monetário anual de Hong Kong deve-se aos investimentos taiwaneses (KASTNER, 2012b). Privá-la repentinamente dos recursos advindos desse fluxo poderia causar instabilidade. O acordo para conversão levou anos, pois discussões preliminares já haviam sido feitas à época da assinatura do ECFA. Esse tempo foi necessário para preparar Hong Kong para um desvio de recursos. Hong Kong ainda é o mercado que mais possui linhas de investimento denominados em yuan, o que os bancos taiwaneses ainda não desenvolveram completamente.

Em outubro de 2013 aconteceu o primeiro Fórum Interestreito pela Paz, em Xangai, com o tema “Paz Interestreito, Desenvolvimento Comum”. Foi organizado pela Sociedade Nacional de Estudos Taiwaneses, do continente, e pela Fundação Taiwanesea do Século XXI, da Ilha, juntamente com 12 outros *think-tanks* e instituições acadêmicas de ambos os lados do Estreito. Apesar de não ser organizado pelos governos das partes, ele recebeu apoio verbal do PCCh e do GMD. Os principais pontos discutidos durante o encontro foram as trocas militares e questões de relações exteriores. Primeiramente, os presentes concordaram que as trocas militares devem servir para promover a estabilidade no Estreito e diminuir as preocupações securitárias. Tais trocas poderiam começar por pontos onde há mais convergência, como exercícios de resposta a desastres naturais, por exemplo. Outro ponto que tangencia o aspecto securitário abordado no Fórum é a questão da soberania marítima. O curso de ação apontado pelos especialistas presentes diz respeito à cooperação com fim de conservar os recursos marinhos, proteção à pesca, pescadores e ecossistema marinho, assegurar a segurança do transporte náutico, bem como garantia da aplicação das leis e manutenção da segurança. Na

questão das relações exteriores, a principal preocupação foi direcionada aos casos em que organizações não-governamentais e indivíduos de diferentes lados do Estreito planejam participar em eventos internacionais ao mesmo tempo. Sugeriu-se a criação gradual de mecanismos de coordenação e comunicação para evitar rugas interestreito e dirimir as tensões resultantes de tais controvérsias. Além disso, aconselhou-se que ambos os lados continuem buscando cooperação econômica e que explorem formas graduais de consenso na situação política em que se encontram. Houve também pontos de discordância entre os lados do Estreito, como por exemplo formas de arranjo para as relações políticas no contexto de confrontação continuada; a relação entre a Política de China Única e as regras existentes em ambos os lados; o significado político do fim das hostilidades interestreito; e como estabelecer um mecanismo que aumente a confiança nas questões securitárias interestreito (HUANG, 2017).

A tendência à cooperação que se montava nesse processo, que este subcapítulo buscou descrever, começa a se reverter a partir de 2014, e nos anos seguintes o que se forma é um quadro de antagonismo entre Pequim e Taipei. Os elementos dessa hostilidade serão tema do próximo subcapítulo.

4.4 O RETORNO DAS TENSÕES INTERESTREITO A PARTIR DE 2016

Este subcapítulo aborda o período mais recente das relações Pequim-Taipei, iniciado com a posse de Tsai Ing-Wen (do PDP) à presidência de Taiwan, em 2016. De plataforma independentista, ela nega explicitamente reconhecer o Consenso de 1992 e adota a chamada “Nova Estratégia para o Sul”, para reduzir a interdependência econômica. Os protestos em Hong Kong mantêm o apoio à reunificação em baixa, e, mesmo com a popularidade em baixa, Tsai é reeleita. Enquanto os Estados Unidos aprovam leis que desfazem antigos pactos de convivência, a China sublinha a importância da reunificação na retórica e aumenta a frequência dos exercícios militares em torno da Ilha. Os parágrafos seguintes oferecem uma contextualização desse desenrolar de eventos.

Após dois mandatos consecutivos à frente do executivo e com maioria legislativa, o GMD enfrentava uma crise de representatividade. Esse quadro começa a se evidenciar a partir do Movimento do Girassol (2014), quando estudantes invadem a sede do poder legislativo para bloquear a votação do Acordo sobre Comércio Interestreito de Serviços. Esse Acordo, decorrente do ECFA, tratava de pontos centrais que permitiriam aprofundar as trocas e interconexão econômica, principalmente por abordar temas mais sensíveis, como propriedade

intelectual. O GMD não soube lidar bem com o impasse que se formou, e aceitou retirar de pauta o Acordo. Assim, a crise do GMD não pode ser relacionada somente com a desconfiança popular em relação à China continental. As Manifestações do Girassol atacavam mais o modo pelo qual a administração do GMD estava lidando com a negociação do Acordo de Comércio de Serviços Interestreito do que a cooperação econômica em si. A democracia taiwanesa, consolidada em 1996, é vista como uma conquista que o GMD estava ignorando para passar, a todo custo e sem transparência, o Acordo com Pequim (BROWN; SCOTT, 2014).

A derrota no episódio e o descontentamento popular com a situação econômica da Ilha cobrou seu preço nas eleições locais e gerais seguintes, em 2014 e 2016 respectivamente. Nessas disputas, o GMD perde diversas prefeituras (2014), a presidência e a maioria legislativa (2016). Outras evidências da crise interna são a resignação de Ma Yingjiu da liderança do seu partido após as derrotas locais, e a troca de candidato no meio da disputa eleitoral pela presidência. Ao mesmo tempo em que as pesquisas de opinião mostravam que a derrota do GMD era provável, Ma Yingjiu se encontra com Xi Jinping em Singapura, em 2015 (PEREZ; RAMZY, 2015). A cúpula poderia ser considerada um evento histórico, pois seria a primeira vez que os líderes de ambos os lados do Estreito se encontravam desde a separação em 1949. Entretanto, não teve quase nenhum resultado prático, e pode ser interpretado como uma oferta do GMD em retomar a diplomacia interpartidária frente à iminente derrota nas eleições nacionais (LEE, 2014; WEI, 2016).

Em 2016, o PDP retornou ao poder na Ilha, com a eleição de Tsai Ing-Wen à presidência e a conquista da maioria legislativa. A presidente conduziu uma oposição à RPC em duas frentes principais, uma econômica e outra retórica. Na questão econômica, lançou a Nova Estratégia para o Sul, na qual oferecia incentivos econômicos aos investidores e empresários que aceitassem mover seu capital alocado na China para o Sul e Sudeste Asiático. Dessa forma, buscava-se reduzir a conexão econômica com o Continente. Pela via retórica, recusava aceitar o Consenso de 1992, deixando implícito que não reconhece o princípio de que só existe uma China em ambos os lados do Estreito. Os protestos à perda de projeção internacional de Taiwan são amplificados pela mídia, conforme Taipei perde o reconhecimento diplomático de países e o lugar em instituições multilaterais como a Organização Mundial da Saúde. Outras políticas internas do governo PDP, como aumento dos gastos em defesa e perseguição de políticos pró-unificação com acusações de espionagem (CHUNG, 2017a), complementaram a abordagem anti-chinesa. A redução no comércio e investimento interestreito manteve a economia da Ilha em baixa. Isso, em conjunto com um

corte impopular nas pensões militares e os resultados medíocres da Nova Estratégia para o Sul, reduziu gradualmente o apoio popular à Tsai Ing-Wen durante seu primeiro mandato, atestado principalmente pelas derrotas nas eleições locais de 2018 (ASPINWALL, 2018, GLASER *et al.*, 2018, CHUNG, 2017b).

Do lado continental, os anos recentes também foram marcados por posições mais duras do PCCh na interação com Taiwan. No seu discurso na abertura do 19º Congresso do PCCh em outubro de 2017, que o reconduziu à liderança do Partido, Xi Jinping se utiliza da retórica mais pesada desde o governo Jiang Zemin para se referir à Taiwan (GAO, 2017). Cada vez mais frequentemente são realizados exercícios militares chineses ao redor de Taiwan, com uso de bombardeiros, caças e aviões de transporte (CHAN, 2017). De forma inédita, Pequim inicia 2018 afirmando que o ano testemunhará o aumento das tensões interestreito. É a primeira vez na história que o governo da RPC afirma que as relações irão deteriorar, ao invés de conclamar os chineses de Taiwan a trabalhar pela aproximação (HUANG, 2018).

Por fim, a Guerra Comercial EUA-China, iniciada em 2018, e os protestos em Hong Kong, em 2019, também impactaram negativamente as relações Pequim-Taipei. As restrições estadunidenses aos produtos fabricados na China afetaram também as empresas de capital taiwanês, e Tsai Ing-Wen usa isso para tentar reforçar a Nova Estratégia para o Sul (HSIEH, 2020). O presidente Trump sanciona em março de 2018 a Lei de Viagem a Taiwan, que regula e encoraja viagens dos EUA para Taiwan, e vice-versa, que envolvam membros dos governos de ambas as partes (BROWN; SCOTT, 2018). Os protestos de Hong Kong (2019 em diante) mantém o apoio à reunificação em baixa, e Tsai Ing-Wen é reeleita para um segundo mandato em janeiro de 2020 (HSIAO; YANG, 2020). Paralelamente, de forma a auxiliar a imagem de Taiwan e se contrapor à China, os Estados Unidos propõem (maio de 2019) e promulgam (março de 2020) a Lei TAIPEI (sigla em inglês para Iniciativa de Proteção e Melhoria dos Aliados Internacionais de Taiwan), que estipula o apoio diplomático à Ilha na diplomacia estadunidense (KUO, 2020).

Atualmente, Taipei afirma que a China conduz exercícios militares “quase diariamente” próximo à Taiwan (AP, 2020). A polarização interestreito não tem paralelo desde a Terceira Crise do Estreito. A correlação de forças mudou muito desde lá, entretanto, como buscou-se analisar no capítulo anterior. A seguir, busca-se fazer um balanço do percurso apresentado e inferir certas conclusões preliminares.

4.5 REFLEXÕES PRELIMINARES: A INTERAÇÃO PEQUIM-TAIPEI NO PÓS-GUERRA FRIA

O período analisado ao longo do capítulo compreendeu duas trocas de governo na China e três em Taiwan. No governo Jiang Zemin eclodiu a Terceira Crise do Estreito de Taiwan e percebem-se escassos esforços continentais em prol da reunificação pacífica. A administração Hu Jintao, por sua vez, aprofunda a cooperação: em um primeiro momento pela diplomacia multipartidária PCCh-GMD, enquanto o PDP estava no poder; e pela aceleração da complementaridade econômica a partir da eleição de Ma Yingjiu. No primeiro mandato de Xi Jinping, ocorreu o Movimento do Girassol (2014) e o PDP retornou à presidência (2016). Com um discurso inaugural de Xi Jinping em 2017 incisivo na questão de Taiwan, Pequim iniciou 2018 afirmando que o ano testemunhará o aumento das tensões interestreito (HUANG, 2018). Foi a primeira vez na história que o governo da RPC afirmou que as relações irão deteriorar, ao invés de conclamar os chineses de Taiwan a trabalhar pela aproximação.

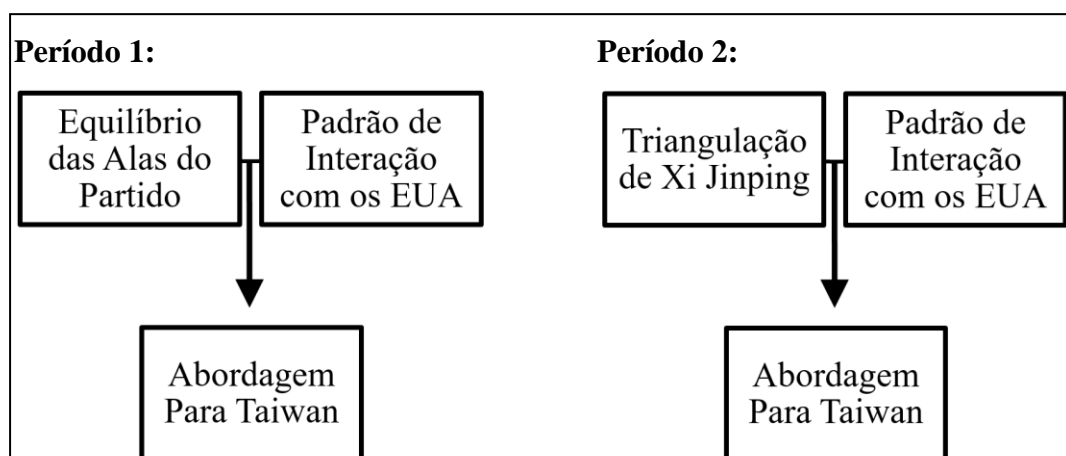
O balanço dos padrões de interação, se tomado de forma isolada, poderia apontar para dois fatores centrais para se entender a abordagem chinesa para Taiwan: a facção do PCCh e o partido taiwanês no poder, cada qual de um lado do Estreito. Essa perspectiva se mostrou válida ao longo da pesquisa para explicar a intensidade da polarização entre essas duas partes. Entretanto, ao considerar a mudança no ambiente estratégico regional, estudada no capítulo anterior, pode-se perceber uma mudança qualitativa que não consegue ser apreendida apenas na interação Pequim-Taipei. Enquanto antes dessa mudança ainda estava em negociação a forma e o tempo da reunificação, depois dela a percepção da inevitabilidade da confrontação com os Estados Unidos, provavelmente envolvendo a Ilha, retira a possibilidade de manter a reunificação como questão indefinida, para ser resolvida em algum momento no futuro. Quando, afinal, a reunificação à força ocorrer, não será causada simplesmente pela perda de paciência da China ou de forma a cumprir datas previstas por figuras antigas do PCCh. Como conclusão da tese, percebe-se que precisa ser compreendida a partir das consequências estratégicas do novo momento de competição interestatal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No curso da tese, tratou-se da inserção internacional histórica da China, do ambiente estratégico do Leste Asiático e da interação Pequim-Taipei. Grosso modo, cada um destes temas correspondeu a um capítulo deste trabalho. Aqui, retoma-se a hipótese principal da pesquisa: a interconexão entre os imperativos estratégicos chineses, advindos do seu processo de Revolução Nacional, explica sua abordagem para Taiwan. Tomou-se como variável independente (causa) a Revolução Nacional Chinesa, procurando-se aferir seus efeitos sobre a variável interveniente, neste caso Poder Nacional e Capacidade Estatal, e prospectar o resultado (variável dependente) na Inserção Internacional da China. Como variável de condição, isto é, elemento que incide sobre todas as variáveis, utiliza-se a questão da reunificação nacional com Taiwan (ver quadro 1, na Introdução).

Assim, de modo a aprofundar a compreensão prática da problemática analisada, formulou-se um problema secundário de pesquisa, isto é, qual o papel dos fatores internos e externos na abordagem chinesa. Propôs-se a hipótese de que o equilíbrio entre as alas do Partido Comunista da China (PCCh), internamente, e o padrão de interação com os Estados Unidos da América (EUA), no plano internacional, deteriam papel explicativo importante para esta questão. A partir dos estudos realizados, pôde-se perceber dois períodos qualitativamente diferentes, analisando as tendências internas e externas:

Quadro 2 - Hipótese Auxiliar do estudo



Fonte: Elaboração nossa.

Parte-se da premissa do sucesso da Revolução Nacional chinesa, que possibilitou internamente o surgimento de um sistema de disputa de poder e troca de liderança entre as

alas do PCCh. Essa dinâmica submetia a abordagem estratégica para Taiwan à lógica do grupo político prevalente em determinado momento. Esse quadro fez presente durante a maior parte do pós-Guerra Fria, com o Grupo de Xangai e a Liga da Juventude se alternando no topo da estrutura política chinesa, o que o quadro acima se refere como período 1. O balanço das interações Pequim-Taipei, observadas até então, parece apontar para a corroboração dessa perspectiva. Entretanto, eventos mais recentes do sistema internacional e da política interna chinesa evidenciaram uma tendência de enfraquecimento dessa dinâmica intrapartidária. Essa transformação se confirma com as mudanças constitucionais da China em 2018 e altera a lógica da sua abordagem estratégica para Taiwan, referido no quadro acima como período 2. Enquanto até meados da década passada era possível perceber o que poderia ser considerado uma postura paciente da RPC para lidar com a reunificação nacional, os anos recentes apontam para uma posição mais intransigente e para o aumento da possibilidade de guerra. O processo que parece ter condicionado essa mudança foi a estratégia dos EUA para contenção da China, que aumentou a polarização entre estas grandes potências de tal forma que a guerra passa ser vista como inevitável aos olhos chineses. Desse modo, o esquema explicativo do novo período da abordagem estratégica chinesa para Taiwan possui cinco variáveis. São elas: sucesso da Revolução Nacional (variável independente ou causa); seu efeito na alteração de polaridade (variável interveniente I); o Pivô para Ásia (variável de condição); a Triangulação de Xi Jinping (variável interveniente II) e, por fim, como resultado (variável dependente); drástica alteração na polarização (ver quadro 3, abaixo):

Quadro 3 - Esquematização e resumo das variáveis da conclusão

<p>Contexto: Estratégia dos EUA de Contenção à China - Pivô para Ásia</p>	<p>O processo de Revolução Nacional incidindo sobre o fortalecimento do país</p>
	<p>↓</p> <p>Alteração na Polaridade: aumento de poder e capacidades da China</p>
	<p>↓</p> <p>Triangulação de Xi Jinping</p>
	<p>↓</p> <p>Alteração na Polarização: Taiwan sob o enfoque da Filosofia Cataclísmica da Guerra.</p>
Variáveis da Conclusão	
Variável Independente (causa)	O processo de Revolução Nacional incidindo sobre o fortalecimento do país
Variável de Condição	Estratégia dos EUA de Contenção à China: Pivô para Ásia
Variável Interveniante I	Alteração na Polaridade: aumento de poder e capacidades da China
Alteração Interveniante II	Triangulação Política de Xi Jinping: a) Iniciativa Cinturão e Rota (Grupo de Xangai); b) Direitos trabalhistas e ambientais (Liga da Juventude); c) Sonho Chinês (síntese).
Variável Dependente (resultado)	Alteração na Polarização: Taiwan (reunificação nacional) sob o enfoque da Filosofia Cataclísmica da Guerra .

Fonte: Elaboração nossa.

Com o sucesso de sua Revolução Nacional, a China passou de sócio dependente associado da economia estadunidense para integrante do núcleo orgânico do capitalismo. Deste modo, progressivamente deixou de ser apenas uma plataforma de exportação para destacar-se também na produção de microchips, transistores, circuitos integrados e até supercomputadores. Ao mesmo tempo, constitui-se como potência militar em sua região próxima. Portanto, sob esta ótica, o sucesso da Revolução Nacional constitui-se em causa na alteração da polaridade. Como resposta, os EUA optaram por retomar o balanceamento. Essa contenção, que desvelou seu conteúdo no Pivô para Ásia, trouxe alterações na política interna e externa da China.

O pivô para Ásia foi anunciado por Obama em 2011 e, em 2012 a crise das Diaoyu/Senkaku precipitou a queda dos governos na China e no Japão. Normalmente a transição de poder de uma ala para outra na China é lenta e efetivada no curso de dez anos. Desta feita, em poucos meses o grupo de Xangai assumiu os principais postos no partido, no Estado e nas Forças Armadas. Em 2015, o Livro Branco, que anuncia a “Dissuasão Holística”, foi o último espasmo da política de Hu Jintao. Então sobreveio a guerra comercial em 2018 e no ano seguinte eclodiram os protestos em Hong Kong e Tsai Ing-Wen passou a liderar as pesquisas, ganhando as eleições no início de 2020. Dessa forma, o pivô para Ásia constitui-se em uma variável de condição, posto que, simultaneamente incide sobre as conquistas da Revolução Nacional, a polaridade e também sobre a política interna chinesa, a segunda variável interveniente a qual se trata a seguir.

A principal mudança na política interna da China deu-se mediante a triangulação política intermediada por Xi Jinping. Até então, as alas do partido comunista alternavam-se no período de dez anos no poder com composições híbridas que geralmente marcavam o primeiro quinquênio. Em função disto, as frações ou alas dos partidos comunistas disputavam suas plataformas e frequentemente tomavam para si o programa uma das outras. Neste caso, a chave para o êxito era acrescer um elemento de inovação que permitisse adotar a velha plataforma sob nova roupagem. No caso da triangulação de Xi Jinping, pode ser observada a partir de três elementos: oferta de lucros aos empresários (Grupo de Xangai), com a BRI; progresso em questões sociais (Liga da Juventude), com legislação trabalhista e ambiental; e o Sonho Chinês para fortalecer o nacionalismo popular.

Chegando à causalidade final desses apontamentos conclusivos, a triangulação de Xi Jinping e o Pivô para Ásia alteraram drasticamente a atitude em relação à Taiwan, que deixou de ser informada no âmbito das diferenças programáticas do PCC. Ao que se pode depreender, formou-se um novo conceito de abordagem, que reduz a importância da cooperação econômica e se prepara para a confrontação, ilustrado pelo aumento sem precedentes de manobras militares. Parece sedimentar-se uma percepção fatalista de que uma guerra com Taiwan lhe será imposta. Isto não significa que os chineses a desejem, que pretendam tomar a iniciativa ou ainda que a considerem inevitável em qualquer hipótese. No que tange a Taiwan, os chineses parecem estar reaproximando-se da concepção escrita por Anatole Rapoport em 1967 como filosofia cataclísmica da guerra. Trata-se de uma percepção da guerra em que esta não é a continuação da política por outros meios (filosofia política) e nem tão pouco o instrumento da Revolução (filosofia escatológica), mas assemelha-se a uma catástrofe natural, que deve ser enfrentada e diante da qual pouco ou

nada se pode fazer, a não ser preparar-se para o pior. Desse modo, de modo discreto, porém inexorável, a China parece estar tomando medidas reativas às atitudes estadunidenses (reais ou supostas) e ajustando-se à uma realidade internacional marcada por acentuada polarização em que a guerra central, conquanto não seja inevitável, passa a integrar o horizonte das possibilidades políticas.

Assim, é possível considerar que os elementos apontados pelo estudo parecem corroborar as hipóteses escolhidas pela pesquisa. Os imperativos e decorrências da Revolução Nacional chinesa deram mostras de terem relação significativa com Taiwan, e os aspectos internos e externos selecionados podem ser considerados explicativos para a mudança da abordagem chinesa para Taiwan. Devido à interação mútua entre o nível doméstico e internacional, não se considera pertinente uma tentativa de tentar mensurar o grau de importância específico de cada um. Da mesma forma, não há como determinar o impacto de variáveis que não fazem parte do escopo da pesquisa. O que se tentou realizar, então, foi depreender tendências a partir dos estudos realizados, e gerar novas hipóteses a partir delas.

A geração de hipóteses indica a progressão de um Programa de Pesquisa, segundo Lakatos, além da comparação delas com a realidade observada. Articulam-se aqui alguns exemplos de estudos que poderiam abordar essas conjecturas que surgiram no decorrer da pesquisa. Em primeiro lugar, fica a tarefa de explorar a interconexão entre a guerra local na Coreia (1950-53) e no Vietnã (1979-91) e a aquisição dos Centros de Decisão Econômica da II e da III Revolução Industrial respectivamente, que não pôde ser tratado no capítulo 2. Quanto à estratégia estadunidense para neutralizar o crescimento chinês, é importante ressaltar que o Pivô para Ásia não era a única alternativa possível. Pode-se assim estudar a importância de distinguir o balanceamento suave do balanceamento estrito, que podem ser associados, respectivamente, ao realismo estrutural defensivo e a dissuasão holística, e, em contrapartida, ao realismo ofensivo e a contenção, resumidamente associados à dissuasão e *compellence*. Do lado chinês, pesquisas que tratassem da percepção da contenção nos eventos conjunturais poderiam render importantes lições para o momento político atual. Diante da ruptura de fato do princípio de uma só China e da convicção de que os EUA estão por trás da revolta do Movimento Girassol e dos protestos em Hong Kong, para alguns chineses os estadunidenses teriam sido responsáveis até mesmo pela disseminação do Covid-19 em Wuhan. Na impossibilidade de se aferir a verdade por trás dessas acusações, para a análise de Relações Internacionais importa mais entender a percepção chinesa desses episódios.

REFERÊNCIAS

- ABE explicit in call for amendment to Constitution's Article 9. **The Japan Times**, 3 Feb. 2016. Disponível em: <http://www.japantimes.co.jp/news/2016/02/03/national/politics-diplomacy/abe-explicit-call-amendment-constitutions-article-9/#.Vrj2fFKPtn7>. Acesso em: 3 fev. 2017.
- AIR FORCE WORLD. **F-8II / F-8B / F-8II Fighter**. 2012. Disponível em: <http://www.airforceworld.com/pla/english/j8b-j8f-j8h-f8b-fighter-china.html>. Acesso em: 19 fev. 2017
- ALLAN, S. Drought, Human Sacrifice and the Mandate of Heaven in a Lost Text from the Shang shu. **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, v. 47, n. 3, p. 523–39, 1984.
- AMSDEN, A. The State and Taiwan's Economic Development. *In*: EVANS, D. RUESCHEMEYER, D; SKOCPOL, P (ed.), **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University, 2005.
- ANGLE, S. C., Social and Political Thought in Chinese Philosophy. *In* ZALTA, E. N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/chinese-social-political/>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- ASSOCIATED PRESS. Taiwan Says China Sending Military Planes Near Island Almost Daily. **TIME**. Disponível em: <https://time.com/5869911/taiwan-china-military-planes-frequency/>. Acesso em: 11 jun 2020.
- ARRIGHI, G. **A Ilusão do desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ASPINWALL, N. **Taiwan's Voters Have Dealt a Brutal Blow to the Ruling DPP**. 28 de novembro de 2008. Disponível em: <https://thediplomat.com/2018/11/taiwans-voters-have-dealt-a-brutal-blow-to-the-ruling-dpp/>. Acesso em: 27 fev. 2019.
- BARNETT, A. **China and the Major Powers in East Asia**. Washington: Brookings Institution, 2001.
- BEUKEL, E. **ASEAN and ARF in East Asia's Security Architecture: the role of norms and powers**. Copenhagen: Danish Institute of International Studies Report, 2008.
- BLATTER, J. Case Study. *In*: GIVEN, L. (ed.), **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Thousand Oaks: Sage, 2008.
- BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Capítulo 20: Retomada da Revolução Nacional e o novo desenvolvimentismo. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- BROWN, D.; SCOTT, K. Taiwan Caught Between US And China. **Comparative Connections: A Triannual E-Journal on East Asian Bilateral Relations**, v. 20, n. 1, 2018.

BROWN, D.; SCOTT, K. **China–Taiwan’s Relations: A Breakthrough and a Deadlock**, Comparative Connections. Washington: CSIS, 2014.

BYUNG, J. L. China's Road to the Korean War: the making of the Sino-American confrontation (review). **Korean Studies**, Honolulu, v. 20, p. 237-244, 1996.

CHAN, Minnie. Increased military drills suggest mainland China is preparing to strike against Taiwan, experts say. **South China Morning Post**. 18 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2124829/increased-military-drills-suggest-china-preparing>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CHANG C., CHENG P. Tax policy and foreign direct investment in Taiwan. In.: ITO, T. and KRUEGER, A. **The Political Economy of Tax Reform**. Chicago: University of Chicago, 1992.

CHANG, J. *et al.* **The Political Economy of New Regionalism in Northeast Asia: Dynamics and Contradictions**. New York: Routledge, 2018.

CHEN Shui-bian now prisoner. **Taipei Times**, Taipé, n. 1020, 4 Dec. 2010. Disponível em: <http://www.taipetimes.com/News/front/archives/2010/12/04/2003490058>. Acesso em: 1 jan. 2017.

CHEN, J. **Mao’s China & the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

CHEN, P. Universal Participation Without Taiwan? A Study of Taiwan’s Participation in the Global Health Governance Sponsored by the World Health Organization. In: MASYS, A.; LIN, L. (ed.). **Asia-Pacific Security Challenges**. Advanced Sciences and Technologies for Security Applications. New York: Springer, 2018.

CHENG J.Y.S. China’s Japan Policy in the 1980s. **International Affairs**, v. 61, n. 1, 2001.

CHENG TJ. Democratizing the quasi-Leninist regime in Taiwan. **World Pol**, v. 41, 1988.

CHINA and Taiwan sign key investment protection pact. **BBC**. 10 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-19204608>. Acesso em: 11 abr. 2019.

CHINA protests: Fears rise over Japan-China trade ties. **BBC**. 18 de setembro de 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-19632047>. Acesso em: 17 maio 2019.

CHINA. **China’s Military Strategy**. Pequim: State Council Information Office of the People’s Republic of China, 2015.

CHINA. **Constitution of The People's Republic of China**. USC US-China Institute. 1982.

CHOU, C. A Two-Edged Sword: The Economy Cooperation Framework Agreement Between the Republic of China and the People's Republic of China. **International Law & Management Review**, Vol. 6, 2010.

CHUNG, C. **The Evolution of Taiwan’s Grand Strategy: from Chiang Kai-shek to Chen Shui-bian**. 2012. Thesis (Doctorate in International Relations) - Department of International Relations, London School of Economics, London, 2012.

CHUNG, L. Taiwanese prosecutors search homes of pro-unification New Party officials. **South China Morning Post**. 19 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2124988/taiwanese-prosecutors-search-homes-pro-unification-new>. Acesso em: 19 dez 2017.

CHUNG, L. Tsai Ing-wen vows to boost Taiwan defence budget amid military threats. **South China Morning Post**. 29 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2126181/tsai-ing-wen-vows-boost-taiwan-defence-budget-amid>. Acesso em: 30 dez 2017.

CLINTON, H. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, Washington, 11 Oct. 2011.

COOKE, T. Cross-Strait Matrix: The Economic Cooperation Framework Agreement. Jamestown Foundation. **China Brief**. Vol. 9 n. 11, 2009. Disponível em: <https://jamestown.org/program/cross-strait-matrix-the-economic-cooperation-framework-agreement/>. Acesso em: 15 mar 2019.

COX, R. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium: Journal of International Studies**, v. 10, 1981.

CROSS-STRAITS Economic Cooperation Framework Agreement. 2010. Disponível em: <https://www.bilaterals.org/IMG/pdf/ECFA.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

CUMINGS, B. **The Korean War: a history**. New York: Modern Library, 2010.

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

DAMAS, R. D. **Economia chinesa: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul, 2014.

DE MELO, J. Sources of growth and structural change in the republics of Korea and Taiwan: some comparisons in V. Corbo, A. Krueger, and F. Ossa (org.). **Export-Oriented Development Strategies: The Success of Five Newly Industrializing Countries**. Boulder: Westview, 1985.

DEUTSCHER, I. Stalin, Mao and Korea. **Marxists.org**, [S.l.], 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/deutscher/1950/stalin-mao-korea.htm>. Acesso em: 1 out. 2017.

DI MAIO, M. Industrial policies in developing countries: history and perspectives. **Industrial Policy and Development**. Caderno di Dipartimento n. 48, 2009:107-43.

DONALDSON, G. A. MacArthur, Douglas (1880-1964). In: SANDLER, S. (Org.) **The Korean War: an encyclopedia**. New York: Routledge, 2013. p. 470.

DORNELLES JUNIOR, A. C. A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 145- 170, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2017.

DORNELLES JUNIOR, A. C. **A questão de Taiwan: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos -Taiwan - China (1991-2004)**. 2006. Dissertação

(Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10768>. Acesso em: 1 nov. 2017.

EL AMINE, Loubna. **Classical Confucian Political Thought: A New Interpretation**. Princeton: Princeton University, 2015.

EVERA, S. V. **Guide to Methods for Students of Political Science**. Ithaca: Cornell University, 1997.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **A Report to the President Pursuant to the President's Directive of January 31, 1950 (NSC-68)**. Washington, 1950. Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>. Acesso em: 1 jan. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Taiwan Relations Act: Public Law 96-8, 96th Congress**. Washington, DC, Jan. 1, 1979. Disponível em: <http://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>. Acesso em: 31 jul. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **The "Six Assurances To Taiwan"**. Washington, DC, July 1982. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/assurances.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

FACKLER, M.; JOHNSON, I. Sleepy Islands and a Smoldering Dispute. **The New York Times**. 20 de setembro de 2012. Disponível em: nytimes.com/2012/09/21/world/asia/japan-china-trade-ties-complicate-island-dispute.html. Acesso em: 12 de maio de 2018.

FEJTÖ, F. **Historia de las Democracias Populares**. Tomo I. Barcelona: Martínez Roca, 1971

FENBY, J. **History of modern China: the fall and rise of a great power, 1850 – 2009**. London: Penguin Books, 2009.

FRASER, C. Language and Logic in the Xunzi, in HUTTON, Eric L. **Dao Companion to the Philosophy of Xunzi**. Dordrecht: Springer, 2016.

FRIEDMAN, G. **The next decade**. New York: Double Day, 2011.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GAO, C. 3 Major Takeaways from Xi Jinping's Speech at the 19th Party Congress. **The Diplomat**. 18 de outubro de 2017. Disponível em: <https://thediplomat.com/2017/10/3-major-takeaways-from-xi-jinpings-speech-at-the-19th-party-congress/>. Acesso em: 30 nov 2017.

GARVER, J. W. **Face off: China, the United States, and Taiwan's democratization**. Washington: University of Washington Press, 1997.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-nação e a Violência: Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

GLASER B.; KENNEDY, S.; MITCHELL, D. **The new southbound policy**: Deepening Taiwan's regional integration. Lanham: Rowman & Littlefield, 2018.

GODWIN, P. H. B. **Development of the Chinese Armed Forces**. Alabama: Air University Press, 1988.

GOLD, T. B. **State and Society in the Taiwan Miracle**. New York: Sharpe, 1986.

GOLDIN, Paul R. Xunzi *In*. ZALTA Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Fall, 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/xunzi/>. Acesso em: 15 dez 2019.

GUERRERO, R. B. Regional integration: the ASEAN vision in 2020. **IFC Bulletin**, Vol. 32, 2008.

GUSS, S. Location of Kinmen, Matsu and Wuciou, based on MainlandChina.png by Alan Mark. **Wikipedia**, San Francisco, 22 Oct. 2007. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_islands_of_Taiwan#/media/File:Kinmen,Matsu,Wuciou. Acesso em: 15 mar. 2016.

HÅKAN, G. Sino-Japanese Air War 1937 – 1945. **Håkans Aviation Page**, [S.l.], 2013. Disponível em: <http://surfcity.kund.dalnet.se/sino-japanese-1937.htm>. Acesso em: 2 jul. 2018.

HARMSSEN, P. **Shanghai 1937**: Stalingrad on the Yangtze. Havertown: Casemate, 2013.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio**: texto completo com os adendos orais, traduzido por Paulo Meneses, com a colaboração de José Machado. São Paulo: Loyola, 1995.

HEGINBOTHAM, E. *et al.* **The U.S.-China military scorecard**: forces, geography, and the evolving balance of power, 1996-2017. Santa Monica: RAND Corp., 2015.

HEINEMAN, J. L. China 1938. **John L. Heineman's Home Page**. 2011. Disponível em: <https://www2.bc.edu/~heineman/maps/china1938.jpg>. Acesso em: 3 jul. 2017.

HISTORIC Taiwan-China trade deal takes effect. **BBC**. 12 Sept. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11275274>. Acesso em: 14 jan 2019.

HOWE, Christopher. The Taiwan Economy: The Transition to Maturity and the Political Economy of Its Changing International Status. **The China Quarterly**, n. 148, 1996.

HSIAO, H. YANG, A. Taiwan's 2020 election and its implications for the New Southbound Policy. **Asia-Pacific Bulletin**. East-West Forum, University of Hawaii. N. 499, 2020. Disponível em: https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/bitstream/10125/65991/apb%20no.499_1.pdf. Acesso em: 15 mar 2020.

HSIEH, W. Implications of the US–China Trade War for Taiwan. **Asian Economic Papers**, v. 19, n. 1, 2020.

HSU C. **Historical Setting for the Rise of Chiang Ching-kuo**. Lanham: University of Virginia, 1993.

HSU, C., CHIANG, H. The government strategy for the upgrading of industrial technology in Taiwan. **Technovation**, v. 21, n. 2, p. 123-32, Feb. 2001.

HU Meets KMT Chairman, Vows to Avoid 'Internal Struggle'. **Beijing Review**. 27 de maio de 2009. Disponível em: http://www.bjreview.com/quotes/txt/2009-05/27/content_197619.htm. Acesso em: 30 nov 2017.

HUANG, Jing. **Factionalism in Chinese Communist Politics**. Cambridge: Cambridge University, 2000.

HUANG, J. Institutionalization of Political Succession in China: Progress and Implications. In.: LI, Cheng (ed.). **China's Changing Political Landscape: Prospects for Democracy**. Brookings Institution Press, 2008.

HUANG, K. The Politics of Mainland China's Economic Statecraft in Relation to Current Cross-Strait Relations. In. MINJIANG, L. **China's Economic Statecraft: Co-optation, Cooperation and Coercion**. Singapore: NTU, 2017.

HUANG, Kristin. Beijing warns of pro-independence turmoil in ties with Taipei in 2018. **South China Morning Post**. 2018. Disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2126181/tsai-ing-wen-vows-boost-taiwan-defence-budget-amid>. Acesso em: 1 jan. 2019.

HUGHES, C. **Japan's Re-emergence as a 'Normal' Military Power**. New York: Routledge, 2013.

HUNT, M. H. Beijing and the Korean Crisis, June 1950-June 1951. **Political Science Quarterly**, New York, v. 107, n. 3, p. 453-478, Autumn 1992.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

ISENBERG, D. **The Illusion of Power: Aircraft Carriers and U.S. Military Strategy**. Cato Institute Policy Analysis. N. 134, 1990.

JAMES, D. C. **The years of MacArthur**. Volume III: triumph and disaster, 1945-1964. Boston: Houghton Mifflin, 1985.

JAPÃO. **Japan's Legislation for peace and security**. Tokio, 19 Sept. 2015. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/files/000025032.pdf>. Acesso em: 2 out. 2018.

JOINT Communique of the United States of America and the People's Republic of China. Shanghai, February 27, 1972. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communique01.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

JOINT Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations between the United States of America and the People's Republic of China. Beijing, January 1, 1979. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communique02.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

JOINT Statement between the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China on Comprehensive Promotion of a Mutually Beneficial Relationship Based

- on Common Strategic Interests. Tokyo, May 7, 2008. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html>. Acesso em: 14 out 2019.
- KASTNER, J. Taiwan airlines target mainland's airspace. **Taiwan Reports**. 24 Feb. 2012. Disponível em: <https://taiwanreports.wordpress.com/2012/02/24/taiwan-airlines-target-mainlands-airspace/>. Acesso em: 14 fev 2019.
- KASTNER, J. Taiwan Readies for Yuan Convertibility. **Taiwan Reports**. 30 Nov. 2012. Disponível em: <https://taiwanreports.wordpress.com/2012/11/30/taiwan-readies-for-yuan-convertibility/>. Acesso em: 16 fev 2019.
- KAZIANIS, H. **The Evolution of Air-Sea Battle**. 2014. Disponível em: <http://cimsec.org/evolution-Air-Sea-battle/9936>. Acesso em: 05 maio 2017.
- KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KISSINGER, H. **Diplomacy**. Nova York: Simon & Schuster, 1994.
- KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- KREPINEVICH, A. **Why AirSea Battle?** Washington DC: CSBA, 2010. Disponível em: <http://www.csbaonline.org/publications/2010/02/why-airsea-battle/>. Acesso em: 05 mai. 2019.
- KREPINEVICH, A.; WATTS, B.; WORK, R. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington D.C.: CSBA, 2003. Disponível em: <http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2011/03/2003.05.20-Anti-Access-Area-Denial-A2-AD.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.
- KUHN, R. Understanding the Chinese dream. **China Daily**. 19 de julho de 2013. Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2013-07/19/content_16814756.htm. Acesso em: 18 mai 2019.
- KUO, M. Trump and the TAIPEI Act. **The Diplomat**. April, 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/04/trump-and-the-taipei-act/>. Acesso em: 17 mai 2020.
- KURKI, M. **Causation in International Relations: Reclaiming Causal Analysis**. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge: Cambridge University, 2008.
- LAKATOS, I. **The methodology of scientific research programmes**. New York: Cambridge, 1989.
- LAMS, L.; LIAO, X. Tracing “Taiwanization” Processes in Taiwanese Presidential Statements in Times of Cross-Strait Rapprochement. **Journal of Current Chinese Affairs**, vol. 40, n. 1, 2011.
- LARSEN, U. File: First Chinese Japanese war map of battles.jpg. **Wikipedia**, 2006. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:First_Chinese_Japanese_war_map_of_battles.jpg. Acesso em: 3 jul. 2018.

LEE, C.; MING-XI, Y. Chinese Investment in Taiwan: A Challenge or an Opportunity for Taiwan? **Journal of Current Chinese Affairs**, Vol. 46, 2017.

LEE, P. In the wake of the Sunflower Movement: Exploring the political consequences of cross-strait integration. *In: THE POLITICS of Polarization: Taiwan in Comparative Perspective*. Artigo para Conferência. Center on Democracy, Development, and the Rule of Law, Stanford University, 17 de outubro de 2014.

LI, C. China's Inner-Party Democracy: Toward a System of "One Party, Two Factions"? **China Brief**, Vol: 6 Nº: 24, Maio 2007. Disponível em: <https://jamestown.org/program/chinas-inner-party-democracy-toward-a-system-of-one-party-two-factions/>. Acesso em: 30 nov 2017.

LI, C. China's Political Trajectory: Internal Contradictions and Inner-Party Democracy. Draft paper prepared for the conference "**The Rise of China**". Mount Holyoke College: South Hadley, 2008. Disponível em: https://www.mtholyoke.edu/sites/default/files/global/docs/mhc_chengli.pdf. Acesso em: 30 nov 2017.

LI, C. **China's Team of Rivals**. Brookings Institution, 2009. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/chinas-team-of-rivals/>. Acesso em: 30 nov 2017.

LI, C. **Chinese Politics in the Xi Jinping Era: Reassessing Collective Leadership**. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2016.

LI, C. One Party, Two Factions: Chinese Bipartisanship in the Making? Paper Presented at the Conference on "**Chinese Leadership, Politics, and Policy**". Carnegie Endowment for International Peace: Washington, 2005. Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/Li_Cheng%20Revised.pdf. Acesso em: 30 nov 2017.

LI, C. **Rule of the Princelings**. Brookings Institution, 2013. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/rule-of-the-princelings/>. Acesso em: 30 nov 2017.

LI, C. **The paradoxical outcome of China's 19th Party Congress**. Brookings Institution, 2017. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2017/10/26/the-paradoxical-outcome-of-chinas-19th-party-congress/>. Acesso em: 30 nov 2017.

LI, C. **The Powerful Factions Among China's Rulers**. Brookings Institution, 2012. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/the-powerful-factions-among-chinas-rulers/>. Acesso em: 30 nov 2017.

LI, J. The Legal Status of Three Sino-US JOINT Communique's. **Chinese Journal of International Law**, Pequim, v. 5, n. 3, p. 617-645, 2006.

LIAO, P.H; WANG, D. D-W. **Taiwan Under Japanese Colonial Rule, 1895–1945: History, Culture, Memory**. New York: Columbia University, 2006.

LIN, C.L. Taiwan's Democratization and Party System Transformations. **Taiwan Zhengzhi Xuekan**, v. 4, 2000.

LIN, O. Science and technology policy and its influence on economic development in Taiwan. In: ROWEN, H. **Behind East Asian growth: The political and social foundations of prosperity**. New York: Routledge, 1998.

LIU, H. C. K. **US-China: Quest for Peace – Korea: Wrong War, Wrong Place, Wrong Enemy**. Independent Critical Analysis and Commentary, 2004. Disponível em: <http://henryckliu.com/page94.html>. Acesso em: 15 mai. 2020.

LU, Z; TAO, Y. **China's Economic Zones: Design, Implementation and Impact**. Pangbourne: Paths, 2012.

MA, Y. Inaugural Address. **US-China Institute**. 20 de maio de 2008. Disponível em: <https://china.usc.edu/ma-ying-jeou-%E2%80%9Cinaugural-address%E2%80%9D-may-20-2008>. Acesso em: 10 ago 2019.

MACHADO, L. R.; SIMIONATO, G. H. Da importância de uma grande estratégia: o caso estadunidense e a ascensão chinesa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Corrigido-Da-Import%C3%A2ncia-de-uma-Grande-Estrat%C3%A9gia-Artigo-para-entregar.-1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

MANICOM, J. **Bridging Troubled Waters: China, Japan, and Maritime Order in the East China Sea**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2014.

MANYIN, M. E. *et al.* **Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia**. 2012. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MAO Z. **Problems of Strategy in China's Revolutionary War**. Selected Works of Mao Tse-tung. Dezembro, 1936. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_12.htm. Acesso em: 15 abr 2019.

MARTIN, H. **The Japanese Demand for Formosa in the Treaty of Shimonoseki, 1895** Stanford: Stanford University, 1949.

MARTINS, J. M. Q.; CEPIK, M. Defesa nacional Antimíssil dos EUA: A lógica da preempção e suas implicações internacionais. In: ARTURI, Carlos Schmidt. (org.) **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: CEGOV/UFRGS, 2014.

MARTINS, J. M. Q.; VISENTINI, P. F. A Longa Marcha da Revolução Chinesa. In: VISENTINI, P. F. (org.). **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. Cap. 3.4, p. 92-133.

MILLER, A. L. Institutionalization and the Changing Dynamics of Chinese Leadership Politics. In: LI, Cheng (ed.). **China's Changing Political Landscape: Prospects for Democracy**. Brookings Institution Press, 2008.

MOEA. Ministry of Economic Affairs, Republic of China. **Statistics**. Disponível em: https://www.moeaic.gov.tw/news.view?do=data&id=1451&lang=en&type=business_ann. Acesso em: 9 jan 2020.

MORRIS, D. **Jogos de Poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MYERS R. Towards an Enlightened Authoritarian Polity: The Kuomintang Central Reform Committee on Taiwan, 1950–1952. **Journal of Contemporary China**, v. 18, n. 59, 2009.

O'ROURKE, R. **China Naval Modernization**: Implications for U.S. Navy Capabilities. Washington: Congressional Research Service, 2013.

PARK, Y., WANG, Y. The Chiang Mai Initiative and Beyond. **The World Economy**, v. 28, n. 1, p. 91–101, 2005.

PARSCH, A. **Martin SSM-A-1/B-61/TM-61/MGM-1 Matador**. Directory of U.S. Military Rockets and Missiles. 2006. Disponível em: <http://designation-systems.net/dusrm/m-1.html>. Acesso em: 15 fev 2020.

PENGFELI, Z. Improvement of cross-Strait relations brings peace, prosperity: Taiwan's former leader. **CCTV News**. 2016. Disponível em: <http://english.cctv.com/2016/06/16/ARTIvbbblFnUUcm7BGeMD8k2160616.shtml>. Acesso em: 10 out 2019.

PEREZ, J.; RAMZY, A. China, Taiwan and a Meeting After 66 Years. **The New York Times**, 3 Nov. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/11/04/world/asia/leaders-of-china-and-taiwan-to-meet-for-first-time-since-1949.html>. Acesso em: 06 out 2019.

PIKE, J. **First Taiwan Strait Crisis**. 2013. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm. Acesso em: 02 ago. 2017.

PIKE, J. **MGM-1 Matador**. 2012. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/wmd/systems/matador.htm>. Acesso em: 02 ago. 2017.

PIKE, J. **Second Taiwan Strait Crisis**. 2010. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm. Acesso em: 02 ago. 2017.

PILLSBURY, M. **Chinese Views of Future Warfare**. Forest Grove: Pacific University, 2002.

PINTO, P. **Taiwan**: um futuro formoso para a ilha? Porto Alegre: UFRGS, 2005.

POON, L., LUK., L. China, Taiwan Sign Yuan-Clearing Deal. **The Wall Street Journal**. 25 Jan. 2013. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424127887323539804578263451199261528>. Acesso em: 15 ago 2019.

POON, T. S.-C. Inter-Firm Networks and Industrial Development in the Global Manufacturing System: Lessons from Taiwan. **The Economic and Labour Relations Review**, n. 9, v. 2, 1998.

POSEN, B. R. Command of the commons. **International security**, Cambridge, v. 28, p. 5-46, 2003.

RAPOPORT, A. Introduction. *In*: CLAUSEWITZ, C. **On War**. New York: Penguin, 1986.

RENNACK, D. E. **China: Economic Sanctions**. Washington, 1 fev. 2006. Disponível em: <https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL31910.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016

RITCHIE, Hannah. Energy. **OurWorldInData.org**. 2014. Disponível em: <https://ourworldindata.org/energy>. Acesso em: 21 de jul 2019.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto e Grafia, 2012.

ROSS, R. S. The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: coercion, credibility and the use of force. **International Security**, Cambridge, 2000, p. 87-123.

ROTHBAUER, P. Triangulation. In: GIVEN, Lisa (ed.), **The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods**. Sage: Thousand Oaks, 2008.

SCOBELL, A. **China and Strategic Culture**. Strategic Studies Institute, US Army War College, 2002. Disponível em: www.jstor.org/stable/resrep11270. Acesso em: 12 abr 2019.

SCHUBERT, G. **Routledge Handbook of Contemporary Taiwan**. New York: Routledge, 2016

SILVA, I. C., MARTINS, J. M. Q. Exército Nacional e Construção do Estado na África: A Abordagem Brasileira no Caso da República Democrática do Congo. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, v.3, n.5, Jan/Jun. 2014.

SMITH, H. **Industry Policy in Taiwan and Korea in the 1980s: Winning with the Market**. Edward Elgar Publishing: Cheltenham, 2000.

SON, K-y. **South Korean Engagement Policies and North Korea: Identities, Norms and the Sunshine Policy**. New York: Routledge, 2006.

STRANGE, S. **States And Markets**. 2nd ed. London: Pinter, 1998.

STILWELL, J. **The Stilwell Papers**. New York: Schocken Books, 1991.

SUNG, C.; ONG, J. Taiwan opens 100 industries to Chinese investment. **Bloomberg News**, 30 Jun. 2009. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601080&sid=aFeN1SK55G7U>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TAIWAN. Bureau of Foreign Trade, MOEA. **Statistics**. Disponível em: <https://www.trade.gov.tw/English/Pages/List.aspx?nodeID=94&history=y>. Acesso em: 7 jun 2019.

TANG, S. **Self-Realization through Confucian Learning: A Contemporary Reconstruction of Xunzi's Ethics**. Albany: State University of New York, 2016.

THOMAS, Nigel; ABBOTT, Peter. **The Korean War: 1950-53**. Men-at-arms series, 174. London: Osprey, 1986.

TILLY, C. **Coercion, Capital, and European States, AD 990 - 1990**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

TOW W.T. Sino-Japanese Security Cooperation: Evolution and Prospects. **Pacific Affairs**, v. 56, n. 1, 1983.

TRADING ECONOMICS. **Taiwan GDP: 1980-2019 Data**. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/taiwan/gdp>. Acesso em: 13 set 2019.

TSAI, Pan-Long. Explaining Taiwan's Economic Miracle: Are the Revisionists Right?. **Agenda: A Journal of Policy Analysis and Reform**, 6, n. 1, 1999.

UMEZU, Paul K. **Japanese Legislation Frees Military To Assist Allies**. DefenseNews. 27 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.defensenews.com/story/defense/policy-budget/warfare/2015/09/27/japanese-legislation-frees-military-assist-allies/72799064/>.

UNESCAP. **SDG Gateway Data Explorer**. 2019. Disponível em: <https://dataexplorer.unescap.org/>. Acesso em: 23 dez 2020.

UNITED States-China Joint Communiqué on United States Arms Sales to Taiwan. 1982. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communique03.htm>. Acesso em: 31 jul. 2017.

VISENTINI, P. F. A Revolução Desconhecida da Coreia do Norte. *In*: VISENTINI, P. F. (org.). **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. Cap. 3.4, p. 134-149.

VISENTINI, P. F. **As Relações Diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISENTINI, P. F. Axes of World Power in the 21st Century: An Analytical Proposal. Austral: **Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 8, p. 9-24, 2019.

VIZENTINI, P. F. **O Descompasso entre as Nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VOGEL, E. F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Harvard University, 2011.

WADE, Robert. **Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asia Industrialization**. Princeton: Princeton University, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: Theory and Methodology**. Beverly Hills: Sage, 1982.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Webley, 1979.

WANG, William S-Y., Language in China: A Chapter in the History of Linguistics, **Journal of Chinese Linguistics**, v. 17, n. 2, p. 183–222, 1989.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society: A Comparative Historical Analysis**. Abingdon: Routledge, 1992.

WEI C. Taiwan's Secession against Two Hosts: The Xi-Ma Summit and its Implications for Future cross-Strait Relations. **Teka Komisji Politologii i Stosunków Międzynarodowych**, v. 11 n. 1, 2016.

- WEN, Haiming. **Chinese Philosophy**. Cambridge: Cambridge University, 2012.
- WILKENING, D. Hypersonic Weapons and Strategic Stability. **Survival**, v. 61, n. 5, 2019.
- WONG, Seanon S. Economic Statecraft across the Strait: Business Influence in Taiwan's Mainland Policy. **Asian Perspective** v. 29, n. 2, 2005.
- WORTZEL, L.; SCOBELL, A.; BURKITT, L. **The Lessons of History: The Chinese People's Liberation Army at 75**. 2003. Disponível em: www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub52.pdf. Acesso em: 4 out. 2018.
- XIA D. **Korea War Phase I**. 2014. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Korea_War_Phase_I.svg. Acesso em: 14 fev 2020.
- XIA D. **Korea War Phase II**. 2014. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Korea_War_Phases_II.svg. Acesso em: 14 fev 2020.
- XIA, Y. China's Elite Politics and Sino-American Rapprochement: January 1969-February 1972. **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 8, n. 4, p.3-28, Fall 2006.
- YAN, Xuetong. **Ancient Chinese thought, modern Chinese power**. Princeton: Princeton University. 2011.
- YAZHOU, L. The Centenary of the Air Force. **Chinese Law and Government**, Pequim, v. 41, n. 1, p. 15-58, Jan./Feb. 2008.